



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 95

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 19 de janeiro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Tiago Branco e Marco Costa*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos:

Voto de congratulação a André Ponte

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pela comemoração dos 75 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários da ilha do Pico

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento de Fernando Linhares de Brum

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Berto Messias (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento de Herberto Bettencourt Dart

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e de terem usado da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e Deputado Rui Martins (*CDS-PP*);

Voto de pesar pelo falecimento de João Alberto da Silva Pereira

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*);

Voto de pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt

Feita a sua apresentação pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação das **Declarações Políticas**:

A primeira **Declaração Política** foi apresentada pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), tendo posteriormente usado da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

A segunda **Declaração Política** foi apresentada pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*IND*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), Paulo Silveira (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Após a apresentação da terceira **Declaração Política**, pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), pediram a palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Rui Martins (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Na **Agenda da Reunião**, e dando continuidade à votação iniciada na Sessão do dia anterior, foi votada a [Proposta de substituição Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares”](#) apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM e adotado no plenário pelo Grupo Parlamentar do PS.

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Joaquim Machado (*PSD*), Ana Luís (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Após ter sido sujeita a votação a proposta de substituição ao projeto legislativo regional n.º 64/XII foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

No final foram proferidas declarações de voto pelos/as seguintes Srs. e Sras. Deputados/as: Carlos Furtado (*Indep.*), Ana Luís (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*).

Os trabalhos continuaram com a apresentação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII – “Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), António Lima (*BE*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Salomé Matos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), bem como pelo Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

No final foi proferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado Rui Martins (CDS-PP).

Por fim, procedeu-se à apreciação da [Petição n.º 37/XII – “Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo”](#), apresentada por Blanca Martin-Calero Medrano, na qualidade de primeira subscritora;

Após a leitura do relatório feita pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (PS), pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (IL), Alberto Ponte (PSD), António Lima (BE), José Pacheco (CH), Valdemira Gouveia (PS), Pedro Neves (PS) e Rui Martins (CDS-PP).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça o favor, Senhor Secretário

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria Isabel Góis **Teixeira**
Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**
Mário José Dinis **Tomé**
Marta Ávila **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Alves **Cordeiro**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Susana Alexandra Gomes **Soares**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 51 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta manhã está reservada ao período de tratamento de assuntos políticos, conforme deliberado pela Conferência de Líderes. Os tempos já estão espelhados nos nossos ecrãs e vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto de congratulação é apresentado pelo PSD, a André Ponte. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Quental para a sua apresentação.

Deputada Ana Quental (PSD): Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhor Membro do Governo:

Voto de Congratulação

A André Ponte pelas Vitórias na Prática de Natação Adaptada

A celebração e congratulação de atletas oriundos destas nossas nove ilhas é um ato que deve merecer o nosso maior respeito e admiração. Na verdade, o desporto açoriano destaca-se e destaca o melhor que por cá fazemos. E é tanto mais meritório quando os prémios alcançados provêm de jovens com determinados distúrbios do desenvolvimento Neurológico, neste caso Transtorno de espectro autista, que, ao invés de os diminuir, são uma fonte de motivação e inspiração para eles próprios, as suas famílias, os seus clubes, e para a sociedade em geral.

O desporto é uma atividade que ajuda a focar a atenção; melhora a motricidade e promove a inclusão social, e ganha substancial importância quando praticado por pessoas com necessidades especiais.

O atleta do Clube Naval de PDL, na modalidade de natação André Ponte, com 30 anos de idade, revelou desde muito cedo uma necessidade do contato com a água, não apenas para aquisição de força física e coordenação motora, como também como fonte de relaxamento e bem-estar, e aprendizagem do saber nadar.

A prática da natação começa desde tenra idade. Aos 5 anos inicia a sua caminhada com foco nas aprendizagens no tanque do Clube Naval de Ponta Delgada, vencendo as dificuldades de fluabilidade, coordenação entre a respiração e o movimento, até ficar com locomoção autónoma e segura.

Para que processo fosse uma realidade, foi essencial o papel do treinador que, além da competência técnica, usou de cuidada sensibilização para lidar com este praticante especial, com Transtorno do Espectro Autista, com quem a comunicação não era fluida, exigindo métodos e práticas não convencionais. Não obstante, e atendendo à competência do seu técnico, Filipe Lima, o sucesso foi garantido.

Mais tarde, André Ponte inicia a sua participação nos campeonatos regionais e nacionais, entre os quais o Campeonato de Inverno e de Verão de natação adaptada, promovida pela Federação Portuguesa de Natação, ANARA, com o apoio do Clube Naval de Ponta Delgada e seus familiares.

Os estilos onde o André mais se tem destacado são “costas” e “livre” (Crawl). Em janeiro de 2022, obteve dois recordes nacionais na categoria S14 na piscina longa (50 metros): um nos 50 m C, com 35.68 e outro nos 100m C com 1.18.85. Em julho de 2022, obteve novamente mais dois recordes nacionais na categoria S14: nos 50 m C e nos 200m C. Paralelamente à participação nos Campeonatos Nacionais da Natação Adaptada, o André participou entre 8 e 10 de julho na 23^a Edição do Campeonato Nacional de Masters de Verão, organizado pela Federação Portuguesa de Natação, onde marcaram presença 590 atletas em representação de 67 Clubes nacionais e internacionais. Uma vez mais, André Ponte obtém a marca de 1.05.79 nos 100 metros livres, o que permitiu a sua participação no Campeonato Europeu de Masters em Roma. Para além destes feitos, obteve mais dois recordes nacionais em piscina de 50 metros nos 100 e 200 costas., com as marcas de 1.17,85 e 2.46,36 respetivamente.

Em 4 de setembro de 2022, participou em Roma no Campeonato Europeu dos Masters na prova dos 100 metros livres tendo obtido a marca de 1.05,98.

Em outubro de 2022, obteve um recorde nacional em piscina curta nos 100m C com 1.16.54 numa prova regional.

E, por último, em dezembro de 2022 obteve o recorde nacional na categoria S14 na piscina longa (50 metros) nos 200m C com 2.47.26.

Podemos dizer que a prática regular da natação tem ajudado muito para o desenvolvimento pessoal, crescimento da sua autoestima e socialização, fatores a que não é alheio o trabalho da sua atual treinadora, Sofia Carvalho, e outros

técnicos do Clube Naval de Ponta Delgada, assim como familiares, colegas de equipa e todos os demais envolvidos.

O Clube Naval de Ponta Delgada, entidade centenária da cidade de Ponta Delgada, foi fundado no início no século XIX. Com o decorrer do tempo, O Clube Naval foi desenvolvendo atividades náuticas diversificadas. Atualmente o clube agrupa 7 secções de serviços relacionados com o mar e a água.

A sua vertente formativa e desportiva tem sido vital para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atletas que competem nos maiores palcos do mundo, como o nosso laureado de hoje.

Assim, e desejando os melhores augúrios futuros ao André Ponte, à sua treinadora e ao Clube Naval de Ponta Delgada, de modo a nos confortarem com mais e renovados títulos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação a André Ponte pelas conquistas em competições regionais e nacionais. Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao atleta, à sua família, à Direção e Assembleia Geral do Clube Naval de Ponta Delgada, à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada, à Direção Regional da Saúde e Deporto e à Federação Nacional de Natação.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2023.

Os Deputados: João Bruto da Costa, Elisa Sousa, Paulo Gomes, Ana Quental, Marco Costa, Jaime Vieira.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. O voto está apresentado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Célia Pereira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membro do Governo, Senhor Secretário Regional da Agricultura:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto do Partido Social Democrata ao atleta André Ponte, reconhecendo o seu mérito inegável e também de todos aqueles que o acompanharam neste gosto pela natação e nesta dedicação a esta modalidade desportiva, nomeadamente o Clube Naval, o técnico Felipe Lima e a atual treinadora, Sofia Carvalho.

É também uma oportunidade ao associarmos a este voto de congratulação de reconhecer todo o trabalho que na região tem sido feito no âmbito do desporto adaptado. Se em 2001, 2002 a região contava apenas com 3 núcleos e 28 participantes, em 2019 contávamos já com 92 núcleos e cerca de 900 participantes em desporto adaptado. E são, muitos os prémios e o reconhecimento que temos conseguido, nomeadamente, em campeonatos nacionais e também internacionais, na modalidade do futsal, na modalidade da natação, na modalidade do atletismo, só apenas para referir alguns. E, portanto, reconhecer aqui também o caminho que a nossa região tem feito neste processo de inclusão, pela via do desporto promovendo competências e capacidades, através do desporto nos atletas que se dedicam às diferentes modalidades.

E, portanto, é com enorme satisfação que nos associamos a este voto de congratulação, endereçando também os parabéns ao André Ponte e a todos aqueles que o acompanham neste seu percurso.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então votar este voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pela comemoração dos 75 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

Tem a palavra a Senhora Deputada Marta Matos, para a sua apresentação.

Deputada Marta Matos (PS): Senhor Presidente.
Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membro do Governo:

Voto de congratulação

Pela comemoração dos 75 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico

Ainda que a constituição legal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico, tal como hoje a conhecemos, tenha ocorrido apenas em 1980, com a sua publicação em Jornal Oficial, a sua fundação remonta ao dia 14 de janeiro de 1948, por iniciativa de Manuel Macedo Pereira, que seria também o seu primeiro Presidente.

Na época, sem quartel e sem qualquer viatura, os Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico contavam com um corpo ativo constituído por doze voluntários, dispunham apenas de uma moto-bomba instalada sobre um atrelado (que ainda hoje existe) e limitavam-se a fazer serviço de prevenção de incêndios nas salas de cinema de então.

No início dos anos cinquenta do século passado, começariam os trabalhos de construção de um quartel, que apenas seria concluído já na década de oitenta e que acabaria por funcionar como espaço social anexo à nova construção de raiz, que viria a ser inaugurada em dezembro de 1986.

Durante largos anos, os Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico funcionaram numa antiga cela localizada nas traseiras do Convento Franciscano de São Roque do Pico e as suas fardas eram constituídas por roupas militares, velhas e descoloridas, oferecidas por um oficial do Exército Português, mas orgulhosa e convictamente envergadas. A sua única viatura, um Pronto-Socorro Médio batizado de “Altruísta”, ficava sempre com a chave na ignição para que, a qualquer momento, pudesse ser ligada fazendo ativar a sirene da viatura, que funcionava como sinal de chamamento, em caso de necessidade de intervenção dos “soldados da paz”.

Hoje, e depois de algumas obras de ampliação e beneficiação, esta Associação conta com um moderno e eficiente edifício que alberga os seus serviços operacionais e administrativos, inaugurado em abril de 2015, e dispõe de 24 elementos no ativo e 16 viaturas.

O espírito que a move e os valores que a definem são os mesmos que perduram desde o dia da sua fundação: a dignificação da tarefa de servir a sua terra e as suas gentes recebendo como recompensa maior a satisfação do cumprimento do dever cívico.

Esta Associação faz parte da identidade de São Roque do Pico e a população deste concelho confia e enaltece o empenho, o esforço e a dedicação que coloca em todas as missões que realiza, valoriza a intervenção e o papel social que também desempenha, reconhece a segurança e a estabilidade que lhe transmite. Através do presente voto e pela referência aos nomes daqueles que, ao longo dos tempos, estiveram à frente do seu Comando – António Miranda de Macedo,

Gaspar Jerónimo da Rosa, Manuel Jorge Quaresma, Fernando Manuel Brum de Andrade e o atual Comandante Eleutério Manuel de Simas Oliveira – homenageamos também todos os homens e mulheres que fazem e fizeram parte deste corpo de bombeiros, protegendo as vidas e os bens da população que servem, dedicando-se com sacrifício pessoal e familiar a esta causa, servindo com dedicação, solidariedade e altruísmo o concelho de São Roque do Pico.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração dos 75 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico, à Câmara e à Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 19 de janeiro de 2023.

Os Deputados: Marta Matos, Mário Tomé, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Carlos Silva.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação do voto.

Está à votação este voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo PSD, pelo falecimento de Fernando Linhares Brum. Tem a palavra a Senhora Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de Fernando Linhares de Brum

Fernando Linhares Brum nasceu na freguesia dos Biscoitos, concelho da Praia da Vitória, a 1 de setembro de 1924.

Neto de Francisco Maria Brum, sucedeu ao seu pai na gestão da Casa Agrícola Brum no final da década de 50. Ampliou as instalações vitivinícolas edificadas pelo seu antecessor, e procedeu à criação de uma nova adega e à implementação de novas técnicas de cultura da vinha.

Foi o grande impulsionador do incremento do Vinho Verde nos Biscoitos e o fundador do Museu do Vinho dos Biscoitos, localidade a que manteve sempre uma estreita e sentida ligação, destacando-se também a sua passagem como Regedor da freguesia.

Entre as décadas de 60 e 70, foi sob a sua alçada que a produção vinícola da Casa Brum e da Ilha Terceira viveu uma época dourada. E foi igualmente um comerciante de grande visão, disponibilizando produtos vários na sua “venda”, na rua de Jesus, freguesia da Sé - Angra do Heroísmo, a partir da qual também o seu papel ativo de benemérito se fazia sentir, ajudando várias causas sociais e diversas instituições, onde se destacam muitos Impérios do Espírito Santo, aonde o seu vinho chegava sempre de bom grado.

Com o crescente fluxo emigratório e o sismo de 1980, a Vinha dos Biscoitos sofre o seu primeiro revés desde o final do século XIX, com a estrutura de

“curraletas” a ser gravemente danificada, contribuindo para o galopante abandono das vinhas. Ainda assim, com pouca mão-de-obra disponível, e com paredes por erguer, Fernando Brum chega a produzir vinho no trágico ano do terramoto.

A 10 de Junho de 1987, foi agraciado pelo Presidente da República, com a atribuição do grau de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial (Classe de Mérito Agrícola), pela notabilidade dos serviços prestados nesse sector ao País.

Em 2008, a Câmara Municipal da Praia da Vitória atribuiu à Casa Agrícola Brum a Medalha de Mérito Municipal - Prata Vermeille.

Também esta Assembleia o distinguiu, a 13 de junho de 2011, na Praia da Vitória, com a Insígnia Autónómica de Mérito (Categoria de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola).

No passado dia 6 de agosto, no âmbito das comemorações do dia da sua freguesia, a Junta de Freguesia da Sé prestou homenagem a Fernando Linhares Brum pelo espírito de solidariedade e empreendedorismo ao serviço daquela localidade da Ilha Terceira.

Citando o professor e investigador Virgílio Loureiro, um dos maiores especialistas portugueses de vinhos, coube a Fernando Brum, seguir a herança familiar de seu avô, Francisco Maria Brum, o “Chico Maria”, que acreditou ser possível “ressuscitar” o Verdelho, mesmo produzindo menos e sendo muito mais sensível às doenças da Vinha.

E conseguiram-no, ao longo das últimas gerações, salvaguardando aquele produto, também na sua vertente de licoroso. Trabalho e crença no seu produto de eleição foram sempre predicados das várias gerações da família. Até aos dias de hoje.

Fernando Linhares Brum faleceu no passado dia 7 de janeiro, aos 98 anos de idade, deixando uma história de vida que ultrapassa a barreira dos Biscoitos ou da Ilha Terceira, porquanto foi alguém que deu sempre mais do que recebeu. Daí, também, todas as razões para o homenagear.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de janeiro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Linhares Brum.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia dos Biscoitos e à Confraria do Vinho Verde dos Biscoitos e à Junta de Freguesia de Sé/Angra.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2023.

Os Deputados: Nídia Inácio, João Bruto da Costa, Marco Costa, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Paulo Gomes.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto pelo falecimento do Senhor Comendador Fernando Linhares de Brum. É uma pessoa que deixa um

legado na ilha Terceira, como está muito bem explicitado pelo teor do voto e endereçamos à sua família as nossas mais sinceras condolências.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

O Senhor Deputado Berto Messias, faça o favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista lamenta também o desaparecimento do Senhor Fernando Linhares Brum, neto do icónico Chico Maria e fundador desta adega, filho do senhor Manuel Brum, que também continuou o legado do seu pai saudando, naturalmente, todo o trabalho e o legado que o senhor Fernando deixa à ilha Terceira e aos Açores e ao país, sendo também fruto do seu trabalho e do seu esforço, a que se deve o facto dos Biscoitos serem também uma zona demarcada classificada como VQPRD, devido ao vinho verde e ao trabalho que lá se faz, sendo também de realçar o trabalho que o Senhor Fernando realizou, digamos assim, para impulsionar e levar mais adiante o trabalho desenvolvido por esta família na produção de vinho verde, no norte da ilha Terceira, mais concretamente na freguesia dos Biscoitos.

Realçar também o papel que teve na fundação do Museu do Vinho dos Biscoitos, que ainda lá está, um espaço de visita também muito relevante e que mostra de forma muito clara e muito feliz a história do vinho verde naquela freguesia e na ilha Terceira.

Saudar também o trabalho do Senhor Fernando, enquanto comerciante, um comerciante icónico do centro de Angra do Heroísmo e, portanto, manifestar

aqui sentidas condolências à sua família, que continua também, basta fazer uma breve visita ao Museu para perceber o trabalho que continua a ser desenvolvido, mantendo assim o legado do Senhor Fernando e, portanto, lamentando este desaparecimento e endereçando daqui, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, as mais sentidas condolências à sua família por esta perda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então votar este voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, apresentado pelo grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de Herberto Bettencourt Dart. Para a sua apresentação dou a palavra à Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, Senhores e Senhoras Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de Herberto Bettencourt Dart

Herberto Bettencourt Dart, nasceu na cidade da Horta a 13 janeiro de 1936 e faleceu no passado dia 5 de janeiro.

Filho de Alfred Guiod Dart e de Aida Martins Bettencourt, frequentou o Liceu Nacional no Faial e concluiu o 3º ciclo no Liceu de Angra do Heroísmo.

Exerceu a profissão de bancário em Lisboa e na Horta, onde desempenhou vários cargos, nomeadamente o de Coordenador dos Serviços de Emigração do Banco Português do Atlântico para os Açores.

Destacou-se como sindicalista ao instalar a primeira Sede do Secretariado da Horta do Sindicato dos Bancários.

Pelo PSD, foi deputado municipal, eleito vereador (1968-1971), e no ano de 1982 eleito Presidente da Câmara Municipal da Horta, tendo cumprido também o mandato de 1985 e 1989, cargo em que revelou indiscutível empenho e elevada competência.

Figura ímpar e notável, ainda sem financiamento de fundos comunitários, a ele se devem, algumas importantes obras públicas, de que se destacam o extenso caminho que liga o Varadouro ao porto do Comprido no Capelo, a marginal da Praia do Almoхарife e o seu respetivo Parque de Campismo.

No domínio da salubridade pública foi a vereação de Herberto Dart que encerrou a lixeira a céu aberto no Parque da Alagoa e no Monte Carneiro e a modernização duma indispensável recolha de lixo. Na busca de uma mais completa utilização daquela zona norte da cidade foi construída a piscina municipal, mais tarde coberta por outra edilidade.

A expansão e a conseqüente valorização da Semana do Mar, foram uma constante na presidência de Herberto Dart, a que se associaram muitos faialenses emigrados, com destaque para os que viviam nos Estados Unidos, agora também os da Califórnia, após a geminação da cidade de Fremont com a da Horta. Depois de New Bedford, Fremont passou então a ser a segunda cidade irmã da Horta.

Herberto Dart terminou as suas funções públicas, em 1991, como Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia Regional dos Açores, na VII legislatura.

Entre 1988 e 1996 presidiu à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Horta contribuindo assim para a prossecução da missão daquela instituição e foi membro da Comissão de Restauro das Igrejas de S. Francisco e Matriz da Horta, numa vertente católica, onde também se distinguiu na devoção a Nossa Senhora da Saúde que é venerada no sítio do Varadouro, na freguesia do Capelo.

Assim, com um sentimento de pesar ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Herberto Bettencourt Dart, reconhecendo a sua disponibilidade e bem-feitoria do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2023.

Os Deputados: Salomé Matos, João Bruto da Costa, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Paulo Gomes, Marco Costa.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Ana Luís, faça favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se com pesar a este voto aqui apresentado pela Senhora Deputada Salomé Matos pelo falecimento do Senhor Herberto Dart, que se destacou por ter exercido funções como Presidente da Câmara Municipal

da Horta, mas que, obviamente, lhe é reconhecido todo um percurso profissional, político e cívico pelas instituições por onde passou pelo espírito dinâmico e pelo seu empenho e disponibilidade.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista daqui dirige as suas mais sentidas condolências à sua esposa e os seus filhos e a todos os seus amigos, bem como àqueles que com ele privaram.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Herberto Dart deixou uma marca reconhecida, enquanto cidadão e enquanto político, na ilha do Faial e também no âmbito regional e destacou-se, efetivamente, pelo seu empenho na atividade cívica.

E, por isso, o CDS naturalmente se associa a este voto de pesar pelo falecimento do Senhor Herberto Dart, enviando assim daqui também as nossas condolências à família, amigos e todos com quem privou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então colocar à votação este voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, pelo falecimento de João Alberto da Silva Pereira. É apresentado pelo CHEGA, tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado e bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de João Alberto da Silva Pereira

Faleceu no primeiro dia deste ano de 2023, João Alberto Silva Pereira – Presidente da Junta de Freguesia da Candelária, em São Miguel – aos 52 anos, deixando um importante legado ao nível do movimento associativo juvenil, desportivo, cultural e social da ilha de São Miguel e dos Açores.

Desde sempre esteve ligado ao associativismo. Foi responsável pela fundação da Associação Juventude de Candelária, em 1995, que deu um novo impulso ao teatro naquela zona de São Miguel, mas motivando o crescente interesse por esta arte. O Juvearte – Festival de Teatro, que levou o teatro também a outras ilhas, é um dos exemplos mais flagrantes desta conquista.

João Pereira acabou por liderar a Associação Juventude de Candelária durante largos anos e introduziu novos interesses na organização. Nomeadamente o Clube Desportivo Juventude de Candelária, iniciado em 2004 integrando a Associação de Juventude de Candelária, como resultado do desejo de muitos jovens que queriam praticar futsal. Um Clube que continuou ligado à Associação Juventude de Candelária até 2009, constituindo-se legalmente, a partir daí, como Clube Desportivo independente. João Pereira foi presidente-fundador do Clube, tendo estado em funções até 2012, e repetindo a presidência mais tarde.

Era um homem bom, cordial e empático, motivado pelo amor que tinha às artes e à sua freguesia da Candelária. Tudo tentava para que se conseguisse melhorar as circunstâncias dos jovens e de toda a população da freguesia, fosse através do desporto, das atividades cénicas ou do lazer.

A par da sua profissão - de coordenador técnico dos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada – a política também passou a fazer parte do seu percurso. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Candelária – nas autárquicas de 2021 integrou o grupo de cidadãos “Sempre Candelária” - cumprindo três mandatos, o último que infelizmente não conseguiu concluir.

Perdemos um bom amigo, mas os Açores perderam um grande Homem de Cultura e um dedicado autarca. Muitos de nós tivemos o privilégio de o ter como amigo, colega de trabalho, mas também de partilhar com ele muitas das lutas artísticas e culturais.

Comungávamos de alguns ideais, e vai ser sempre recordado pela sua entrega à freguesia da Candelária e à cultura dos Açores. O João Pereira deixou-nos fisicamente, mas o seu legado e os seus ensinamentos vão permanecer para sempre.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de João Alberto Silva Pereira, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Associação Juventude de Candelária, à Junta de Freguesia de Candelária, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, e à Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Horta, Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2023.

O Deputado: José Pacheco.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar a votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Senhora Deputada Nídia Inácio.

Deputado Nídia Inácio (PSD): Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt

José Manuel da Costa Bettencourt nasceu 9 de outubro de 1945, na freguesia da Conceição, em Angra do Heroísmo.

Foi fundador do PSD/Açores e deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, eleito pelo círculo eleitoral do antigo distrito de Angra do Heroísmo.

Filho de um militar da Força Aérea Portuguesa, estudou num colégio privado em Angra do Heroísmo. No final do ensino secundário, o seu pai foi colocado na Base de São Jacinto, em Aveiro, altura em que frequentou o curso de Estudos Industriais.

Em 1967, começou a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, em Estremoz, sendo posteriormente mobilizado para a Guiné-Bissau, onde esteve 22 meses, participando em várias missões, tendo sido ferido em combate e evacuado para Lisboa.

De volta à Terceira, em 1971, foi convidado a lecionar na Escola Comercial e Industrial de Angra do Heroísmo.

Foi então fundador do PSD/Açores, sendo eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, pelo círculo eleitoral do antigo distrito de Angra do Heroísmo.

Desse período destaca-se a sua ação cívica e política, nomeadamente durante o processo autonómico, participando em sessões de esclarecimento e privilegiando o contacto com as pessoas, numa altura de grandes mudanças nos Açores.

Devido a divergências com a direção de Francisco Sá Carneiro, abandonou o PPD/PSD e aderiu, em 1978, ao PS, tendo desempenhado diversos cargos partidários e as funções de deputado nesta casa, durante 16 anos.

A sua atividade partidária no PS ficou marcada por divergências com diversas lideranças socialistas a nível regional e nacional.

Já aposentado, José Manuel Bettencourt mudou-se para Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Brasil, embora passando sempre algum tempo na sua casa do Porto Martins, quando regressava à Terceira, para onde voltou definitivamente nos últimos anos.

José Manuel Bettencourt, político terceirense, faleceu a 30 de dezembro de 2022, aos 77 anos de idade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de janeiro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2023.

Os Deputados: Nídia Inácio, João Bruto da Costa, Elisa Sousa, Paulo Gomes, Marco Costa, Jaime Vieira.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto que recorda um dos políticos e uma das personalidades que deu tempos difíceis, mas também desafiantes, da instauração da democracia e da autonomia, um contributo poderoso para essa consolidação nos Açores e, inclusive, como foi já referido, para a consolidação e institucionalização desta Casa do povo açoriano.

José Manuel Bettencourt era um homem livre, um genuíno social-democrata. Aliás, tendência trabalhista, que gostava e tinha paixão pela política e pelas ideias e fazia-o com determinação, frontalidade, coerência e coragem.

Encontrou no Partido Socialista a sua casa e deu um contributo poderoso à institucionalização do Partido, à sua linha programática e contributos muito valiosos e propostas muito válidas para os Açores e a governação dos Açores.

É por isso de inteira justiça honrar a sua memória e lembrar que a democracia, autonomia e esta Casa são feitas de homens e mulheres como José Manuel Bettencourt.

O seu exemplo, a sua coerência, os seus ideais continuarão naturalmente entre nós e não serão esquecidos.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos colocar à votação este voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim a apresentação dos votos.

Vamos avançar para as declarações.

Senhor Deputado António Vasco Viveiros pede a palavra para?

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Senhor Presidente, para uma interpelação.

Para pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Regressamos às 11 horas e 20 minutos.

Eram 10 horas e 49 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Vamos então avançar para as Declarações Políticas.

É a vez do PSD fazer a sua declaração política. Para o efeito, dou a palavra ao Senhor Deputado João Bruto da Costa. Faça favor, Senhor Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

No início deste ano de 2023 o Governo da Coligação cumpre o compromisso com os açorianos, dando execução ao orçamento que dá a maior resposta social, de sempre, no apoio às famílias e às empresas açorianas, devolvendo aos nossos concidadãos os impostos que os socialistas cobravam. Não só o que cobravam a mais, como o que cobravam pelo apego a políticas que estrangulavam os Açores com uma elevada carga fiscal. Com este Governo da Coligação, com o apoio de 6 Partidos e do Deputado Independente, os Açores têm hoje a mais baixa carga fiscal do país. Com a baixa de impostos do IRC, do IRS e do IVA ficaram na posse das famílias e das empresas açorianas mais de 140 milhões de euros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nas mãos do PS os açorianos continuavam a pagar mais impostos e talvez até ainda pagassem mais ISP do que era legalmente admissível, pois era assim que o PS governava nos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Com o atual governo da coligação os idosos açorianos têm os maiores apoios sociais de sempre. E não, não são medidas temporárias e para acudir apenas neste momento de dificuldade, são apoios estruturais no combate

à pobreza e à exclusão social. Com o aumento do *cheque pequenino*, de 54 para 97€, os idosos açorianos estão mais protegidos no presente e para o futuro.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quando um idoso açoriano, no tempo dos socialistas, ia a uma farmácia para aviar as suas receitas e tinha direito ao COMPAMID, primeiro tinha de pagar, depois percorria um calvário de beija-mão socialista, para finalmente ter as assinaturas necessárias e ser pago o apoio devido.

Com o governo da coligação o apoio dado pelo COMPAMID passou de 416€ para 580€.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora, são mais de 20.000 os beneficiários, quando com os socialistas, eram apenas 7000.

Agora, um idoso açoriano para beneficiar do COMPAMID, basta ir à farmácia e automaticamente tem apoio para os seus medicamentos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Sim, nós acreditamos que os idosos açorianos estão mais protegidos e são mais felizes com esta forma de resolver os seus problemas, do que com as constantes cobranças socialistas.

Mas, não só os idosos beneficiam da adoção de medidas estruturais, com as quais o atual governo da coligação está a executar com o presente orçamento. São também as famílias açorianas que, com o atual governo da coligação, se dispensam de bater à porta de um socialista para ter melhorias nos seus rendimentos.

É verdade, dando execução ao orçamento para este ano, o governo da coligação tornou as creches gratuitas para todos os escalões. Um investimento orçamental que passou dos 164.000€, para 3,5 milhões de euros. Abrangendo agora 2900 crianças, quando eram apenas 700.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

É mais rendimento disponível para as famílias.

Aumentou, a partir deste ano, em 15%, o apoio financeiro concedido aos doentes deslocados. Valor três vezes superior à inflação registada no ano passado.

Aumentou 15%, valor também superior três vezes à inflação, o complemento regional do abono de família.

E para as nossas crianças, que são prioridade no nosso desenvolvimento coletivo, são também reforçadas as verbas do apoio social escolar, em cerca de 22%.

Sim, é verdade, com o atual governo da coligação, os nossos alunos e as suas famílias terão maior igualdade no acesso à educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Mas, foi também aumentado o valor da remuneração complementar dos funcionários públicos da nossa região. Um investimento total acrescido de cerca de 1 milhão de euros.

E com as reduções do imposto sobre os combustíveis, decretadas pelo governo da coligação, como resposta aos aumentos registados, ficaram 15 milhões de euros no bolso dos consumidores, isto é, de todos os açorianos.

Deputado Paulo Gomes (PSP): Muito bem!

O Orador: E os açorianos também não esquecem que, com os socialistas era impossível ter tarifas aéreas baixas nas viagens inter-ilhas. Este governo da coligação dinamizou a mobilidade regional, promovendo o turismo interno com a Tarifa Açores. São 60€, nas viagens de ida e volta, a cada uma das nossas ilhas.

Deputado José Ávila (PS): E acabou com o transporte marítimo!

O Orador: Outros foram e são contra a Tarifa Açores. Sim, é muito importante não esquecer isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Com este governo da coligação e com a maioria parlamentar que aprovou o orçamento da região, estamos a dar a resposta que nos compete, solidários com os açorianos neste período de incerteza e de aumento do custo de vida.

Desde o dia primeiro de janeiro que estão em vigor, nos Açores, os maiores apoios sociais da história da autonomia, bem como os impostos mais baixos do país.

Mas vamos ainda mais longe. A iniciativa de apoiar o aumento dos salários dos trabalhadores do setor privado, anunciada recentemente pelo Senhor Presidente

do Governo, irá constituir mais uma importante medida de apoio de ajuda às famílias e às empresas açorianas.

Com uma dotação de 10 milhões de euros, que irá abranger 55 mil trabalhadores, o programa mais é mais uma das muitas iniciativas que o Governo liderado pelo Doutor José Manuel Boleeiro tem tomado para proteger os açorianos num período de incerteza.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Trata-se de uma boa medida do governo da coligação para mitigar os efeitos da crise inflacionista.

Vir dizer, como o Partido Socialista, que apoiar o aumento dos salários é uma mão cheia de nada, é bem revelador de um profundo desprezo pelos trabalhadores açorianos.

Deputado Paulo Gomes (PSP): Muito bem!

O Orador: Ao que chegou o Partido Socialista, a ânsia de atacar o Governo dos Açores é tanta, que agora até critica o apoio ao aumento dos salários no setor privado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Este PS limita-se a fazer uma oposição de terra queimada, criticando tudo o que o Governo faz e nunca apresentando medidas credíveis.

Os açorianos já perceberam., não podem contar com este Partido Socialista, neste momento de incerteza a nível internacional.

Por mais medidas que sejam tomadas pelo governo da coligação e pela maioria parlamentar para ajudar as empresas e as famílias, o PS insiste na repetição de falsidades.

Os apoios às famílias dos Açores são os maiores de sempre.

O que diz o PS? Repete a falsidade que o Governo não toma medidas.

O Governo já tem em preparação um programa de apoio às famílias para o crédito à habitação e o que diz o PS? Repete a falsidade de que o Governo não toma medidas.

As pequenas e médias empresas dos Açores vão beneficiar em 2023 de novo alívio fiscal, o maior de sempre. E o que diz o PS? Repete a falsidade de que o Governo não toma medidas. Este robusto conjunto de medidas anunciado pelo Senhor Presidente do Governo e pelo governo da coligação, que já se encontra em execução, desmente as falsidades do Partido Socialista e que repetem diariamente só para tentar espalhar desinformação.

O PS transformou-se num partido do pessimismo e do alarmismo. É um partido sem projeto político.

Com a atual maioria parlamentar, o governo da coligação está ao lado dos açorianos, trabalhando para enfrentar todos os desafios que os Açores têm pela frente.

Os Açores sabem e os açorianos sabem que podem contar connosco!

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está feita a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Sem dúvida que vivemos uma conjuntura difícil e à qual este Governo de coligação está a dar resposta com a implementação e preparação de diversas de diversas medidas. Mas, há algo que é evidente nesta governação, que é que não esperasse que algo acontecesse para implementar e para iniciar o novo paradigma na região dos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: E a verdade, é que é que desde o início tem sido muitas aquelas medidas que têm sido implementadas para ajudar as famílias, as empresas e as instituições e não ficou à espera que algo acontecesse.

Como é o caso da redução da baixa de impostos, que representou uma poupança às famílias de 140 milhões de euros ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e que, se fosse e não nos podemos esquecer, pela mão do Partido Socialista, tal não teria acontecido porque este não concordava que a classe média fosse beneficiada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É uma verdade incómoda!

A Oradora: Também é preciso dizer que foi este governo de coligação que tem resolvido tantas questões que se arrastavam ao longo dos anos, como a questão dos professores, da atualização da de muitas carreiras médicas, na habitação, tantas situações, como os Foros do Solmar, na ilha de São Miguel, Associação dos Casteletes na Urzelina, ou ainda, o bairro de Nossa Senhora de Fátima, na ilha Terceira. E tem sido este governo que tem resolvido estas situações.

Ou ainda, diversas medidas de respostas sociais, como por exemplo, na resposta erpi, este Governo em apenas dois anos, a verdade é que aumentou em 20% o valor padrão.

E esta sim, é a diferença da governação, é que não é uma governação de reação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Também é preciso dizer que, no âmbito de todas estas medidas que, desde o início da governação tem permitido apoiar as famílias, as empresas, as instituições, como foi referido com o aumento do COMPAMID, a simplificação do COMPAMID, o aumento do CEDO,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... o aumento da diária do doente deslocado, ou ainda, as creches gratuitas, que já tinham sido que já tinham sido alargadas até ao 13º escalão e que agora vão ser gratuitas, assim como as amas, que representa uma poupança às famílias, de cerca de 3,5 milhões de euros. Ou ainda, o *cheque pequenino* que teve um aumento de 54 para 97€. Ou também, e é preciso dizê-lo, as importantes medidas aos jovens no ensino superior, como o prémio de mérito, que aumentou de 500 para 700€, ou ainda, o prémio do apoio às bolsas de estudo, que é um investimento de 800.000 € deste governo regional e que apoia cerca de 450 estudantes da nossa região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E muitas destas medidas foram implementadas antes da crise e, por isso, como disse, este sim, é um governo de ação e não de reação, mas também, perante a situação difícil que estamos a viver foi este Governo que

apresentou um orçamento, o maior orçamento com pendor social de sempre para fazer face...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... a esta situação que estamos a viver. E a verdade é que a responsabilidade e a urgência do Partido Socialista foi votar contra esse plano de orçamento ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

... que previa tantas medidas de apoio às famílias, às empresas e às instituições. E, na continuidade deste trabalho, sim, da implementação de medidas e daquilo que se prevê implementar perante esta situação foi a criação do Programa Mais para incentivar o aumento salarial, é o passe social, as verbas para a capitalização das micro e pequenas empresas, os sistemas de apoio aos juros de crédito à habitação, ou ainda, o combustível social, entre outras medidas que em dois anos, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): É verdade!

A Oradora: ... apenas em 2 anos, tem resolvido tantos problemas que têm vindo do passado e não tem sido esta a desculpa para não resolver os problemas que vinham do passado, mas também têm implementado medidas inovadoras na nossa região e que dão resposta à situação em que estamos a viver atualmente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, muitas vezes o Partido Socialista, ainda esta semana, afirma que o Governo está esgotado. E, perante todas estas medidas, de tudo isto que tem sido implementado, não... julgo que muitas vezes, se calhar, o Partido

Socialista afirma que este Governo está esgotado para não se sentir esgotado sozinho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E, só para terminar, dizer que o Governo está a trabalhar, neste momento, para apoiar as famílias, as empresas, as instituições. Tem trabalhado desde o início desta governação, irá continuar a trabalhar neste sentido e estamos certos que este é o caminho para uma prosperidade para a nossa região.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

(pausa)

Não havendo inscrições, vamos proceder ao encerramento desta declaração política. Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa, para proceder ao encerramento da declaração política.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há de facto algo inédito nesta nossa conjuntura político-partidária e parlamentar, é que temos o maior partido da oposição, que ainda ontem tentou falar sozinho...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O quê?!

O Orador: ... faltando 10 minutos para o encerramento dos trabalhos e tendo uma declaração política de 10 minutos, quis falar sozinho ontem nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E, depois de ontem ter querido falar sozinho, o maior partido da oposição, que teve 24 anos a deixar estes Açores de mão estendida, com maiores índices de pobreza, que nos envergonham, que nos penalizam, que nos martirizam, mas também deixem que vos diga, que nos mobilizam, aqui neste Parlamento, numa maioria parlamentar em que continuamos a ouvir o Partido Socialista a dizer que são os únicos com o passo certo.

Nesta parada política, o Partido Socialista continua sozinho no seu passo, no passo que trouxe a estes Açores com tantas dificuldades, mas que com esta coligação e com esta maioria parlamentar soubemos e estamos a saber ultrapassar, dando aos açorianos o devido reconhecimento pelo seu trabalho, pelo seu esforço e pelo seu contributo para a nossa sociedade, devolvendo o dinheiro dos seus impostos, que os senhores quebravam ilegalmente e que não deixavam os Açores andarem para a frente.

Não! Mudou, de facto, este regime!

O PS que gosta de falar sozinho, continua a querer falar sozinho, não é capaz de intervir, no âmbito do debate parlamentar. Não é capaz de discutir quando é confrontado com as suas fraquezas e com o estado em que deixou esta região.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Grande postura!

O Orador: De facto, há aqui há aqui uma circunstância que, confesso, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, é para nós penaliza dor, é uma espécie de vergonha alheia, tenho que lhe dizer.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Apoiado!

O Orador: Alguém que quando entrou para a política, neste Parlamento, já deu já deu para formar jovens açorianos que hoje têm dificuldade em comprar uma casa, em ter boa formação ou encontrar um futuro para os seus filhos nesta região. O senhor que passou todo o percurso escolar de tantos e tantos jovens açorianos, que estão agora no auge da sua vida à procura de um futuro melhor, e que não é capaz de assumir a responsabilidade daquilo que deixou nos Açores e das dificuldades que não foi capaz de resolver e que lidera um partido que, para além de querer falar sozinho, não apresenta nenhuma medida credível para mitigar as dificuldades que nós temos neste ano de 2023 que enfrentar.

Este Governo, esta coligação, esta maioria parlamentar não desistiu de enfrentar os problemas. Não baixou os braços e não se limitou a dizer: “que venha aí o diabo”. Tomou medidas, mudou o paradigma da governação e está a transformar os Açores para melhor, melhorando a vida dos açorianos.

Vamos continuar a trabalhar em conjunto, e não sozinhos nessa parada desconcertante que o Partido Socialista segue, para transformar para melhor a vida dos açorianos.

Pode-se ter a certeza o Partido Socialista que, por nós, não ficará a falar sozinho. Mas, pode ter certeza, Doutor Vasco Cordeiro, que muitos açorianos e cada vez mais açorianos vão deixar de o ouvir. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado João Bruto da Costa.

Para uma para uma interpelação, tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Tendo em conta as referências que foram feitas à declaração política do Partido Socialista ontem, que versou sobre o mesmo tema, gostaria de saber se essa declaração foi feita no prazo regimental e, se o Partido Socialista se opôs a que houvesse debate sobre a sua declaração política? Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: A declaração política foi feita dentro do horário regimental e acordamos todos que faríamos o debate possível neste tipo de figura.

Vamos avançar para a próxima declaração política, do CDS-PP e tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

“Cabos submarinos de Fibra Ótica”

Em 2019 foi constituído um grupo de trabalho que viria a determinar um conjunto de recomendações para a renovação dos cabos submarinos que fornecem os Açores. Em 2021 a região é confrontada por uma nova proposta de modelo, apresentada pela subconcessionária, IP TELECOM, onde foi feita tábua rasa das recomendações do grupo de trabalho, ao qual pertencia o Governo Regional dos Açores.

O CDS-PP, como sempre defendeu, reitera que devem ser garantidas e renovadas todas as conexões existentes que ligam os Açores ao território continental, os Açores à Madeira e as ilhas entre si. No entanto, com a instabilidade política que se sente na República, ficamos sem saber qual o rumo dado a sete ilhas dos Açores.

A substituição do conjunto de cabos submarinos que ligam digitalmente os Açores ao mundo, não se compadece com bairrismos simplórios. Nem o ponto de amarração significa uma situação de privilégio de uma ilha face a outras.

Os Açores ficam ligados por um Anel CAM de alto débito por dois pontos de amarração, mas sem redundância. Só há redundância se houver ligação entre São Miguel e Terceira por cabos da mesma natureza entre as duas ilhas. E isto sim, é o ponto. A redundância, numa Região arquipelágica como a nossa, com as suas particularidades sismo-vulcânicas, é fundamental, é crucial, para garantir que uma qualquer situação imprevista, não é agravada por apagão tecnológico.

Mas, defendemos, que as restantes ilhas também devem ser contempladas na renovação da fibra ótica de alto débito. Os Açores são nove ilhas e não duas.

As estratégias não podem ser alteradas à revelia da região, como se as ligações de fibra ótica do território continental aos Açores nada tivessem a ver com os açorianos, e como se isso não tivesse qualquer impacto nas suas vidas e na

organização das suas empresas, e que mesmo com maiorias absolutas a falta de diálogo é antidemocrática.

É fundamental que haja redundância na ligação por fibra ótica do arquipélago ao continente português com pelo menos dois pontos de amarração nos Açores e dois pontos de amarração no território continental, numa configuração que não deixe a região completamente isolada em termos de comunicações caso surja algum problema com um dos cabos, o que seria um retrocesso civilizacional inaceitável.

Está próximo o fim da vida útil do anel interno que liga as restantes 7 ilhas dos Açores, pelo que é inaceitável que o projeto que o Governo da República prevê implementar não contemple a substituição por Smart Cable que ligam as ilhas entre si.

Os Smart Cables permitem recolher dados de pressão, temperatura e ocorrência de sismos, que são fundamentais para a proteção e segurança dos açorianos. O Grupo Parlamentar do CDS-PP defende que estes dados devem ser também partilhados com a Região Autónoma dos Açores.

É responsabilidade da República assegurar a coesão territorial e garantir que a condição ultraperiférica não deixa nenhum português de fora.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Para dizer que estou plenamente de acordo com o que disse o Senhor Deputado Rui Martins, a maioria das vezes continuamos a estar de acordo, apesar de em partidos diferentes.

E neste sentido, o CHEGA já fez um requerimento ao governo regional para que sejam dadas as devidas explicações técnicas, porque então eu vou dizer em bom português: bairrismo e gente tola, os Açores estão cheios e não vai ser um qualquer engenheiro de taberna, que é o que eu mais ouço, são engenheiros de taberna, a dizer que é isto ou que é aquilo. Eu quero que os técnicos digam que é que é bom, que é que não é bom.

Os Açores se continuam mergulhados em bairrismos de ilha contra ilha, de região ou de zona contra a zona, eu começo a defender o cabo submarino para a ilha do Corvo. Pelo menos, tem menos gente para chatear e já temos lá o rei. O Rei amarra o cabo e agente amarra-se todos ao cabo. E, já agora, alguns que amarrem a burra porque também vão perceber uma coisa: agente opina no que sabe opinar.

O CHEGA aguarda, ainda temos uma semana, ainda nos faltam mais três para darem as respostas técnicas ao cabo submarino que faz a ligação fundamental dos Açores ao mundo, no mundo da tecnologia. É bom que os açorianos percebam isso.

Aquelas vizinhas daquele animal que há na Graciosa, pois esses hão de se calar um dia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

Eu, como micalense, gosto muito de defender a minha terra e, sinceramente,
ainda não percebi bem a história da redundância que só é assegurado através da
ilha Terceira, que podia ser assegurado por Santa Maria ou por outra ilha
qualquer.

Mas admito, até porque como micalense que sou, mas como açoriano que sou,
eu acho que acima de tudo *não vai mal ao mundo* se o cabo entrar pela Terceira.
Sinceramente, o que me constrange é perceber que há intervenções nesta sala
onde se ofendem pessoas que nem sequer têm aqui oportunidade de se defender
dos insultos que são feitos às pessoas e às profissões que elas desempenham.
Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A declaração política do Grupo Parlamentar do CDS-PP traz a esta Câmara, um assunto que é importante. Um assunto no qual o Partido Socialista e os governos do Partido Socialista se empenharam quanto à sua concretização e é importante também referir que, da parte do Governo da República, do Partido Socialista, houve e há e acreditamos que continuará a haver, toda a diligência quanto à concretização de um investimento que se reputa de essencial para a nossa região.

Esta é uma que tem uma fortíssima componente técnica. Uma fortíssima componente de tecnicidade quanto aos diversos aspetos que relevam para se alcançar uma ótima solução.

Aquilo que também exortamos é que o governo regional continue este trabalho que, conforme foi referido pela declaração política do Senhor Deputado Rui Martins, é um trabalho que já vem de trás. Em segundo lugar, que esclareça, o máximo que lhe for possível, o seu posicionamento, a sua posição em relação às opções técnicas que vão surgindo e que vão colocando, sendo certo que, para nós, a nossa posição é, como sempre foi, muito clara.

Nós entendemos que este investimento é estruturante, é condição essencial de sobrevivência, quase, da nossa região, da nossa economia. É um aspeto essencial para novos setores da nossa economia.

Em segundo lugar, uma posição clara quanto a entendermos que nas soluções técnicas que forem ponderadas que forem consideradas, não deve haver prejuízo de nenhuma ilha nem no seu global, nem prejuízo de nenhuma ilha, face a outra ilha.

Julgamos que, havendo soluções técnicas que permitam uma justa composição, uma equilibrada, composição de interesses, é isso que nós defendemos. Foi nesse trabalho que os governos do Partido Socialista se empenharam e, julgo que, os relatórios técnicos do trabalho feito pelos governos do Partido Socialista são claros em relação a esta matéria.

Gostava também de concluir, dizendo que nós temos inteira confiança em que esse investimento será feito para benefício dos Açores. Para benefício daquilo que são as nossas comunicações, a relevância que elas têm para a nossa economia, um investimento suportado pelo Governo da República que cumpre, também assim, a sua obrigação para com a coesão territorial, neste caso, através deste investimento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Vejo que há aqui deputados que já estão convertidos à nova centralidade dos Açores.

(Aparte inaudível)

Faz bem, Senhor Deputado, faz bem!

Faz bem, porque durante muito tempo não foi que se tivesse mais com os outros, foi ter muito menos que os outros na ilha do Corvo. Não ter o ensino secundário, como todas as outras crianças dos Açores tinham!

Não ter um refeitório e refeições escolares, como todas as outras crianças dos Açores, tinham!

Não ter um museu e defender o seu património cultural, como acontecia em todas as outras ilhas dos Açores!

Deputada Ana Luís (PS): O senhor agora está numa boa posição para dizer isso!

O Orador: Não ter clubes desportivos, como acontecia com todas as ilhas dos Açores!

Não ter uma infinidade de meios que hoje temos!

Também na saúde!

E em que estamos a cumprir aquele que é o propósito da autonomia desde o início. Nós somos nove parcelas territoriais e caminhamos todos juntos.

Esse é o propósito da autonomia dos Açores desde sempre!

E aqueles que defendem que existem alguns centralismos que é preciso defender, são os mesmos que depois criticam que na União Europeia, por exemplo, exista o centralismo alemão ou francês, tendo em conta a população e o território e o potencial económico.

Não, a nossa opção é uma opção de caminharmos juntos, sem megalománias, fazendo aquilo que é necessário fazer e, Senhor Deputado José Pacheco, bem-vindo ao início, bem-vindo a 1976.

Também quero dizer, em relação a esta matéria, que o Partido Socialista agora tem um truque político, que é este. Como não quer favorecer a Região Autónoma dos Açores, como não quer aqui concretizar aquelas que são as suas obrigações constitucionais, como vimos ontem, por exemplo, num debate que

aqui tivemos em relação à segurança e à falta de investimento nas forças policiais, nas infraestruturas, nos meios humanos, como não está a cumprir aquele que é o seu propósito, aquelas que são as suas obrigações constitucionais, agora o Partido Socialista tem outra forma de fazer a política, que é: Sai uma notícia, apresenta-se um propósito, como por exemplo, em relação ao contingente Açores, em que se diz assim: “Vamos reduzir o contingente Açores.” O Governo da República diz que vai reduzir o contingente e depois o Partido Socialista diz que é uma grande vitória ter impedido a redução do contingente Açores. Ou seja, fica-se exatamente na mesma onde estava. O que se fica a saber é que o propósito era afetar os interesses dos Açores, mas depois sai sem braços porque afinal, fica tudo na mesma.

Esta é a política do Partido do Partido Socialista, neste momento! E o Senhor Deputado Vasco Cordeiro nos cabos submarinos, depois de ter ficado calado no debate anterior....

(Aparte inaudível)

O Orador: Ó Senhor Deputado já me acusam tanto de falar tanto, que também, de vez em quando, também fico à espera da vossa intervenção. Vocês até são mais do que o PPM! Ainda são mais que os deputados do PPM, ainda!

Mas, o que eu vos quero dizer é que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, depois de ter ficado sem argumentos na discussão anterior, vem agora dizer que é importante que isto se faça, que é importante que os interesses dos Açores se façam! Ó Senhor Deputado, de si como ex-Presidente do Governo regional, de si como integrando o partido que governa a República, de si o que se tem de exigir é outro tipo de energia, outro tipo de compromisso. E é dizer desde o início que é inaceitável os atrasos que já registaram neste processo. É isso que se esperava da parte de Vossa Excelência. Essa é a primeira coisa e o senhor não o disse. Interessa pouco aquilo que disse, interessa muito mais aquilo que

não o disse e os compromissos que Vossa Excelência não assumiu nesta matéria.

E quero-lhe dizer, que compromissos é que assumi Vossa Excelência, por exemplo, em relação à garantia de redução de preços? Nenhuma.

Que garantias, nesta matéria, Vossa Excelência assegurou no sentido, dos Açores não pagarem mais nas ligações entre os Açores e o território continental do que aquele que se paga, por exemplo, entre Lisboa e o Porto?

Que cumplicidade teve, em relação ao governo regional e com o povo dos Açores, em relação ao facto de ter que ser, como bem disse e bem referenciou o CDS, instalado um conjunto de tecnologias que são essenciais para uma região sísmica como a nossa?

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Que garantias é que Vossa Excelência deu nesta matéria? Nenhuma, Senhor Deputado Vasco Cordeiro. O Partido Socialista, nesta matéria, não deu nenhuma garantia.

E agora o que é importante, e termino, Senhor Presidente, é que o Governo dos Açores está a fazer o seu trabalho com determinação, a exigir que o Governo da República cumpra as suas responsabilidades. Já basta de atrasos, já basta de negligências, já basta de prejudicar o Governo dos Açores e o povo dos Açores nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

É pertinente a declaração política que nos é trazida pelo CDS-PP, em relação à matéria dos cabos submarinos.

É preciso lembrar que o atraso já supera os dois anos na sua substituição e o Governo da República não tem assumido, até este momento, essa responsabilidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: O mesmo se poderá dizer, em relação ao concurso da cobertura das zonas brancas onde não há internet, na nossa região.

O certo é que já se fizeram duas consultas públicas à ANACOM, relativamente à cobertura das zonas brancas e havia o compromisso, mais um - palavras leva as o vento -, do Governo da República que, até ao final do ano de 2022, seria lançado o concurso para a cobertura das zonas brancas.

Relembro, em relação a estas zonas brancas, situações como Ponta Delgada da ilha das Flores, ou Santo Antão e a Vila do Topo, na ilha de São Jorge.

Acho que é urgente que esse processo avance e fica assim também este alerta do grupo parlamentar do PSD, em relação a esta matéria, porque é tempo de o Governo da República assumir e agir e deixar-se de palavras que só levam o vento.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Presidente do Governo Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Uma primeira palavra, em nome do governo, de saudação por esta iniciativa da Declaração Política.

É uma temática de atualidade, que corresponde ao pensamento que na autonomia nós devemos acentuar e cultivar, estarmos atentos às negligências do cumprimento das funções de Estado no que à sua missão, na área periférica do país, importa realizar.

E a primeira conclusão que se pode tirar, de crítica é de que, o Estado negligenciou em prazo a substituição dos cabos submarinos de fibra ótica.

E temos, pois, que sinalizar criticamente este atraso e atender ao procedimento daqui em diante. O Governo dos Açores e concedo este, o XIII e o anterior, o XII, procurou estar atento e participativo neste processo. Mas, mais uma vez, além do atraso, igualmente, o esquecimento da coordenação com as regiões autónomas e com o Governo dos Açores voltou a acontecer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É preciso denunciar!

Foi feita a devida reivindicação para a participação e audição do Governo da Região Autónoma dos Açores neste processo.

Há, pois, dois registos indeclináveis no atendimento da República, em relação a este objetivo, um atraso e uma omissão. Deve ficar sinalizada nesta reflexão parlamentar e no quadro desta declaração política aqui assumida.

Mas também é preciso que fique inequívoco e fica bem registado aqui no Parlamento, não só nos termos da própria declaração política, mas do que quer sinalizar em nome do Governo, sendo que, em termos públicos, face a uma outra polémica mediática surgida sobre esta matéria, o Diretor Regional das Comunicações já interveio e esclareceu.

No entanto, é bom sinalizar em devido tempo, alertamos e reavivamos hoje a memória para assegurar a substituição do Anel CAM que, agora sim, finalmente foi indicado para IP Telecom organizar a sua abertura de concurso público.

É preciso assegurar a inclusão neste processo o Anel inter-ilhas, de modo que não fique atrás as ligações inter-ilhas, para além do Anel CAM e esta sinalização temos feito junto do Governo da República. É preciso que os benefícios do Anel CAM não deixe, como há pouco foi bem sinalizado pelos senhores deputados que precederam esta minha intervenção, todas as ilhas.

É assim que assegurámos, como é objetivo, aliás, europeu e global, uma transição digital que inclua todos os territórios, todas as populações e a travessia do Atlântico, em particular.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tem de haver uma gestão única e pública do novo Anel CAM e também do Anel inter-ilhas.

Dizia agora e partilho da opinião, o Deputado Vasco Cordeiro, também não pode ficar dúvida a responsabilidade financeira e económica do financiamento destes investimentos. Cabe ao Estado e não podemos vacilar nesta matéria com um disfarce sobre acesso a fundos comunitários que possam ser partilhados entre Estado e regiões autónomas. É uma responsabilidade do Estado e deve incluir o Anel CAM e as ligações inter-ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente, também não é aceitável que nesse tempo onde a tecnologia hodierna permite não ser apenas um cabo de transmissão de dados que possa ter, pelo menos seis pares de fibra e que possa garantir sensores, no quadro dos SMART Cable, para melhor conhecimento no fundo do Mar Profundo do Atlântico relativamente à transição climática, designadamente quanto aos fenómenos da sismicidade e todos os outros dados que importa, através da inteligência em sensores acoplados aos cabos que nos permita ter mais informação e podermos ter acesso a essa informação e fazer a gestão dos mesmos também aqui nos Açores.

É essencial garantir nesse quadro de atenção, acompanhamento e reivindicação, pela parte dos Açores, este fenómeno.

Já ninguém tira o atraso, mas que ao menos agora, o procedimento possa corresponder à integração, à inclusão e participação dos Açores e na responsabilidade financeira do Estado no seu financiamento.

Creio que, não podemos igualmente, perante este atraso, prescindir, desde logo, de que haja um esforço para, com este investimento, reduzir preços e custos de comunicações.

Não se admite que com tecnologia mais avançada, se torne mais difícil e mais cara a comunicação digital. É um esforço que importa também manter na

atenção e na relação do acompanhamento desta situação e deste projeto a nível nacional.

Igualmente se, e bem, se aposta na substituição do Anel CAM, não podemos prescindir da substituição do Anel Inter-ilhas. Tem de ser na proximidade máxima para rentabilizar também sob o ponto de vista científico e tecnológico, a modernização de um cabo que sim, terá a redundância. Sim, terá mais do que uma amarração, tanto nos Açores, como no próprio continente.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: E permitirá, com isso, mais fiabilidade e mais garantias de evitar colapsos permanentes ou longos, relativamente a qualquer falha de comunicação. Até por razões de segurança e terrorismo subaquático e submarino, relativamente às infraestruturas comunicacionais, como já vimos recentemente acontecer na Europa.

acredito e aceito que o Parlamento tem papel decisivo também nessa reflexão e nesta reivindicação, acompanhando o governo nessa matéria.

O XIII está a fazê-lo, o XII fê-lo!

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Martins para encerrar a declaração política.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Efetivamente a intenção do CDS com este debate foi fazer esta reflexão, esta reivindicação e esta sinalização daquilo que é, neste momento e do ponto de vista tecnológico, algo que é fundamental para a Região Autónoma dos Açores.

Por um lado, e relativamente às intervenções que decorreram desta declaração política, queria dizer aqui o Senhor Deputado José Pacheco, que não está, mas fico contente que, pelo menos, tenha clarificado aquilo que é o entendimento do CHEGA, relativamente a esta situação porque é, sem dúvida, a ciência e engenharia que devem nortear estes investimentos e, obviamente, as opções políticas colocam-se à posteriori. E ainda bem que então clarificou que o próprio requerimento que fez sobre este assunto não se prende com razões meramente bairristas ou de opinião e, por isso, saúdo essa clarificação.

Também o Senhor Deputado Carlos Furtado falou na questão de não perceber qual é que é a questão da redundância, mas efetivamente acho que está claro a importância da redundância de sistemas e, por isso, é óbvio que é uma reivindicação que devemos perseguir.

Aquilo que o Senhor Presidente do Governo evidenciou é que é efetivamente aquilo que é neste momento, a maior ameaça nesta substituição dos cabos de fibra ótica, que tem a ver com os atrasos que estão a ocorrer na implementação.

Ora sabemos que os atrasos conhecidos e sabendo que a implementação é dentro de um prazo estimado de quatro anos, como é que conseguimos garantir,

a partir de 2024, que é o final do tempo de vida útil dos cabos, uma comunicação digital de alto débito na região? E isso é um ponto fundamental, uma ameaça que o Senhor Presidente do Governo realçou, e bem, e que a nós nos parece que é aquilo que é urgente deitar mãos à obra e tentar resolver, ou que, pelo menos que a ameaça, não se concretize.

E, por outro lado, também era muito importante que fosse abordada, desde já, na República a questão da substituição do atual Anel Inter-ilhas e aqui leva-me à intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro e aquele que é o posicionamento do Partido Socialista e devo dizer que, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, todos nós sabemos do que foi desenvolvido pelo seu governo e todos nós sabemos o que é que saiu do grupo de trabalho, do qual o governo regional anterior fez parte. Mas também todos sabemos o que é que, infelizmente, não foi no mesmo sentido o anúncio que foi feito através da IP Telecom, ou seja, não é o que saiu do grupo de trabalho, que era haver uma redundância, haver os dois pontos de amarração e serem os smart cables. E é aí que todos os partidos, todas as entidades, as instituições públicas, políticas devem trabalhar com afinco. E aí, digo, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que os partidos com assento na Assembleia da República obviamente têm responsabilidade, ou pelo menos, devem ser investigados também pelos seus homólogos regionais a garantir que a região é servida com cabos, ou seja, que é feita a substituição dos cabos inter-ilhas e que há redundância e que são smart cables, mas, obviamente, o Partido Socialista tem responsabilidade, acrescida porque está no Governo, tem um grupo parlamentar maioritário e isso não responsabiliza, nem vincula única e exclusivamente o Partido Socialista, como é óbvio, mas dá-lhe uma responsabilidade acrescida.

Efetivamente, também folgo em saber que, obviamente, há um empenho do Partido Socialista dos Açores em garantir, porque no fundo estamos unidos

neste mesmo objetivo e espero é que consigam, junto do Governo da República, também exercer a sua influência e fazer ver ao Governo da República que aquilo que foi o resultado do trabalho - passo a redundância - do grupo de trabalho que seja, efetivamente implementado e que venha a ser efetiva a garantia dessa redundância do sistema e não só, e a implementação de smart cables. Porque todos nós sabemos que o manancial de informação que pode ser recolhido através destes smart cables pode ser fundamental também numa região como a nossa é e pode se revelar fundamental em aspetos para que se prendem com questões de proteção civil, que para nós, obviamente, são também a garantia e a salvaguarda do bem-estar das populações dos Açores, da região como um todo e todas as suas infraestruturas fundamentais para o seu funcionamento.

Por isso, ainda bem que esta pronúncia nos leva a perceber que, pelo menos, o Governo dos Açores está a trabalhar nesse sentido e que os partidos com representação parlamentar, que se pronunciaram nesta Assembleia também estarão e colaborarão no sentido de chegarmos a bom porto...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Senhor Presidente.

A bom porto neste desiderato que é a substituição efetiva e rápida deste anel de cabos submarinos de fibra ótica, porque disso depende todo o funcionamento de uma região, seja ele empresarial, seja ele a título pessoal.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Avançamos para a próxima declaração política que é do BE. Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima, faça favor.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há uma frase batida de Francisco Sá Carneiro que os seus discípulos citam abundantemente. A frase é, e cito: “A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha”.

Os discípulos de Sá Carneiro nos Açores são capazes de demonstrar exemplarmente esta ideia.

Sem dúvida que a maioria liderada pelo PSD nos Açores, a que se juntam o CDS, PPM e o apoio do CH e da IL, corre muitos riscos e é tudo menos *chata*.

Mas um dos maiores riscos que corre é mesmo o da abundante falta de ética, assim como os diferentes critérios de exigência, em relação aos outros e a si.

Agora no governo, a direita faz exatamente o mesmo que tanto criticava ao PS, no passado.

O PSD e os seus aliados formaram uma maioria sob o signo da transparência por contraponto, diziam, com a governação de 24 anos do Partido Socialista.

No que respeita à transparência, ou melhor, à falta dela, este governo tem sido profícuo.

A começar pelas bem pagas e abundantes nomeações que tanto criticavam e que incluem uma verdadeira teia de ligações familiares.

Ligações familiares que, na oposição, a direita atacava violentamente. Há quem lhe chame um familygate.

É verdade que ninguém pode ser prejudicado por ser familiar de um governante.

Mas é igualmente verdade que ninguém pode ser beneficiado por isso.

E importa ainda, para bem da democracia, que não haja dúvidas nem suspeitas de favorecimento.

Não confundimos os casos, nem colocamos tudo no mesmo saco. Não é a mesma coisa ser-se eleito para um cargo político ou ser-se nomeado para um cargo público num órgão onde há familiares com cargos de poder, ou ainda vencer concursos públicos que suscitam dúvidas de transparência.

E não deixa de ser uma curiosa coincidência que muita gente, certamente competente, tenha acedido a cargos de direção e administração apenas depois do governo, onde estão seus familiares, entrar em funções.

A quantidade altera a qualidade. É uma das leis da dialética. Neste contexto, a quantidade de casos altera profundamente a avaliação que se faz deles e é inevitável que se levantem suspeitas e críticas quanto à transparência dos processos e o mérito de quem é nomeado.

Quem exerce o poder não pode ser insensível a isso!

O recente caso da nomeação por concurso da esposa do Secretário Regional da Saúde...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Saúde???

O Orador: levantou dúvidas, não pelo concurso, mas pela transparência do mesmo concurso.

Da agricultura! Peço desculpa!

Por exemplo, por não ter sido publicada a ordenação dos candidatos, ou pelo facto do júri nomeado ser na sua totalidade constituído por trabalhadores da mesma secretaria.

Recordo que o Bloco já propôs nesta Casa que os júris dos concursos fossem maioritariamente externos, para evitar exatamente suspeitas deste tipo. A maioria de direita rejeitou essa proposta.

Este até foi um caso em que existiu concurso, como outros familiares do mesmo governante, embora um concurso com falta de transparência.

Mas há muitos outros casos de ligações de familiares a governantes e gestores públicos que chegaram ao cargo por nomeação.

Recordo que a esposa do antigo presidente do CA do Hospital da Ilha Terceira, foi nomeada para uma direção de serviço, caso que levou à sua demissão.

O sogro do secretário regional do ambiente e alterações climáticas foi nomeado administrador da EDA Renováveis;

(Apartes inaudíveis)

O marido da antiga presidente do CA do Hospital de Ponta Delgada foi nomeado para vários cargos no HDES;

Estes são apenas alguns exemplos de ligações de familiares e em empresas públicas.

Todos eles parecem legais, é certo, mas levantam dúvidas quanto à transparência e à ética.

A quantidade e as ligações dos nomeados a pessoas a exercer cargos de poder deviam fazer governo mudar de atitude e mudar de práticas.

A proposta de criação de uma comissão de recrutamento para a administração pública - uma CRESAP regional, ficou até hoje na gaveta.

Na gaveta à espera de que todas as nomeações relevantes sejam feitas e, pouco mais de 2 anos após a tomada de posse deste governo, não vemos a atual maioria aplicar a mesma exigência que aplicava à anterior governação.

O anterior líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, dizia em 2014 que, “com o passar dos anos e do tempo, o PS/Açores engorda o governo regional para poder albergar os interesses da família socialista”.

O que tem a dizer hoje? Não lhe preocupa que seja cada vez mais o albergue da família social-democrata? Onde está o mesmo critério de exigência?

O Deputado Paulo Estevão, no mesmo ano, dizia que discordava das nomeações políticas na Administração Regional e para os conselhos de administração das empresas públicas defendendo, em alternativa, a realização de concursos públicos.

Bem sei que a monarquia vive de relações familiares, mas o que tem a dizer hoje o Deputado Paulo Estêvão das nomeações para o Unidade de Saúde do Corvo? Onde está o critério que o senhor exigia anteriormente?

E o Vice-Presidente do governo afirmava que não queria ir para o poder para distribuir benesses e tachos?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: Em tempos a Iniciativa Liberal enchia as ruas com outdoors dizendo que no governo da república existiam muitos primos.

O problema afinal não eram as relações familiares, era serem primos, porque outras relações familiares não têm o mesmo tratamento.

Temos muitas vezes, demasiadas vezes, dois pesos e duas medidas, de vários intervenientes!

O governo, para além de ser lesto a nomear e lento a criar mecanismos que evitem abusos e favorecimentos, ainda se dá ao luxo de contornar a lei, contratando assessores a peso de ouro - mais de 5500 euros por mês - como fez o Secretário da Saúde, escondendo a verdadeira natureza da função com contratos de prestações de serviços.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Para além das nomeações, há outros casos e graves.

Quem já se esqueceu dos negócios de uma empresa de um membro do governo com o próprio governo regional e outras entidades públicas, no caso o subsecretário da presidência e a sua empresa à data, a Trust?

E os 22 milhões de euros que a EDA teve de prejuízo, de 2010 a 2021, que o governo ocultou durante meses e que só foi possível descobrir recorrendo à Assembleia da República e ao regulador do setor energético?

O governo, para enganar os incautos e o CHEGA, criou um tal de Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência. E este é o resultado!

É preciso outra transparência e acima de tudo outra exigência.

O Bloco de Esquerda vai apresentar uma proposta para criação de um portal das nomeações, aquele tal que o PSD tanto queria para os governos do Partido Socialista, mas que já não quer para o seu.

E vamos, não só isso, mas apresentar também a criação de uma comissão para o recrutamento de dirigentes da administração pública, já que o governo não o faz!

Não aceitamos este pântano, incoerência, inação de quem governa.

Quando as famílias açorianas sofrem com a crise, a subida dos preços, o aumento das prestações ao banco e as rendas, a última coisa que pode acontecer é que, como cantava Zeca Afonso, há quem coma tudo e não deixe nada!

Deputada Vera Pires (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

A Mesa já tem a inscrição do Senhor Secretário Regional das Finanças, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por citar afirmações recentes do Ministro da Economia e do Mar, Costa e Silva que dizia que não podemos alimentar uma cultura de suspeição.

E é aqui, agora também, que subscrevemos estas afirmações do Senhor Ministro, não podemos alimentar uma cultura de suspeição. A transparência impõe também que sejamos justos na análise dos casos.

Em relação às nomeações que o Senhor Deputado António Lima, referiu, quer seja na Jornal Oficial, quer seja no BEPA, quer seja até na resposta a requerimentos, nós temo-lo feito e continuaremos a fazê-lo.

Mas, deixe-me dizê-lo, Senhor Deputado António Lima, nas reuniões que tivemos com os sindicatos da função pública, onde negociamos o aumento de 15% da remuneração complementar, sobre o qual ainda espere da sua parte um elogio. Mas nessas negociações, nessas rondas negociais também ficou definido instalar-se ou reinstalar-se o Conselho Consultivo da Administração Pública Regional.

Posso dar nota hoje aqui que esse Conselho Consultivo será aprovado em decreto regulamentar regional, ainda no início de fevereiro e que até ao final de fevereiro irá ter lugar a primeira reunião do Conselho Consultivo da Administração Pública Regional.

Já existiu e está há anos e anos e anos sem funcionar. Esta reinstalação e o seu funcionamento vai permitir, no âmbito desse Conselho Consultivo, refletirmos um conjunto de matérias e há duas matérias já pré agendadas. Uma delas é a

reflexão sobre os escalões da remuneração complementar. Outra matéria é o CReSAP. O draft do decreto legislativo regional está pronto para ser analisado em primeira mão pelo Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, que é assim que achamos que deve ser, e, depois seguir a sua tramitação.

Porque, a nós, interessa, mais do que ninguém a transparência e, de uma vez por todas, resolvermos a questão das nomeações.

Mas, deixe-me dizê-lo, Senhor Deputado, a pessoa que está aqui a responder-lhe, é a pessoa que nomeou um ex-Secretário Regional do Partido Socialista. É a pessoa que nomeou dois ex-diretores regionais do Partido Socialista. E isto, por esta pessoa, mas outras pessoas neste governo fizeram idêntico, pode provar bastamente que, o que nos interessa é a competência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E se ninguém pode ser beneficiado, também ninguém deve ser prejudicado na sua competência na administração pública regional.

Deputada Vera Pires (BE): Exatamente, foi isso mesmo que foi dito aqui!

O Orador: E isto é aquilo que é provado sucessivamente cumprindo-se a lei e, não é por ter cartão do Partido A, B ou C, que é nomeado. Pergunte ao Doutor Rui Bettencourt, pergunte à Doutora Paula Andrade, pergunte à Doutora Célia Azevedo e por aí abaixo, pergunte a tantos excelentes funcionários públicos, que estão em lugares de dirigentes e em lugares de responsabilidade na função pública regional, e que muito prezamos e continuamos a contar com a sua colaboração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Ao contrário do que se passou noutros tempos, em que houve funcionários públicos, por razões políticas, não puderam sequer concluir os seus concursos, porque havia alguém que dizia aos júris que não deviam aparecer, que era para aquele senhor, não pudesse subir na carreira.

E isto passou-se na região.

Hoje em dia, o que se passa é que a competência é que importa, seja ele um ex-Secretário Regional do Partido Socialista, ou um ex-diretor regional. É isso que importa, a competência e a transparência.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Secretário.

O Orador: Ninguém pode ser beneficiado, mas ninguém deve ser prejudicado e a CReSAP, que vai ser analisado no Conselho Consultivo da Administração Pública Regional e que depois entrará em vigor, isso aí vai poder, de uma vez por todas, responder às suas inquietações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal entrou nessa legislatura dizendo que não discute pessoas, discute políticas.

Mas, *quem não se sente não é filho de boa gente*, diz o povo do alto da sua sabedoria e temos de reconhecer, o povo tem sempre razão. Há algo que registo neste debate sobre a declaração política do Bloco de

Esquerda que não posso deixar de referir, a ausência na bancada do governo do membro do governo que mais tempo passa sentado naquela bancada - é sempre o primeiro a chegar, é sempre o último a sair -, por acaso, hoje, não está. Por que será?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas alguém sabia?

O Orador: A Iniciativa Liberal não discute pessoas, discute políticas e, Senhor Deputado António Lima, devo dizer-lhe que o senhor, ao tentar encostar a Iniciativa Liberal às decisões sobre pessoas e escolhas deste governo, o senhor encosta o seu partido a todas as escolhas que o Governo de António Costa fez enquanto o senhor e o seu partido tiveram em comum um acordo de incidência parlamentar com o Partido Socialista e com o Partido Comunista Português.

Senhor Deputado António Lima, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal tem apenas um critério para a escolha de pessoas para os lugares públicos, sejam eles de nomeação, sejam eles por concurso, o princípio da competência, coisa que nem no passado, com os governos do PSD e com os governos de Carlos César, aconteceu sempre nos Açores. Competência!

E ainda devo referir, porque o Subsecretário das Finanças fez referências a nomes, mais qualquer coisa, qualquer pessoa que lida com os serviços da agricultura nesta região sabe que, quer o doutor Vielmino Ventura, quer a Engenheira Fernanda, são pessoas extremamente competentes. Mas, eu nem vou por aí!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, já agora, devo referir, o Doutor Vielmino Ventura foi durante anos de facto, que não de direito, o verdadeiro diretor de serviços de veterinária dessa região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A Iniciativa Liberal discute competência! Senhor Deputado António Lima, perdoe-me que lhe diga, mas competência foi uma coisa que o senhor demonstrou não ter, daquela tribuna, porque nem soube nomear os Secretários certos, os casos certos, nem o assunto certo que devia ter nomeado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Nem o parentesco!

Que grande falta faz a Zuraida! Que Deus lhe dê o céu, que ela bem merece!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Tendo em conta as intervenções que até este momento foram feitas e, nomeadamente, da parte do governo regional, nós e o governo, claramente, não

temos a mesma leitura da intervenção do Bloco de Esquerda e, sobretudo, daquilo que lhe subjaz e daquilo que está aqui em causa.

E sem qualquer acrimónia, porque também não é minha intenção criá-la, eu acho que o Senhor Presidente do Governo perdeu uma excelente oportunidade de intervir neste debate.

(Aparte inaudível)

O Orador: Digo que o Senhor Presidente do Governo perdeu uma excelente oportunidade de intervir neste debate, a bem do seu Governo, a bem do Governo da Região Autónoma dos Açores, como órgão de Governo próprio, mas, sobretudo, a bem da nossa autonomia.

Ontem, quando eu me referi ao esforço que o Governo deveria fazer para evitar casos, guerrilhas internas, disputas, era também a isto que me estava a referir. E tenho, sinceramente, pena que o senhor Presidente do Governo tenha desperdiçado esta oportunidade.

Eu tenho uma leitura diferente, e é por isso que tomo a palavra, que pedi a palavra e que intervenho.

O Partido Socialista mantém hoje na oposição, exatamente, o mesmo entendimento que tinha quando foi governo e que é, o de que ninguém deve ser prejudicado por ser familiar ou parente de alguém.

Talvez fosse mais fácil não o dizer, mas acho que a política também se faz com a coragem, exatamente nesta altura, dizer aquilo que penso, como líder do PS, como Presidente do PS.

O Partido Socialista defende hoje na oposição, aquilo que defendia quando era governo.

Ninguém deve ser prejudicado, nem beneficiado por ser familiar ou parente de alguém.

E o que está em causa num dos casos que o Senhor Deputado António Lima trouxe esta questão e que envolve o Senhor Secretário Regional da Agricultura, é, na nossa leitura, um pouco mais grave, bastante mais grave do que uma questão de familiares.

Quer isto dizer que, se aquilo que foi feito no concurso, que conduziu à nomeação da mulher do Senhor Secretário da Agricultura para o cargo para o qual ela foi nomeada, acontecesse, mesmo não sendo ela candidata, continuaria a ser grave e continuaria a ser bastante grave.

Aquilo que se verificou naquele caso aparenta ser uma manipulação grosseira da lei, dos procedimentos, que o currículo de todos os envolvidos não merecia que assim fosse feito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós tivemos, em dezembro de 2021, o conhecimento de quem eram os candidatos àquele concurso.

Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 todos os outros candidatos que foram admitidos àquele concurso foram nomeados para outros cargos, só restando para ser nomeada, em dezembro de 2022, a mulher do Senhor Secretário da Agricultura.

É legal? É!

Mas, a começar pelo currículo de todos os envolvidos naquele processo, não mereciam que isso tivesse sido feito dessa forma.

E é isso que está em causa. Aquilo que aparenta ser uma manipulação grosseira da lei, dos procedimentos, de forma a beneficiar uma pessoa, cujo currículo não precisava de qualquer desses procedimentos para se afirmar como uma das mais qualificadas técnicas da Secretaria Regional da Agricultura.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: E é isso que torna, particularmente, grave esta situação. Termino como comecei. Tenho pena, tenho muita pena, como Deputado e como açoriano, que o Senhor Presidente do Governo tenha desperdiçado esta oportunidade para se levantar, dar o seu entendimento desta matéria e, num exercício da liderança, ajudar a credibilizar o seu governo, o governo da Região Autónoma dos Açores e a nossa autonomia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu nunca, na minha vida política, lancei lama às pessoas, no âmbito dos concursos que ganharam e dos concursos em que participaram e dos cargos que exerceram e não lancei suspeições sem provas.

Se há suspeições sobre as provas, sobre os concursos, essas têm o seu local. Levantar suspeitas é sempre estar a manchar a honra e a dignidade das pessoas e isso não é política, isso está profundamente errado.

Deputada Vera Pires (BE): Não é levantar suspeitas, é apontar as suspeitas!

O Orador: Senhor deputado António Lima, o Senhor Secretário Alonso Miguel deve estar bastante zangado consigo, neste momento, é porque, Vossa Excelência já sabe como é que é com os sogros e o senhor arranjou mais um sogro. Ele agora tem, não um, mas dois sogros. Diga-me como é que é possível?

E, portanto, é evidente que ninguém gosta que lhe dupliquem os sogros. Ninguém gosta!

E o que eu lhe quero dizer, Senhor Deputado, é que a pessoa em questão, nós conhecemos, passou por esta Casa, é doutorado, é um ex-deputado desta Casa, alguém com um currículo invejável, que está a desempenhar funções numa área que o Senhor Secretário não tutela e o senhor faz uma referência, atira lama a uma pessoa com este nível de qualificações de preparação, porquê?

Deputado Gustavo Alves (PPM): É verdade!

Deputada Vera Pires (BE): Ninguém está a atirar lama às pessoas! Não destorça!

O Orador: Porque é que o referiu ali? Enganou-se no grau de parentesco, mas todos nós sabemos a quem se queria dirigir. Também lhe quero dizer outra coisa, eu também tenho uma experiência nesta matéria. Foi a minha mulher que concorreu a um concurso, onde concorreram 16 pessoas, num concurso que abriu em julho de 2020, portanto, antes deste governo tomar posse, quando o governo regional anterior exercia funções, com um júri escolhido pelo governo regional anterior, em que as provas foram realizadas durante a vigência do governo regional anterior e aparece num jornal de referência, no Expresso, que a minha mulher tinha sido nomeada para exercer funções só por cumplicidade política.

Oiça, sabe o que é que isto significa para as famílias? Sabe o que é que isto significa para a minha mulher, que tem 30 anos de exercer funções, que tem o currículo que tem, ao longo de todos estes anos.

Sabe o que é que significa estar a desempenhar funções onde lhe dizem: “A Senhora está só aí porque é a mulher do Paulo Estevão”.

Sabe o que é que isto significa para os filhos? Sabe o que é que isto significa para as famílias? Sabe o que é que isto significa, Senhor Deputado?

Deputada Ana Luís (PS): E as famílias dos outros não merecem a mesma dignidade?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sabe o que é que significa para o meu filho, que é licenciado em direito, agora, neste momento, não poder concorrer. Porque se concorrer, há a suspeição! Se ganhar um concurso, ganha o concurso porque é o filho do Paulo Estevão.

Isto é inadmissível e isto não é o caminho certo para a democracia dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Os filhos dos políticos, as mulheres dos políticos, os tios, têm direito a concorrer para os concursos e não tem de se levantar suspeição. Quem levanta a suspeição apresenta provas, apresenta provas nos tribunais. Prova que existiu algum favorecimento e a justiça tratará do assunto. Mas, isto não se pode fazer! Não é justo que se destrua o prestígio de tanta gente, que se atinga a honorabilidade de tanta gente só porque são primos ou tios, mas não deixam de ser cidadãos e de ter o seu direito de concorrer e exercer funções no âmbito da administração regional e servir a sua região, só para servir o povo dos Açores. Considero que é fundamental que estes processos, estas suspeições, este clima, este soprar para os jornais, este inventar histórias, termine porque isto não é justo, não é justo para muita gente.

E eu passei por isto e, portanto, eu estou revoltadíssimo com este tipo de situações. Não posso aceitar que isto possa ser feito. Eu não posso aceitar que o meu filho me diga que não concorre, porque ele não quer ficar com a mancha, um dia se ganhar algum concurso, de apenas estar a desempenhar aquelas funções, porque é filho de quem é. Isto é justo que assim que esteja a suceder? Nós temos de combater este clima de suspeição.

Senhor Secretário António Ventura, todos nós conhecemos o currículo da sua mulher. Nós sabemos que não foi uma nomeação, foi um concurso que foi ganho por uma pessoa, que todos reconhecem, que tem uma alta competência nas funções que desempenhou ao longo de todas estas décadas.

Senhor Secretário pode estar de consciência tranquila, nós estamos de consciência tranquila e isto que está a fazer, temos de resistir com a dignidade de homens de bem. É a única forma, enfrentar as suspeições e lama ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... com a dignidade e a frontalidade de homens de bem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra, mas, não é por intervir agora que vou ter, mais ou menos, razão.

Fiz pelo caminho que acho que é certo.

Tenho alguma sensibilidade, sim, em defender as pessoas. Até pessoas que nem conheço. Tive esse cuidado. Já fizemos os requerimentos que achamos que devíamos fazer. Fizemos as perguntas que devíamos fazer e aguardamos as respostas, que os senhores acham que tem de dar.

A partir daí, não há muito mais a dizer.

Obviamente, não é nenhuma novidade, queremos mérito, queremos transparência e queremos que os açorianos não estejam constantemente nas mesas do café a enxovalhar a, b e c, inclusive a minha pessoa, se eu falo ou se não falo.

Eu acho que não é assi quem as coisas devem funcionar, mas também é verdade que *à mulher de César não basta ser séria*, é preciso também parecer e as coisas têm de parecer transparentes, têm de parecer sérias e estamos cá para analisar.

Quanto ao gabinete anticorrupção, que esse é que incomoda muita gente. Senhor deputado eu tenho-lhe a dizer que, há um velho ditado que é: *quanto mais gatos, mais ratos*. Não é pelo facto de haver polícia, que não vai haver ladrões. Vai haver sempre ladrões, mas temos é que ter polícia. Agora que o gabinete tem de funcionar, tem de funcionar e a informação que tenho é que funciona dentro daquilo que ainda são as limitações legais de um gabinete de transparência. Mas vamos melhorar e conto com o seu contributo para este melhoramento. Só atacar o gabinete é que não serve para nada.

No fundo, o que o senhor está a dizer é que não quer fiscalização. O senhor fala mal de um gabinete é porque não quer fiscalização. Eu quero fiscalização todos os dias, inclusive, à minha pessoa. Eu sou o primeiro a dar o exemplo. Querem fiscalizar? Comecem por mim e depois vamos ao resto. Vamos a todos, não há exceções, vamos às nomeações, vamos ao *jeito* ao amigo que foi lá para *tal e coisa*, como dizia o poeta. Agente sabe todos do que é que está falando.

Isto é importante, é importante, é preciso parar com isto, é preciso parar com este mundo que nós estamos a ver na República, que todos os dias cai um figo da árvore.

E, já agora, em jeito de brincadeira, Senhor Deputado Paulo Estêvão, quanto a sogras e a sogros, eu até gostava de ter mais sogras, a minha mulher é que não deixa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Tendo em conta que, obviamente, já tivemos aqui as alterações e lamento pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, por aquilo que aconteceu no passado, mas o Bloco de Esquerda não - presumo eu - não foi o culpado nesse aspeto da sua esposa, obviamente. Eu acho que também não falou competências das pessoas e até é algo que pode ser injusto, mas que pode, obviamente, resvalar sobre a transparência, se não a transparência, pelo menos a ética e tem a ver que nós somos políticos e nós, obviamente, também temos familiares que podem estar, ou não, na administração pública e isso limita também os nossos parentes. Isso acontece, é a realidade e vai continuar a existir.

Num caso concreto, foram vários casos que o Bloco de Esquerda disse, a maior parte até é do meu desconhecimento, mas pelo menos do Secretário Regional da Agricultura, do qual eu fiz o requerimento, e não teve a ver com as competências porque eu, ao contrário das pessoas que já falaram, eu não conheço sequer as competências da esposa do Senhor Secretário, mas também não duvido sequer, das competências e da sua capacidade para fazer esse trabalho.

Mas, pode-se dizer também, basta olhar para o passado, se já estava a fazer esse trabalho tem de ter, obviamente, essa competência. Mas não é o caso e não é isso que nós estamos a falar e se alguém agarrar nas competências estão a tentar desvirtuar a mensagem que tem de se passar. E, exatamente como o Senhor Deputado do CHEGA disse, e muito bem, tem a ver, obviamente, com a perceção do exterior relativamente às nomeações ou então a concurso público. E foi nesse caso que nós fizemos o requerimento, não por suspeição das competências, apenas para que houvesse uma explanação, para que fosse mais transparente relativamente a critérios em termos de avaliação, de currículo e que fosse respondido e com essa resposta, obviamente, para algumas dúvidas que existissem.

E é nisso que o Governo, como a executor no governo regional, é obrigado a fazer para a sociedade açoriana e, tendo em conta também as desconfianças que existiam no exterior, era mais uma forma de dar essa resposta.

Mas, aqui há uma diferença substancial, para mim, daquilo que poderia ou não, que é impossível comparar com o Senhor Deputado Paulo Estêvão porque o Senhor Deputado Paulo Estêvão não manda na tutela da sua própria esposa e aqui estava o problema fulcral desta situação. E, obviamente que, dentro da ética, tendo em conta que isto é um problema que está a nível nacional, está a resvalar pelas duas regiões e também no continente, obviamente que não há melhor do que para a ética política, da qual as pessoas têm uma grande desconfiança, que isso foi feito.

Mas também, para quem esteve a ver a comunicação social relativamente a isso, o PAN nunca foi falar para a comunicação social, seja ele na TVI, seja ele nos Correios, seja ele em toda a comunicação social.

Eu queria primeira resposta do Governo e depois daí falava ou não falava, dependente da situação.

Obviamente que houve uma demissão, não foi uma demissão, neste caso que desistiu, desse concurso e aí se calhar discordamos, porque há um problema que tem de existir, quando somos políticos, obviamente, vamos sair limitados sobre algumas decisões...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... e isso é o que acontece e temos de tomar decisões, em termos familiares sobre o que se passa, porque nós sabemos que estamos expostos publicamente e isso é o que acontece e vai haver sempre a desconfiança do povo, quando existe familiares.

Sempre houve da parte do PS, vai continuar a existir e vai continuar a haver.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhor Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo: Senhor Deputado António Lima, devo começar por dizer que aquilo que parece é, efetivamente. Em vez de estar ali a dizer que houve situações, aparentemente legais... elas são legais, ou então, concretize...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): São todas legais!

O Orador: ... são todas legais, isso é um facto.

E, por isso, devo-lhe dizer, Senhor Deputado, que é um desrespeito ao Parlamento vir aqui alimentar suspeições sem concretizar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É uma vergonha!

O Orador: É uma vergonha e devo-lhe dizer, Senhor Deputado, que relativamente ao sogro do Senhor Secretário do Ambiente que está na reforma, obviamente não é o sogro, que ele está reformado já há alguns anos, mas o cunhado do Senhor Secretário.

Devo-lhe dizer que o professor, o Professor Doutor Félix Rodrigues é uma personalidade reconhecida, foi Deputado desta Casa, é Vice-Presidente, como com o Senhor Secretário do CDS, obviamente, talvez por isso a sua suspeita, mas devo-lhe dizer que foi nomeado por este governo regional, mas foi votado por unanimidade no próprio Conselho de Administração da EDA e realçar que a EDA é da energia, nem sequer é da tutela do ambiente.

Por isso, lá está, mais uma vez veio levantar suspeitas infundadas. E devo-lhe dizer que, dos casos que foi ali aludir, nenhum daqueles casos foi alguma vez, os alegados casos que nomeou dali de cima, nenhum daqueles casos foi alguma vez...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ...e termino, Senhor Presidente, mas nenhum daqueles casos foi acusado por alguma situação de corrupção. Por isso, este Governo pugna, sem dúvida, pela legalidade e pela ética.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Insinuou

Deputada Vera Pires (BE): Não é verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade, não tem vergonha! Não honra o cargo que ocupa! Não tem ética!

O Orador: E não há nenhum membro deste Governo que tenha nomeado sequer familiares diretos para o seu gabinete. E este Governo não é a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, não é o Ricardo Robulus, este Governo não tem tido esse papel.

E devo perguntar, e termino, Senhor Presidente, mas o que o Bloco de Esquerda vem aqui fazer, basicamente, é afastar os jovens qualificados de virem para a Região Autónoma dos Açores. Porque o senhor faz é que qualquer jovem qualificado que queira vir para a região, não pode vir porque tem um parente que faz parte do Governo, ou um parente que é político, ou alguém que esteja

na vida pública e, só por isso, é logo lançado o manto de suspeição pelo Bloco de Esquerda, como se esse fosse um benefício e não uma questão de competência.

E devo lhe dizer, Senhor Deputado, a pergunta que eu deixo ao Senhor deputado é, quando nomeia os seus assessores para o Bloco de Esquerda, se o faz porque acha que lhe vão ser úteis para prosseguir a sua atividade política ou se tem algum vai espiolhar, alguém vai escrutinar aquilo que são as suas nomeações.

E, deixo também a pergunta ao Senhor Deputado António Lima, e ao Bloco de Esquerda: se tem a apontar incompetência, algumas das suspeições que foi dali levantar e alimentar e que já lhe disse e reitero, não é a função deste Parlamento alimentar suspeições infundadas, Senhor Deputado.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta declaração política do Bloco de Esquerda é um resumo daquilo que é a forma do Bloco de Esquerda estar na política.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Levantando processos de intenções sobre pessoas, sem ter o cuidado e sem cuidar, de respeitar, levantando processos de intenções, sem cuidar sequer de se informar sobre os factos que está a falar.

Deputada Vera Pires (BE): Não estamos a acusar pessoas!

O Orador: Com incorreções, fake news, que serve apenas para denegrir pessoas que não são responsáveis pela forma como o Bloco de Esquerda tem de fazer política.

É lamentável que o Bloco de Esquerda não saiba distinguir fazer política de fiscalização, de combate a situações de dúvida e faça-o sempre levantando processos de intenções sobre pessoas que merecem o respeito e mereciam o respeito, desde logo, a presunção de que atuaram em conformidade.

E deixem-me também dizer-lhes que, da parte do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, fez uma intervenção, digo-lhe, habilidosa. Habilidosa porque deu a entender que vinha com uma certa aura magnânima de que não embarcava nestes processos de intenções do Bloco de Esquerda para, logo a seguir, levantar um processo de suspeição sobre pessoas, que o senhor próprio, revelou e disse conhecer e que conhecia os currículos e o valor dessas pessoas.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor disse aqui que todas as pessoas que concorreram ao concurso que foi levantado à suspeição por Vossa Excelência, tinham sido nomeadas como que para as afastar do concurso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é factual!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mentira! Isso é mentira!

O Orador: Digo-lhe uma coisa, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, essas pessoas têm nome, têm vontade pessoal, têm personalidade e têm caráter. E, quando uma pessoa é nomeada para um concurso ou para um lugar, ela diz sim ou não. Se alguma pessoa é nomeada contra a sua vontade, só se era no seu tempo, Senhor Doutor Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O senhor o que fez foi levantar um processo de suspeição infundado.

E, portanto, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, Vossa Excelência é muito hábil na retórica, mas desculpe que lhe diga, é um desastre naquilo que se pode chamar de seriedade política. Aquilo que o senhor fez aqui foi igual e não distante daquilo que fez o Bloco de Esquerda, em termos de levantar falsas suspeições sobre pessoas sérias da nossa sociedade.

E isso, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, devia-o fazer repensar de uma vez a forma como o senhor escolheu fazer oposição. O senhor tem um legado que devia respeitar, em termos daquilo que foi a sua atuação, não só enquanto Presidente do Governo, mas enquanto político nesta Casa nos últimos 26 ou 28 anos, e o senhor tem um legado que devia respeitar, não devia usar a sua habilidade, que confesso que tem bastante, em termos de retórica política, para levantar falsas e suspeições sobre pessoas sérias que, não só neste governo como fora dele, atuam em favor dos açorianos e isso devia-o fazer pensar que não está bem acompanhado pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para encerrar a declaração política, tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Os partidos da coligação e o próprio Governo em vez de, por um lado, explicarem os processos que geram – como, por exemplo, o concurso público já aqui citado - geram dúvidas quanto à sua transparência e aos contornos do mesmo. Vêm a resposta do governo e da coligação é acusar de se fazer processos de intenções. Um governo que se dizia da transparência, em vez de ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas qual é o problema da transparência?!

O Orador: ... publicar, em vez de explicar os contornos do concurso e o porquê da não publicação de documentos, defende-se a dizer que isto é um processo de intenções.

Bem, o que nós criticamos, e longe de nós querermos julgar pessoas ou os seus currículos, o que nós podemos, enquanto deputados, fiscalizadores da administração pública e do Governo é avaliar processos e avaliar métodos.

E nós, como lhe disse aquela tribuna, nós não confundimos o que são concursos públicos, nomeações ou nomeações para cargos públicos ou, naturalmente, cargos eletivos.

Em primeiro lugar, dizer ao Senhor Deputado Rui Martins que eu não falei nem falarei e defendo, como é óbvio, que os membros do governo tenham os seus gabinetes por si nomeados. Não disse o contrário, nunca me ouviu, nem ouvirá dizer o contrário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dá jeito, não dá!

O Orador: Outra coisa são as nomeações para a administração pública ou para as empresas públicas, aliás, uma posição que o PPM tinha, em que dizia que todos os dirigentes da administração pública deveriam ser recrutados por concurso. E concordo com essa posição, o problema é que o senhor disse uma coisa e faz outra.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Falso!

O Orador: Dizia até que deveriam ser os presidentes e as administrações das empresas públicas.

E então, acha bem que os administradores EDA ou da EDA Renováveis, no caso que aqui que aqui referi - e sentencio-me que me enganei no grau de parentesco -, acha bem que sejam nomeados pelo Governo, quando achava bem, há uns anos, que deviam ser por concurso?

Deputada Ana Luís (PS): Tem direito a mudar de opinião!

O Orador: Porque é que mudou de opinião?

O problema é que a vossa exigência no passado, não é a mesma que têm agora.

(Diálogo na Câmara)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, vamos permitir que o Senhor Deputado António Lima termine a sua intervenção.

O Orador: Posso?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Pode e vai ouvir o que tem para ouvir!

O Orador: Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas o Senhor Vice-Presidente, para além de impedir que eu fale, diz que eu tenho de ouvir, não sei o quê.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor atacou pessoas!

Presidente: Senhor Vice-Presidente, peço...

Faz favor.

O Orador: Como estava a dizer, se este Governo, ou até, Senhor Deputado Nuno Barata, a Iniciativa Liberal e o CHEGA, já agora, aplicassem metade da exigência que aplicam ao Governo da República ou ao anterior Governo do Partido Socialista ao seu Governo, se aplicassem metade da exigência, nem um quarto do que este Governo faz seria feito.

Porque foi muito fácil para os senhores falarem e criticarem, no passado, as nomeações, a família, César e muitos outros casos. Mas agora, quando estão no governo é tudo legal, ...

Deputado José Ávila (PS): Agora acabou tudo! Agora é tudo legal

O Orador: ...ninguém pode ser prejudicado, mas o que não dizem é que, se calhar, para vocês, alguém deve ser beneficiado porque essa defesa não é coerente com o que defendiam há dois ou três anos atrás. Não é coerente, está muito distante e não tem absolutamente nada a ver.

E é esse o sentido dessa declaração política, de exigência para com o Governo, para que reflita sobre os processos que estão em curso, reflita sobre as suas nomeações e reflita que é que aquilo que parece e a quantidade de casos prejudica e não prejudica apenas o Governo, Senhor Presidente, não prejudica, apenas o governo prejudica a democracia.

E é por isso que é preciso mais exigência e é por isso que nós trouxemos esta declaração política aqui porque, de facto, nós não nos preocupamos com a sobrevivência política da coligação, mas preocupamo-nos com a democracia e

com o estado de direito e com a confiança das pessoas nas instituições, na democracia e na autonomia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está encerrada esta declaração política e vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Eram 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos ocupar os nossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas 05 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, terminamos ontem os nossos trabalhos numa votação. Vamos dar continuidade a essa votação.

(Pausa)

Estávamos a votar a proposta de substituição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII, Funcionamento das Cantinas e Bufetes Escolares, uma proposta da Comissão de Assuntos Sociais, e ontem, tínhamos terminado os nossos trabalhos na votação do artigo quinto.

Senhor Deputado António Lima? Número 3 em separado?

Em separado.

O 1 e o 4 é que podem ser juntos.

Está à votação o número 1 e o número 2 desse artigo 5-A, aditado pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente.

25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 3 do artigo 5-A aditado pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento ao n.º 3 colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente e um voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 4 do artigo 5-A aditado pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento ao n.º 4 colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente.

2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao artigo 6.º do diploma. O PAN propõe duas propostas de aditamento, n.º 3 e n.º 4.

Vamos votar a proposta de aditamento ao n.º 3 do art.º 6.º, proposto pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do Deputado Independente.

1 voto a favor do CH e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4 ao artigo 6.º proposto pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do Deputado Independente.

1 voto a favor do 1 do CH, 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 6.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Passamos ao artigo 7.º. A primeira proposta de alteração é do Senhor Deputado Independente, proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 7.º e é essa proposta que coloco à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação teve um resultado de empate na votação, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do Deputado Independente.

25 votos contra do PS, 2 do BE e 1 da IL.

1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Independente ao n.º 2 do artigo 7.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Em segunda votação, a proposta de alteração voltou a obter um resultado de empate, sendo reprovada e o resultado do empate: 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do Deputado Independente.

25 votos contra do PS, 2 do BE e 1 da IL.

1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2 do artigo 7.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente.

2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do n.º 3 do artigo 7.º apresentada pelo Senhor Deputado Independente:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 PAN.

1 votos a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 3 do artigo 7.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do PAN.

1 voto contra da IL e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o artigo 7.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Secretário: O artigo 7.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, o artigo 8.º, 9.º, 10.º e 11.º não tem propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso votá-lo em conjunto?

Está à votação o artigo 8.º, 9.º, 10.º e 11.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, ...

Não? 11.º não pode ser? Então vamos votar o artigo 8.º, 9.º, 10.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 11.º da proposta:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor se sentar.

Secretário: O artigo 11.º colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH e da IL e 1 do Deputado Independente.

1 voto contra do PAN.

Presidente: Está a votação o artigo 12.º da proposta:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Secretário: O artigo 12.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento de um artigo 12.º-A proposto pelo Partido Socialista:

Senhor Deputado Joaquim Machado?

Para intervir? Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional: O texto que nós estamos aqui a votar é o texto de substituição proposto e consensualizado na Comissão de Assuntos Sociais. E, como, aliás, é perceptível através das votações que já se realizaram, os partidos com assento naquela Comissão, grosso modo, seguiram sempre o sentido de voto que coincide com o consenso encontrado para a redação deste texto que estamos a finalizar.

Relativamente a esta matéria, ao custo das refeições, em outubro, quando a primeira versão do diploma aqui veio, o Partido Socialista apresentou uma proposta que baixava em 30%, durante dois anos letivos, o custo das refeições. 30% de redução, acrescida à redução que já estava consagrada no próprio diploma. E os valores de referência nessa altura no diploma eram diferentes daqueles que hoje temos neste texto de substituição.

No entretanto, o Partido Socialista alterou a sua posição passando para um acréscimo de descida em +25%. Ou seja, estamos a falar de uma redução muito significativa, para além daquela que, no espírito dos partidos proponentes e da comunhão que depois se gerou à volta deste diploma estava previsto.

Desde logo, ressalta daí a circunstância de, independentemente, do valor, o Partido Socialista achar que é preciso baixar ainda mais.

O partido que, durante 24 anos de Governo, aumentou quatro vezes o preço das refeições nos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... colocando-as no valor mais alto do país, agora, independentemente do valor que se lhe apresente, acha sempre que é preciso reduzir ainda mais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E um valor percentual que não está justificado, nem nunca foi justificado até agora. E, portanto, é chegado o momento do Partido Socialista explicar porque antes era 30%, agora é 25%, mas se não quer explicar porque é que evolui de 30 para 25%, pelo menos, em que é que se fundamenta para os 25% de abaixamento, sobre aquilo que nós já estamos baixando no preço das refeições? É a primeira pergunta. Seguramente não terá a ver com a inflação, porque ela nos Açores foi de 5% no ano de 2022, contrastando, aliás, com 7,8% - se a memória não me falha - no país.

25% porquê? É a primeira pergunta.

A outra pergunta é saber, qual o impacto financeiro desta vossa medida ou proposta.

Deputado Carlos Silva (PS): Está lá a resposta!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Joaquim Machado, como bem disse, o grupo de trabalho que foi constituído no âmbito da CAS, teve como objetivo tentar consensualizar uma proposta e, nesse sentido, o Partido Socialista, recordando nesta norma transitória, para além da redução de 30% no âmbito das refeições escolares, previa uma série de majorações em outros benefícios da ação social escolar. E com o espírito de consensualização que aliás, foi feito praticamente todos os partidos que tinham propostas de alteração, o que entendeu foi retirar a parte das majorações nas outras áreas da intervenção social e diminuir a percentagem. Pergunta-me, o Senhor Deputado Joaquim Machado, porque é que é 25% e não 30%? Pois, a pergunta também lhe pode ser devolvida, porque é que é 22% ou cerca de 20 e tal %, que foi o valor também que foi por vós defendido, como sendo da redução?

O que nós entendemos, Partido Socialista, é que a redução das refeições escolares é um bom propósito. Aliás, tanto é que, na iminência da retirada desta iniciativa, o Partido Socialista entendeu que a proposta tinha mérito. Aliás, sempre dissemos, desde o início, desde outubro, nomeadamente em âmbito parlamentar, mas muito antes disso, em âmbito de comissão, nunca retirámos o mérito desta proposta. O que sempre dissemos e as críticas que fizemos foi que, efetivamente, se tinha perdido aqui uma oportunidade de incluir neste diploma, matérias que não tinham só a ver com a questão dos preços, mas tinham a ver também com a questão das refeições, da sua qualidade e da fiscalização dessa mesma qualidade. E, foi nesse sentido, que o Partido Socialista apresentou todas as propostas de alteração.

Agora, Senhor Deputado Joaquim Machado, nós, quando falamos deste tipo de redução, ou da circunstância que atualmente estamos a viver, não nos podemos cingir só a taxa de inflação que vigora atualmente.

O Partido Socialista sempre defendeu que, para além do mérito desta diminuição do preço das refeições, atualmente vivemos uma conjuntura extremamente difícil para as famílias e, por isso, é que introduzimos esta norma transitória, para vigorar em apenas dois anos letivos, que são aqueles que entendemos que as famílias vão precisar de um acréscimo deste apoio.

Depois, é preciso ver que, quando vamos fazer a análise do aumento dos preços só ao nível dos bens alimentares, já estamos a falar de percentagens bastante mais elevadas, do que aquela que o Senhor Deputado referiu. E, portanto, Senhor Deputado, a questão é esta, nós entendemos e entendíamos que 30% era um valor razoável para fazer esta redução. Decidimos baixar essa redução para 25%, no esforço de consensualização no grupo de trabalho da CAS, para que esta medida pudesse já integrar esta substituição integral. Não teve o acolhimento por parte dos partidos que integram a Comissão e, na altura, dissemos que iríamos reiterar esta proposta porque entendemos que ela é benéfica, que para estes dois anos que se avizinham muito difíceis para as famílias açorianas, esta é mais uma ajuda que se pode dar, para além daquela ajuda importante que o próprio diploma configura e entendemos que o aumento do custo de vida das famílias açorianas não se pode resumir às taxas de inflação e aos aumentos dos bens, porque o que efetivamente estamos a ver é uma conjuntura que envolve aumento das taxas de juro, que envolve outro tipo de circunstâncias, que para as famílias são extremamente difíceis. Portanto, entendemos que baixar o preço das refeições em 25%, para além deste primeiro abaixamento, nestes próximos dois anos, é mais um contributo que o Partido

Socialista deixa e que esperamos, sinceramente, que possa ser acolhido por esta Assembleia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional:

Agradeço as suas palavras, principalmente, Senhora Deputada Ana Luís, naquilo que vai ao encontro do espírito desta iniciativa legislativa do PSD, do CDS e do PPM, todavia, a senhora não me respondeu. A minha dúvida é sobre porquê 25%? E quanto é que os 25% de majoração na redução representam em termos orçamentais?

Estas é que são as minhas perguntas, para as quais, eu continuo à espera da resposta. Porquê os 25%?

E, já agora, Senhora Deputada,...

Deputado José Pacheco (CH): Não sabem!

Deputado Rodolfo Franca (PS): Estão a falar nas minhas costas!

O Orador: O Senhor Deputado Rodolfo Franca diz que lhe estão a falar nas costas! Está a ver o que já lhe fazem na sua bancada!

(Risos)

Senhora Deputada, já agora, qual é o preço da refeição, nos termos da proposta do Partido Socialista?

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Quanto a esta proposta de aditamento, apresentada aqui pelo Partido Socialista, e aquilo que também já foi tido em debate e o argumento que a Senhora Deputada Ana Luís utilizou, no aumento dos bens alimentares, no nosso entendimento, não colhe, na medida em que há uma estabilização do preço das refeições escolares, uma vez que estas estão indexadas ao subsídio de refeição.

E, como tal, o aumento dos bens alimentares, quando muito vai ser refletido num custo que será não suportado pelas famílias, mas sim pelo orçamento da região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): No orçamento familiar!

A Oradora: Por isso, esse argumento desta redução, exatamente na eventualidade de existir esse aumento de bens alimentares, a verdade é que esse valor para as famílias está estabilizado, por via desse do valor das refeições estarem indexados ao subsídio de refeição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, quando muito, a escola terá um custo superior, exatamente por esse aumento dos bens alimentares.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A família é que paga a senha!

A Oradora: E depois, a outra questão que nos parece também de salientar é referente à estabilidade, exatamente a essa estabilidade do valor. Uma vez que no número 2, o Partido Socialista, na sua proposta, diz que os encargos decorrentes da aplicação do número anterior, têm por limite a dotação prevista

no orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2023. A verdade é que, o nos parece é que podemos correr o risco de realmente aumentar ainda essa redução nestes 25%, entretanto, já não existe verba e as refeições tornam a valor com mais esses 25%, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): No meio do ano!

A Oradora: ... ou seja, não há uma estabilização nesse valor das refeições, uma vez que o que está aqui escrito é que tem por limite a dotação prevista no orçamento, um orçamento que já está fechado, que também até tem de ter uma margem para toda a eventualidade de tudo o que poderá ser a incerteza em que vivemos hoje em dia...

Deputada Andreia Cardos (PS): No orçamento!

A Oradora: ... e a verdade é que, sendo até ao limite da dotação do orçamento, parece-nos que poderá ser gerador aqui de uma de alguma instabilidade, uma vez que terminando e não existindo verba no orçamento, as refeições tornam a aumentar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, eu queria apenas, posso. não me ter feito perceber, eu quando referi o aumento dos bens alimentares, obviamente,

não era a dizer que ia aumentar o custo das refeições escolares, o que eu estava a dizer é que, o aumento do custo dos bens alimentares nos orçamentos das famílias, faz com que elas ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas o orçamento da secretaria também tem de ter em conta o aumento do orçamento familiar!

A Oradora: Mas eu penso que percebeu que eu quis dizer. Eu, em mim algum, pus em causa que o custo da refeição escolar ia aumentar por essa via. O exemplo que dei foi que, nestes dois anos letivos em particular, as famílias açorianas estão confrontadas com problemas sérios que, aliás, ao longo destes dias de plenário, temos vindo a falar: o aumento das taxas de juro, o aumento da taxa de inflação, todos os problemas sociais que existem que, infelizmente, projetamos que se venham a agravar no futuro e volto a referir, não é só o Partido Socialista que o diz, basta lermos os jornais, basta ouvirmos os alertas das instituições para sabermos que a situação é, efetivamente, difícil.

E, por isso, o Partido Socialista entende que este acréscimo de apoio, que aqui propomos nesta norma transitória, seria uma mais-valia e mais uma ajuda às famílias açorianas.

A coligação, se tenta procurar desculpas para não aprovar esta norma transitória, é livre de o fazer.

O Partido Socialista apresentou aqui, em outubro, uma proposta ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faça as contas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sabe do que é que está a falar!

A Oradora: ... no sentido de consensualizar essa proposta, alterou-a, no sentido de que ela pudesse ser acolhida pela maioria parlamentar. O Partido Socialista, inclusivamente, adotou esta iniciativa porque lhe concedendo o mérito de raiz, entendeu que as famílias açorianas também mereciam que esta iniciativa legislativa concluísse o seu processo legislativo.

E, portanto, quem tem de explicar às famílias açorianas porque é que vai rejeitar mais este apoio, são Vossas Excelências, não é o Partido Socialista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputada Ana Luís (PS): Querem rejeitar rejeitem, não podemos fazer mais nada!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Já percebemos o incómodo do Partido Socialista, que apresenta uma proposta que não tem qualquer sustentabilidade, irresponsável, ao ponto de não saber quanto é que custa a proposta, nem quanto é que custa uma refeição, segundo a sua proposta.

Porque o problema não é dizer que vamos majorar esta redução. É quanto é que isso representa e porque é que a majoração tem este valor?

Pergunta a Senhora Deputada: “mas porque é que a coligação, autora desta iniciativa, decidiu baixar, em média, as refeições em 23%?” Porque achamos que, no quadro das ajudas que queremos dar à família, este é o valor que se acomoda com duas coisas essenciais: a primeira é de responder, efetivamente, às necessidades das famílias, mas tendo também em consideração aquilo que são as possibilidades orçamentais. E essa parte, os senhores esqueceram. Os senhores que votaram contra o orçamento de 2023, acham que o orçamento de 2023, hoje, dá para tudo! É um contrassenso absurdo!

Deputada Ana Luís (PS): Somos mais ambiciosos que V. Exas. e achamos que as famílias merecem este apoio!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Diz a Senhora Deputada que estão muito empenhados em ajudar as famílias.

Deputada Ana Luís (PS): Sempre estivemos!

O Orador: Acredito que sim.

Em matéria de refeições escolares nunca estiveram até hoje.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Nota-se

Deputada Ana Luís (PS): O Carlos Freitas responde a isso!

O Orador: Em 24 anos subiram quatro vezes as refeições escolares e elas vão descer, nós tomamos a iniciativa.

Deputada Ana Luís (PS): Sim senhor, já lhe dei esse mérito!

O Orador: Esta redução que nós propomos significa uma poupança para as famílias açorianas de 250.000€, mas na educação, a poupança que as famílias dos Açores fizeram não foi, nem será apenas esta.

Eu dou outro exemplo: os manuais digitais, que neste ano letivo foram distribuídos aos alunos, cujas famílias por essa via deixaram de adquirir os manuais os manuais em suporte de papel, representou já uma poupança para as famílias dos Açores, de mais de 620.000€.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Isso não é verdade, Senhor Deputado!

O Orador: Mais de 620.000€, é o número de alunos beneficiados a quem foi entregue o manual escolar, ...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Desconhecimento total! Adoção!

O Orador: ... deixando de comprar os manuais, em suporte de papel, representou uma poupança de 627.000€, até se quisermos ser mais precisos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E, no próximo ano letivo, representará. 1.280.000€.

Portanto, nós estamos a trabalhar de forma consistente, orçamentalmente responsável e, desse modo, ajudando as famílias dos Açores.

A pergunta é, Senhora Deputada, quanto é que custa a vossa proposta?

Deputado Carlos Silva (PS): E quanto é que custa a vossa!

O orador: Como é que ela se acomoda em termos orçamentais, nomeadamente, com a lei travão? E, já agora, quanto é que custa uma refeição no primeiro escalão com a vossa proposta?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta é, de facto, uma proposta meritória e, desse ponto de vista, como também já fez a Senhora Deputada Ana Luís, há que dar o mérito ao Partido Social Democrata de a ter trazido.

Não, sem antes dizer, que também há mérito da oposição de a ter melhorado. Eu não sei se é chicana política, se é mesmo falta de vontade de usar as folhas de Excel, com continhas para trás e para a frente. Isso a mim não interessa nada.

A mim não interessa se são 48 cêntimos, se são 33, se no fim são 2 milhões, se no fim são dois milhões mais 250.000, como disse e bem, o Senhor Deputado Joaquim Machado. O que eu sei é que esse diploma andou aos trambolhões e finalmente, temos aqui a possibilidade de dar um apoio às famílias açorianas, num total de refeições escolares, que custa, à volta de dois milhões de euros, salvo erro (se estiver enganado, a Senhora Secretária Regional que me corrija) e que traz aqui uma redução significativa para as famílias. E, da parte do Partido Social Democrata, há um imenso incomodo com essa redução de +25% neste apoio que vai ser dado às famílias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é incomodo!

O Orador: O mesmo governo regional, o mesmo partido que suporta um governo regional, que ainda há dias anunciou dez milhões de euros para apoiar as empresas incompetentes...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): São os orçamentos familiares! Essa é uma boa parte!

O Orador: ... que não conseguem pagar mais do que um ordenado mínimo regional aos seus trabalhadores. Dez milhões de euros para as empresas incompetentes que não conseguem pagar mais do que o ordenado mínimo regional aos seus trabalhadores, porque essas empresas são parasitas do sistema e os senhores transformam-nos em ainda mais parasitas do sistema.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó sr. Deputado, menos!

O Orador: E eu não tem problema nenhum em dizer isso aqui.

O problema são setenta mil euros ou oitenta mil euros a acrescer aos duzentos e cinquenta mil que já reduziram nas refeições escolares das famílias açorianas, como todos os dias, apregoa aos sete ventos que as famílias estão vivendo com dificuldades por causa da guerra na Ucrânia, da inflação disto, daquilo e daquele outro.

Pasme-se, o governo regional social-democrata prefere gastar dez milhões de euros com as empresas incompetentes, do que gastar mais sessenta e cinco mil euros com as famílias açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não precisa do meu apoio! Se continuar a gastar o dinheiro desta maneira não têm o meu apoio no Orçamento!

Os senhores querem é continuar a criar pobres!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(Diálogo na Câmara)

Senhores Deputados, vamos permitir que o Senhor Deputado Carlos Furtado use a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, queira me informar, por favor, se passou a ser regra para admitir propostas, projetos de resolução, ou decretos legislativos regionais, nesta Casa, que viessem acompanhados de estrutura de custos dessas mesmas propostas?

É que, segundo a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Machado, parece que passou obrigatório e, dos documentos que temos votado ultimamente, eu não me lembro de todas as propostas virem acompanhadas da respetiva estrutura de custos, mas queira-me informar, por favor, se as regras mudaram.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Como estão aqui questões suscitadas relativamente a custos e como obviamente nós fizemos as contas, esclarecer às Senhoras e aos Senhores Deputados o seguinte:

Na audição, que foi feita, em agosto ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O PS não fez!

Deputada Ana Luís (*PS*): O PS fez, e o senhor Deputado sabe que o PS fez!

Deputada Elisa Sousa (*PS*): Não quer ouvir? Ouça!

A Oradora: Eu aguardo...

Presidente: Senhora Secretária Regional, faça favor.

A Oradora: Isto é a técnica do professor. Muito obrigada, Senhor Presidente.

Na audição que foi feita em agosto, relativamente a esta matéria, perante outros valores, apresentei na Comissão dos Assuntos Sociais que a proposta que estava em cima da mesa, na altura, tinha um custo estimado para o Governo de, sensivelmente, duzentos e cinquenta mil euros. Agosto de 2022.

Entretanto, com aumento de subsídio de refeição, fizemos uma proposta de orçamento, atinente a esses valores dessa proposta, considerando o aumento do subsídio de refeição, mas considerando também a estimativa inflacionista, como tive oportunidade de evidenciar, até na minha primeira intervenção e que tem de ser repartida pelas várias áreas da ação social escolar.

E aqui é que está o nosso problema, é que a proposta do Partido Socialista faz com que esta despesa seja sensivelmente um milhão e duzentos mil euros ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): 1 milhão e...

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que a Sra. Secretária fez essas contas?

A Oradora: E, portanto, relativamente ao aumento inicial que depois é ainda acrescido pela proposta da coligação, isto faz com que, mais de metade...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem de dividir as parcelas!

A Oradora: Não, isto são os custos da administração.

Mais de metade do aumento na ação social escolar, se esta proposta for avante, vai totalmente para os custos com as refeições. E, da nossa parte, para podermos fazer face e para podermos apoiar as famílias, nós temos também lá cabimentar transportes escolares, todo o material escolar que é disponibilizado aos nossos alunos, essencialmente estas três pendências. E isso põe por terra completamente o orçamento que foi aprovado nesta Casa, em novembro do ano passado.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Duas razões me levaram a pedir a palavra.

A primeira é para dizer ao Senhor Deputado Nuno Barata que não nos revemos nas suas acusações, relativamente a empresas parasitas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Tinha mais a ver se se revissem!

O Orador: E, portanto, nós respeitamos as empresas e os empresários e o Programa +, uma das coisas que objetiva, acho que daqui dentro até poderá ser consensual, respeitando as empresas dos empresários, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem! Continuem assim!

O Orador: ... vamos compensar os aumentos obrigatórios do salário mínimo e incentivar ...

Deputado António Lima (BE): O Governo não tem de pagar os salários aos privados! Isso nem na União Soviética! Nem na China!

O Orador: ... o acréscimo salarial. Aliás, no primeiro caso ...

(Diálogo na Câmara)

O Orador: Nos primeiro caso, Senhoras e Senhores Deputados, no caso do apoio ao acréscimo do salário mínimo, vamos inclusivamente substituir-nos ao Governo da República que compensou as empresas do território continental quando foi do acordo salarial e não compensou as empresas dos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): Contra! Contra!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E este apoio ao incremento salarial é indexado naturalmente à manutenção do emprego e à efetiva comprovação do acréscimo, quer seja do salário mínimo, que é obrigatório, quer seja dos salários médios.

Eu até julgava que o senhor Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, estaria aqui também, tal como em relação ao combate à precariedade, do nosso

lado. Mas como já foi dito aqui, e nesse caso, o Senhor Deputado Nuno Barata teve razão, o Senhor Deputado António Lima e o Bloco de Esquerda se apresentassem um orçamento, votavam contra ele.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, portanto, não podemos fazer nada, tem de ser sempre contra. Porque, mesmo que nós façamos as medidas que o Bloco de Esquerda propugna há muito tempo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... quando as fazemos, já são contra.

E, portanto, é com isto que nós lidamos, é com isto que nós nos confrontamos, mas estamos muito conscientes da boa medida que representa o +.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Compensar as empresas açorianas foram esquecidas pelo Governo da República em relação ao aumento do salário mínimo e incentivar o acréscimo dos salários médios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Achamos que é uma medida que tem pujança, que tem sentido social e que também tem sentido para o nosso tecido empresarial...

Deputada Vera Pires (BE): E esta norma transitória não tem!

O Orador: ... e, por isso, Senhor Deputado Nuno Barata, demarcamo-nos completamente das suas afirmações sobre empresários parasitas ou empresas parasitas. Para nós, os empresários merecem o maior respeito, tal como os trabalhadores merecem o maior respeito e é essa a nossa preocupação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A segunda razão que me levou a pedir a palavra tem a ver com as finanças públicas.

Deste lugar, desta bancada, mais ou menos, variadíssimas vezes ouvimos o então Vice-Presidente Sérgio Ávila a fazer perguntas bem mais acutilantes, do que aquelas que o Deputado Joaquim Machado fez, em relação às propostas da oposição.

Mas muito mais, tentava, aliás, enxofrar as propostas da oposição com perguntas que ele sabia a resposta, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que ficou traumatizado com isso!

O Orador: ... mas achava que as oposições não sabiam e, portanto, desta bancada isso foi feito.

Mas mais, o Deputado Sérgio Ávila, se aqui estivesse hoje, não acredito que caucionasse a vossa posição, fazer tábua rasa da lei travão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é assim que se faz política, não é assim que se preserva as opções orçamentais aprovadas nesta Casa e o Governo aqui não pode deixar de assinalar que, se esta proposta for assim aprovada, viola claramente, na nossa opinião, a lei travão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

As famílias açorianas merecem muito mais do que isso e é para elas que estamos aqui dedicados. Não vamos falar do seu programa megalómano, que vai gastar dez milhões de euros a apoiar empresas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Megalómano?

O Orador: Aqui ninguém faltou respeito das empresas.

Mas, Senhor Secretário Regional, o senhor que, ainda há dias, aqui falava das questões de falta de mão-de-obra.

O senhor que ainda há dias falava das ilhas não capitalinas, onde é preciso importar gente para trabalhar nas vinhas.

O senhor que ainda há dias aqui falava da necessidade que temos de criar condições para a importação de mão de obra?

O senhor acha correto gastar o dinheiro dos cidadãos a pagar às empresas para aumentarem ordenados?

Isto devia estar o Senhor Deputado António Lima a bater palmas!

Deputado António Lima (BE): Eu?!

O Orador: Isto é o socialismo que na República foi feito pelo Partido Socialista e que a Iniciativa Liberal votou contra e votaria aqui.

Isto vai contra a lei travão, mas através de uma resolução do Conselho de Governo pode ser, os senhores deputados não podem. Está certo, é o que está na lei. Mas, também está aqui o limite orçamental. Onde o senhor vais buscar só dez milhões de euros, vai buscar só nove e pega no outro e mete noutra qualquer.

O senhor tem o artigo 5.º do orçamento para fazer o que o senhor quiser com esse assunto.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Agora, uma coisa é certa, eu vou-lhe continuar a dizer isto até ao fim da legislatura, Senhor Secretário, o senhor, enquanto continuar a derramar o

dinheiro por cima, julgando que ele vai chegar abaixo, ele não chega, Senhor Secretário. O dinheiro chega de baixo acima e não chega de cima para baixo. E, vou-lhe dizer mais uma coisa, Senhor Secretário, há de facto, empresas parasitas nos Açores. São empresas que vivem dos sistemas de incentivos, são empresas que vivem, única e exclusivamente, do orçamento da região e essas empresas, sabe uma coisa, Senhor Secretário, essas que só pagam o ordenado mínimo nacional e que apresentam no final do ano seis, sete, oito, dez milhões de euros de lucro, não merecem o meu respeito. Sabe porquê, Senhor Secretário? Porque há uma coisa, na minha vida pessoal, muito diferente dos outros justos que estão aí todos nessa bancada, eu já criei muitos postos de trabalho e eu fiquei sem todo o meu património para pagar aos meus empregados e não tenho um que tenha razão de queixa. Sabe porquê? Porque paguei sempre acima do ordenado mínimo nacional. Sabe porquê? Porque não há uma transferência do orçamento da região no meu nome, para o nome das minhas empresas.

Sabe qual é a diferença, Senhor Secretário? A diferença é respeito pelo trabalho e pelos trabalhadores e respeito por aqueles que produzem riqueza e essa diferença, podem-me apontar muitas coisas, essa nunca me vou apontar. Isto o senhor pode ter certeza! E eu acredito nesta região com o esforço das empresas e com o esforço dos trabalhadores.

Não acredito nessa região de empresas, pedintes e penduradas nos sistemas de incentivos e penduradas nos apoios dos governos. Podem vir as câmaras de comércio todas criticar este meu discurso, hoje aqui, os empresários que estão lá em casa fazendo seu esforço, os empresários estão lá em casa pagando acima do ordenado mínimo regional sabem que eu tenho razão e vão me dar razão.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Eu, naturalmente, entro no debate e antes de mais peço desculpa ao Senhor Presidente por intervir para falar de um assunto que não tem nada a ver com nós, com o que nós estamos a debater, mas eu fui chamado ao debate sobre ele e, naturalmente, tendo tempo, não posso deixar de responder, tendo o Senhor Presidente permitido que o debate derivasse para aí.

Em primeiro lugar, Senhor Deputado Nuno Barata, deixe-me dizer-lhe que aquilo que o senhor diz que é socialismo, é tudo menos socialismo ...

Deputado Nuno Barata (IL): É comunismo!

O Orador: ... e tudo menos comunismo e o senhor sabe disso.

Nenhum estado socialista, ou algo que se pareça, pagaria os salários de empresas privadas.

Eu não sei que classificação hei-de dar a esse Estado, mas é tudo menos o Estado que o Bloco de Esquerda quer e, naturalmente, que eu quero.

Por isso, nesse especto, nós podemos estar em polos opostos, mas concordamos nessa matéria, não deve a região, nem o Estado pagar os salários das empresas privadas.

E, Senhor Secretário Regional das Finanças, eu já o ouvi por diversas vezes falar dessa medida e nós abstivemo-nos de a comentar, sem a conhecer em detalhe. Mas, o senhor e o seu governo, já a apresentaram quatro ou cinco vezes e, chamado a debate, eu tenho de me pronunciar sobre aquilo que o senhor disse e aquilo que eu conheço, que é o que o Governo tem dito. Como é óbvio, como sempre dissemos, quando a coligação trouxe aqui uma proposta para que o Governo da República pagasse o aumento do salário mínimo às empresas dos Açores, nós discordamos e votamos contra e continuamos a votar contra, porque, como disse, não é à região que cabe pagar

os salários das empresas privadas, porque se elas existem, se faturam e muitas delas têm lucros, então têm não têm outro remédio, a sua obrigação é pagar os salários dos seus trabalhadores na íntegra, até ao último cêntimo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas não são salários!

O Orador: E, Senhor Secretário, nós vamos ver uma coisa muito interessante, que é no próximo ano, quando começarmos a ver quais são os lucros das empresas que têm muitos trabalhadores com salários mínimos nos hotéis, nos supermercados, nessa grande distribuição alimentar que vive do salário mínimo e que vive e alimenta-se dessa inflação, que os senhores o que querem não é combater a inflação, querem aumentar lucros ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como?

O Orador: ... desses mesmos empresários e dessas mesmas empresas e nós vamos ver, vamos avaliar daqui a um ano, quando virmos os lucros dessas empresas, que o senhor vai subsidiar, ainda mais, para além das margens de lucro ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): isso não é comparável!

O Orador: ... que já têm, ainda vão ajudar a terem trabalhadores ainda mais baratinhos. Porque essa é a conceção de Estado que têm, não é uma economia de mercado a sério, sequer. É uma economia em que o Estado serve os privados, serve o capital e serve as grandes empresas porque isto não vai beneficiar as pequenas empresas, essas, a maioria delas, paga acima do salário mínimo. Quem paga o salário mínimo, muitas vezes, são as grandes empresas que os senhores vão beneficiar com muitos, muitos milhões de euros.

Deputado Nuno Barata (IL): Já beneficiaram com muitos milhões de euros dos sistemas de incentivos!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não vamos fazer aqui um debate ideológico, até porque alguns dos argumentos parece que vem de ideologias trocadas.

Mas, enquanto vemos o Bloco de Esquerda a continuar a diabolizar o lucro, ...

Deputada Vera Pires (BE): Não é nada disso!

O Orador: ... que é algo que nós não estranhamos e que faz parte da sua matriz ideológica.

Deputada Vera Pires (BE): Quem tem lucro não precisa de apoio!

O Orador: Pelo Bloco de Esquerda não havia empresas privadas, não havia organizações privadas, seria tudo estatizado, mas é uma visão que nós respeitamos e compreendemos.

Deputada Vera Pires (BE): Não quer pagar o aumento às refeições e faz esse discurso!

Õ Orador: Agora, o que já não compreendemos do Bloco de Esquerda, é que medidas de combate à precariedade sejam combatidas, que medidas ao aumento salarial sejam criticadas. O Bloco de Esquerda tem de se entender consigo próprio ...

Deputada Vera Pires (BE): O Bloco de Esquerda entende, o senhor é que não está a entender!

O Orador: ... ou é diabolicamente contra o lucro, ou é a favor do aumento salarial? Não pode ser as 2 coisas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, Senhor Deputado António Lima,

Deputado António Lima (BE): Isso não é para si!

O Orador: ...este governo desta coligação está muito confortável com a sua consciência, quer seja no combate à precariedade, quer seja no incentivo ao aumento salarial. Temos exemplos, provas concretas, nomeadamente o Programa Contratar, o maior programa da história da autonomia de combate à precariedade e de incentivo

Deputado António Lima (BE): Mais dinheiro para o Estado!

O Orador: ... ao aumento salarial média. Os salários cresceram em média 10%, através desse programa, como também agora este mecanismo de apoio ao incremento salarial que vai ajudar as empresas num contexto difícil de aumento do valor da fatura energética, de aumento do salário mínimo, mas também com o incremento ao aumento do salário médio. Vai ajudar, mas absolutamente ligado aos trabalhadores, tem de se reverter esse aumento no salário mínimo e no salário médio dos trabalhadores. E isto não é bom para o Bloco de Esquerda? Com que é que o Bloco de Esquerda está contrariado com esta medida? Eu não consigo perceber com que é que o Bloco de Esquerda está contrariado com esta medida. Não consigo perceber porque, se calhar, até há muito mais coisas que nos aproximam ideologicamente desta matéria, do que aquelas que nos separam. Mas, esta para mim é e fico perplexo, porque não consigo entender esta matéria.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu também fico!

Deputada Vera Pires (BE): Vamos ter de fazer um workshop!

O Orador: E, portanto, Senhor Deputado António Lima, a esse respeito, nós estamos muito confortáveis por nos substituirmos primeiro ao Governo da República, que desprezou as empresas dos Açores quando foi do aumento do da diminuição do TSU para compensar os aumentos de salários mínimos.

Estamos também muito confortáveis com o incentivo que vamos dar ao aumento dos salários médios, como já temos dado também noutros programas. É desta maneira e com a formação e com o combate à precariedade que vamos construindo uma sociedade mais sólida, mais saudável e com mais capacidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esse o nosso rumo desde o primeiro momento. Foi esse o nosso discurso nesta Casa e é isso que estamos a cumprir. Não será por acaso que os salários médios estão a aumentar.

Não será por acaso que temos o maior número de população empregada da história da autonomia.

Não será por acaso que temos o menor número de desempregados inscritos da história também dos últimos 15 anos, que temos o menor número de programas ocupacionais dos últimos 10 anos. Não é por acaso, tem a ver com políticas, Senhor Deputado e políticas, que se calhar deviam ser colocadas por Vossa Excelência. O que me deixa perplexo é como é que Vossa Excelência não concorda com estas medidas e que até tem provado a sua razão, tem provado a sua utilidade, tem provado a sua capacidade de melhorar as empresas e os salários dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas, fica comigo essa perplexidade, ficará consigo a coerência.

Deputada Vera Pires (BE): E fica connosco a perplexidade de não quererem aprovar um apoio às refeições escolares!

O Orador: Senhor Deputado Nuno Barata, aqui há algo que nos distingue.

Nós não tomamos uma árvore pelo todo, Senhor Deputado. O Senhor Deputado pode ter razão, mas não podemos simplificar a falar de empresários parasitas. Estão empresários aqui nesta Casa e fora desta Casa que lutam muito, que lutam muito para pagar vencimentos e que não podem ser tidos pelo todo, por alguns empresários que sejam menos corretos naquilo que pagam aos seus funcionários.

Deputado Nuno Barata (IL): Pague menos, na sua secretaria!

O Orador: Aliás, o senhor se recordará, houve muitas vezes que eu próprio, cada vez que estava na altura, s na Secretaria do emprego, exigia a responsabilidade social dos empresários ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: e, no momento difícil, de aumento de custos, nós estamos a estimular o aumento salarial e o aumento dessa responsabilidade social.

Deputado António Lima (BE): Estão a pagar!

Deputado Pedro Neves (PAN): Não, não está a estimular! Estimula o ordenado mínimo!

Deputado Nuno Barata (IL): Vá ouvir a sua intervenção!

O Orador: Senhor Deputado Pedro Neves, talvez não ouviu a parte da minha intervenção que eu disse, não só o apoio ao aumento do salário mínimo, mas o incentivo ao aumento dos salários médios.

Deputado António Lima (BE): Não é incentivo! É pagar!

O Orador: Que é como fazemos com o programa Contratar e o Senhor Deputado António Lima devia estar felicíssimo porque há menos três mil pessoas em precariedade e há mais três mil pessoas com aumento de salário médio a mais de 10%. O senhor devia ser as pessoas mais felizes nesta Casa.

Mas, começo a chegar à conclusão de se o senhor apresentasse uma proposta aqui e visse que nós íamos adotar, se calhar, votava contra ela.

Eu começo a chegar a essa conclusão, eu não percebo. Sinceramente, o senhor acaba de dar tiros no seu pé ideológico.

É verdade, o senhor que defende o combate à precariedade, agora não apoia o combate à precariedade. Normalmente defende o aumento de salários, agora está contra o incentivo ao aumento de salários. O senhor que se entenda consigo próprio, Senhor Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Em relação ao Senhor Deputado Nuno Barata, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Tem razão! O Bloco de esquerda devia estar satisfeito! Tem toda a razão!

O Orador: ... nós temos uma visão, Senhor Deputado Nuno Barata, que é esta, nós temos de incentivar e incrementar os empresários com potencial e sabe uma coisa no sistema de incentivos que vai amanhã a proposta a decreto legislativo regional a Conselho de Governo, uma das coisas que lá está inscrita é uma maior exigência nos capitais próprios para se poder aceder aos sistemas de incentivos.

Deputado Nuno Barata (IL): isso ainda é pior!

O Orador: Ó Senhor Deputado, o senhor não está de facto... diz tudo e o seu contrário! Quando somos mais exigentes, ainda é pior, se fossemos menos exigentes, estávamos a dar tudo a todos. Estás a dar tudo a todos.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso não tem a ver com exigência! Isso é beneficiar os mesmos outra vez! Mais apoios para aqueles que têm mais!

Ó Sr. Secretário, é para esquecer! O senhor não tem a minha experiência de vida!

O Orador: Senhor Deputado Nuno Barata, deixe-me continuar a dizer-lhe...

Presidente: Senhor Deputado Nuno Barata permita que o Senhor Secretário...

O Orador: Eu não tenho a sua experiência de vida, naturalmente, evidentemente, nem queria ter, cada um tem a sua experiência, isso é assim mesmo.

Deputado Nuno Barata (IL): É mesmo bom não querer ter!

O Orador: Agora, Senhor Deputado, ao sermos mais exigentes nos capitais próprios, ao facilitamos a capitalização das empresas, ou sermos mais exigentes nos sistemas de incentivos ... nós temos aqui um caminho e um rumo, agora não vamos tomar a árvore pela floresta, não vamos colocar labels nos empresários dos Açores. Há bons empresários, há maus empresários, há bons trabalhadores, há maus trabalhadores. Não podemos colocar esse rótulo e eu acho que um Deputado da Iniciativa Liberal, a última coisa que eu esperava ouvir era um ataque ao tecido empresarial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado e acho que estava na altura de voltarmos às refeições escolares.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Sei que realmente estávamos na altura de voltar às refeições escolares, que era esse o tema, mas eu não posso deixar de intervir, aproveitando o resto de tempo que tenho, para fazer uma crítica ao Senhor Deputado Nuno Barata.

Senhor Deputado Nuno Barata o senhor tenha juízo na cabeça! Vocês estão falando aqui de lucros das empresas. Quais lucros das empresas? Senhor

Deputado, como o senhor sabe, uma empresa não pode dar prejuízo mais de três anos seguidos e algumas andam fingindo que têm lucros. Algumas não fazem renovação das frotas, porque não querem custos, porque estão a atrasar esse investimento. Não fazem valorização dos seus imóveis porque estão a atrasar investimento, para poderem apresentar lucros residuais a dizer que não tem prejuízo e o senhor vem aqui dizer que são empresários responsáveis, que são parasitas do sistema?

Ó senhor, o senhor tenha juízo, o senhor sabe quantas empresas é que fazem o sacrifício de pagar o ordenado a tempo e horas às pessoas, pagar segurança social, pagar os encargos com formação, todos aqueles encargos decorrentes da lei, e bem, e que essas empresas têm de suportar com dificuldade e o senhor, enquanto deputado, que também é sustentado por essas empresas enquanto parlamentar, vem aqui criticar essas pessoas, Senhor Deputado.

Sim, porque aquele dinheiro que nos pagam vem de todos os contribuintes, inclusive das pequenas empresas. Eu não aceito que as pessoas e as empresas, os empresários pequenos com dificuldades, da nossa terra, sejam tratados dessa forma. E até sabe que eu não estou falando em defesa de causa por que eu não recebi fundos comunitários, eu não recebi apoios Covid, nem pretendo me candidatar às ajudas que agora o Governo anunciou dos dez milhões.

Aliás, o que faço um alerta é para a questão dos dez milhões, Secretário das Finanças, ...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... se os apoios que estão prometidos ao abrigo dos dez milhões, se são para começar a pagar depois de pagar os apoios covid, que ao que parece, ainda há muitas pequenas e microempresas que andam a falar que ainda não receberam o resto dos apoios covid.

Deputado Nuno Barata (IL): Aí é que está! As grandes já receberam todas!

O Orador: Fica aqui o desafio, Senhor Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

E, por falar em cantinas, eu acho que estamos aqui a falar de dois mundos. Estamos a falar, que até o grosso do nosso tecido empresarial, que são os pequenos, micro, médios (na nossa dimensão, que noutra é capaz de ser muito pequenina). Eu também já passei por isso e sei o que é, não dormir de noite para pagar contas e ter de pagar funcionários, é a vida...se calhar não são estes, se calhar são aqueles que me faz trazer também esta Casa, um projeto que depois havemos de discutir e uns cartazes que andam aí na rua, que são aqueles que...

Eu gosto do lucro e todos nós devíamos gostar do lucro. Só aqueles que não distribuem o lucro, que maximizam o seu negócio à custa de tudo o que existir no sistema que os possa ajudar e que maximizam o lucro, mas que não o distribuem. Dizer que isto é mentira, é chamar-nos cegos. Porque nós vemos, nós temos familiares, temos amigos, temos uma série de pessoas conhecidas que depois trabalham para algumas destas pessoas e estas pessoas estão insatisfeitas, desmotivadas. Não são muitos, eles são muito poucos. O problema deles é que são empresas tão grandes, que apesar de serem muito poucos no sistema, estes poucos fazem grande moossa. E, pior do que fazer grande moossa, estão a fazer chantagem, não só com quem trabalha, mas também a quem lhes vende, que são pequenas empresas. São dois mundos completamente diferentes. Eu tenho respeito por todos os empresários que trabalham a sério e que fazem e que não estão preocupados com os subsídios, numa primeira instância, estão

preocupados em gerar riqueza e dar postos de trabalho. Eu não estou preocupado com os outros que andam aí realmente a sugar o sistema, não estou. A questão mesmo é, Senhor Secretário, nós percebermos se o dinheiro vai para uns, ou se vai para outros. Porque todos têm igualdade de oportunidade de concorrer, todos eles. Agora, obviamente que uma empresa maior, absorve a grande quantidade dos recursos.

Isto é a mesma história do PRR, em que aquela empresa chamada Estado, que absorve grande quantidade daquilo que devia ser para as famílias.

E, voltando às cantinas, o que nós estávamos aqui a tentar discutir é se, as famílias vão pagar menos ou se vão pagar mais. E não mais do que isso. Estamos a discutir e estamos aqui a perceber se isso vai custar mais ao governo regional, no sentido de lhes deixar sem verba ou não.

O que foi aqui colocado e bem, é que se há dinheiro para uns, tem de haver para outros, tão simples quanto isso,

E a seguir podemos falar de pescas e também de agricultura, já que saberia que esta carteira de diversidade de opiniões.

Eu acho que também é importante os açorianos perceberem que nós estamos preocupados com isso, e isto tem de ser uma preocupação destes deputados.

Nós não podemos cegamente achar que as empresas são todas iguais, porque não são. Uns são capitalistas selvagens e sem vergonha na cara e alguns são gente séria que trabalha todos os dias.

Senhor Secretário, o senhor tem responsabilidade de fazer o filtro.

Muito obrigado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos continuar as votações?

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, o deputado mais antigo desta Casa, começou a exercer funções em 1996.

(Aparte inaudível)

Senhor Deputado é um elogio à sua experiência, à sua atividade, ao seu papel no sistema político açoriano.

Eu elogio Vossa Excelência e Vossa Excelência fica chateado. Eu já não sei o que é que lhe hei-de dizer, para dizer bem de si, isto é um elogio que lhe estou a fazer.

Eu quero dizer-lhe, Senhor Deputado o seguinte - e agora, depois do elogio, vem a crítica - esperava tudo, menos esse rótulo para os empresários açorianos, dos empresários parasitas, E eu vou-lhe dizer uma coisa, eu admiro imenso os empresários dos Açores. A esmagadora maioria são empreendedores, que criam emprego nesta região, que criam riqueza e que são decisivos para o crescimento económico dos Açores e nestas circunstâncias tão difíceis, eles são fundamentais, estão a passar por grandes dificuldades e são, na minha perspetiva, uns heróis não são parasitas.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma grande parte deles são uns heróis

O Orador: Grande parte deles são os heróis, Senhor Deputado e o Senhor Deputado que tem e que está a construir um capital político, com essa frase dos empresários parasitas, o senhor está a subtrair, aquela que tem sido a sua ação política. Por isso eu considero que isso é um erro inadmissível, Senhor Deputado.

Depois, também quero dizer, recentrando...

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não se preocupe com o meu património político! Preocupe-se com o seu Governo!

O Orador: Não se pode discordar do Senhor Deputado Nuno Barata! Gostava que o relógio parasse enquanto eu não tivesse oportunidade de continuar.

Muito obrigado, Senhor Deputado Nuno Barata. Terá oportunidade de responder, se quiser.

Eu quero recentrar esta questão, naquela que é a questão essencial. Nós estávamos aqui a ver, um governo do Partido Socialista o que é que fez durante a crise de 2008, 2009, com circunstâncias tremendamente difíceis, do ponto de vista social, do ponto de vista económico? O que é que aconteceu ao longo de todo este período que foi feito por parte do Governo Partido Socialista?

Deputado Nuno Barata (IL): Desigualdades sociais!

O Orador: Diminuíram o preço das refeições? Não, aumentaram! Aumentaram, aumentaram e aumentaram! Quando é que deixam de aumentar o preço das refeições e querem reduzir? Quando já estão na oposição e já não estão no governo! Agora é que é fácil! Quando são os outros que estão no Governo, Vossas Excelências, mudam o rótulo histórico.

Vossas Excelências foram uma espécie de D. Dinis, um D. Dinis muito fragilizado, mas, apesar de tudo, a imagem que me interessa é um D. Dinis durante muitos anos e agora passaram a ser Rainha Santa Isabel!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas só o fazem quando dinheiro já não é sugerido por Vossas Excelências e o povo percebe essa hipocrisia.

Eu quero dizer-vos o seguinte, estou muito orgulhoso da ação do Governo nesta matéria, porque a aposta desde o início não foi preciso que ninguém nos dissesse. Não foi preciso que ninguém propusesse, a aposta desde o início é diminuir o preço das refeições. Isso tem vindo a ser feito e foi feito como nunca ninguém o fez antes e da forma mais ambiciosa que alguma vez um Governo dos Açores o fez. Por isso eu estou absolutamente orgulhoso com o que o Governo está a fazer e, no que diz respeito ao Partido Socialista, já todos perceberam que é uma incongruência absoluta com aquela que foi a sua ação política, ao longo de todos estes anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Nós estamos aqui, recentrando o assunto e voltando a pôr em cima da mesa às refeições escolares, estamos aqui perante uma situação que é, no mínimo, eu direi curiosa ou estranha. Que é um partido, apresenta uma proposta e não explica a proposta. Não sabe explicar a proposta, não se sabe quanto é que custa a proposta. Não se sabe como é que ela se resolve também do ponto de vista orçamental.

Não sabemos quanto é que custa uma refeição, segundo a proposta do Partido Socialista.

Não sabemos quanto é que isto representa de acréscimo nos encargos, nem sabemos como é que isto se resolve, Senhor Presidente, em termos orçamentais e naquilo que dispõe a lei travão.

Por que a norma diz que os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma têm por limite a dotação prevista no orçamento, supomos que a dotação é a dotação da ação social escolar. Da ação social escolar, naquilo que diz respeito a refeição e não o orçamento da região, porque de contrário, qualquer proposta que aqui seja apresentada, durante um ano civil, com uma redação destas dá cobertura a qualquer investimento que não esteja previsto no próprio orçamento.

Portanto, o Partido Socialista ou diz, quanto é que tudo isso custa?

Deputado Rodolfo Franca (PS): A ação social escolar tem mais 2,3 milhões de euros só para isso!

O Orador: Ou então temos que temos de confirmar o seguinte: fizeram uma proposta, mais uma vez, de forma irresponsável, sem saber o que estavam a propor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Joaquim Machado, nós já fizemos este debate, o senhor deputado insiste, eu sinceramente acho que aquilo que a os partidos da coligação o que pretendem é, como em muitas outras circunstâncias, desviar o assunto, arranjar desculpas para não aprovar mais uma medida de apoio às famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é demagogia tão barata!

A Oradora: É essa, sinceramente, a perceção que tenho do vosso discurso.

Nós fizemos as contas, obviamente, desde o início para podermos saber que taxas podíamos aplicar, a questão da lei travão, Senhor Deputado e Senhor Secretário, lamento, mas a proposta foi admitida pela Mesa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem! Estamos falados!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não estamos!

A Oradora: Tendo em conta e acho que até o articulado da proposta de alteração revela que, efetivamente, esta proposta não fere a lei travão porque, como sabem, muito bem, a segunda proposta de substituição integral veio devolvida, não de forma formal pelo Senhor Presidente à Comissão alertando que, se não houvesse alteração ao artigo de entrada em vigor, para que efetivamente não ferisse a lei travão, a proposta não seria admitida. E o articulado que foi encontrado para a proposta substituição integral foi admitida pela Mesa.

Portanto, em questão de lei travão, não é com o Partido Socialista que tem de pedir esclarecimentos. E a verdade, Senhor Deputado Joaquim Machado e restantes partidos que apoiam este governo, em cada momento - e o Partido Socialista tem vindo a dizer isto há muito tempo - é preciso responder em função das circunstâncias que as famílias e as empresas açorianas vivem. O rendimento líquido disponível das famílias nunca foi tão baixo como é agora, tendo em conta as atuais circunstâncias.

E o Senhor Deputado Joaquim Machado fez-nos o favor de elencar uma série de medidas que o Governo já implementou de apoio às famílias, pois eu digo-lhe, se também Vossas Excelências estivessem aprovado muitas das propostas, que há muito tempo, o Partido Socialista tem vindo a apresentar de apoio às famílias e às empresas, pois bem, estariam as nossas empresas e as nossas famílias em numa situação muito melhor do que estão agora.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A senhora teve tanto tempo para fazer isso! Parece que nasceu ontem!

A Oradora: Por isso, Senhoras e Senhores Deputados: Da parte do Partido Socialista já dissemos tudo o que tínhamos a dizer sobre esta matéria. Nós apresentámos uma proposta reformulámo-la para tentar acolher, da vossa parte, uma aprovação a esta norma transitória. Os senhores não querem ajudar as famílias, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é falso! Não apoiado!

A Oradora: ... os senhores, não a querem aprovar, fica na vossa responsabilidade.

O Partido Socialista fez agora, como no passado, aquilo que tem de fazer com responsabilidade, que é ajudar aqueles que nos elegeram.

Deputado Gustavo Alves (PPM): No passado era aumentar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional: Senhora Deputada Ana Luís, com todo o respeito, mas há de me permitir que

lhe diga uma coisa, só mesmo com muito, muito descaramento político, é que é possível dizer que nós não queremos apoiar as famílias.

Deputada Ana Luís (PS): Não vou fazer nenhum protesto, esteja à vontade!

O Orador: Os senhores que, em 46 anos de autonomia, nunca fizeram uma proposta para baixar as refeições, em 24 que estiveram no Governo, subiram 6 vezes. Quatro das quais, nos últimos 13. Em dois anos de oposição não fizeram uma proposta para baixar as refeições.

Nós apresentamos a proposta para baixar as refeições ...

Deputada Ana Luís (PS): Mas fizemos outras!

O Orador: ... e a Senhora tem o descaramento de dizer que nós não queremos, não queremos apoiar as famílias.

Deputada Ana Luís (PS): Ainda bem que fizeram e estamos cá para apoiar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Nós não queremos apoiar as famílias?

Já lhe dei nota do apoio que foi para as famílias, a poupança com manuais escolares.

Mas mais esta, a Senhora diz que, hoje, a liquidez das famílias nunca foi tão pequena como atualmente!

Ó Senhora Deputada, as famílias dos Açores, hoje, têm mais dinheiro no bolso, por via da redução dos impostos, coisa que o Partido Socialista rejeitou e votou contra.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Dar com uma mão e tirar a outra!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Nós não queremos apoiar as famílias?! E somos nós que não queremos apoiar as famílias?!

O Orador: Os senhores apresentaram uma proposta de forma populista, no pior do que a palavra tem, de forma demagógica, sem quantificar, orçamentalmente irresponsável e já no plano formal, também Senhora Deputada, não vale a pena atirar as culpas para a Mesa nesta matéria.

Deputada Ana Luís (PS): Não! Eu não atirei!

O Orador: Atirou a dizer que a proposta foi admitida, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E foi! O senhor deputado é que está a desrespeitar a mesa!

O Orador: ... mas a proposta que vem da Comissão e que tem a formulação do número 2, do último artigo deste diploma, não tem os 25% de majoração do Partido Socialista e isso é que faz toda a diferença.

O problema é a majoração que o Partido Socialista propõe que não está resolvido ponto de vista da lei da lei travão, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Da lei? Integra o diploma!

O Orador: ... desde logo que a senhora não sabe quantificar, desde logo, que o PS não sabe quanto é que isso custa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Paulo Estêvão está inscrito, tem a palavra. Prescinde?
Pergunto se há margem inscrições?

(Pausa)

Vamos então continuar a votação. Está a votação a proposta de aditamento do artigo 12-A, proposto pelo Partido Socialista.

Coloco à votação a proposta de aditamento do artigo 12-A, proposto pelo Partido Socialista:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM.

1 voto de abstenção do CH, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: O Senhor Deputado Pedro Neves apresenta-nos aqui cinco propostas de aditamento de cinco artigos.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto:

Estão à votação as propostas de aditamento do artigo 12-A, 12-B, 12-C, 12-D e 12-E, propostas pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas a votação foram rejeitadas com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Os dois últimos artigos não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto:

Estão à votação o artigo 13.º e o 14.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: A proposta de substituição ao projeto legislativo regional n.º 64/XII foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este diploma que acabou de ser agora aprovado aparece em boa hora, embora já tardio, porque seguramente se tivesse sido aprovado o ano passado, seria mais fácil para as famílias, porque já teriam alguns meses onde o valor das refeições escolares dos seus filhos poderia ser suavizado pela aquela que é a aprovação que resulta dessa medida. No entanto, não posso deixar de dizer que, e no meu entender obviamente, que um conjunto de medidas que foram aprovadas neste decreto legislativo regional condiciona em muito a ação dos Conselhos

Executivos das escolas, põe em causa o trabalho dos técnicos que fazem a orientação das refeições escolares, concretamente de todo o trabalho que é feito nesta matéria e que, no meu entender, esta falta de confiança que a aprovação dessas medidas traduz, para mim é um momento triste dessa aprovação.

Temos de ter confiança em quem trabalha com as crianças, em quem todos os dias faz o seu melhor no campo profissional, no campo mais especializado, como é no caso do trabalho que é feito para delinear quais as refeições adequadas para os alunos e este, para mim, não foi seguramente a melhor forma de confiarmos em quem, noutros palcos ou noutras funções, também procura fazer o melhor pelas crianças da nossa terra e pelos pais delas.

Portanto, eu acho que se perdeu aqui uma oportunidade de mostrar confiança nessas pessoas. E, se me permitem, da minha parte estou descansado porque apresentei um conjunto de medidas de propostas de alteração que procuravam, elas sim, dar um voto de confiança a essas pessoas, mas que, por maioria de razão e por maioria de votação, elas não foram aqui aprovadas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Senhora Deputada Ana Luís para uma declaração de voto, tem a palavra. para uma interpelação? Faça favor Senhor Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

É só para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, mas só após as declarações de voto, por respeito aos meus colegas.

Presidente: Sim senhor, obrigado.

Senhora Deputada Ana Luís, faça favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Finalizamos a votação deste diploma. O Partido Socialista, naturalmente, como partido que adotou esta iniciativa, originalmente da coligação, votou favoravelmente esta substituição integral ao diploma original.

Uma substituição integral que contou com o trabalho, não só dos partidos que integram a CAS, mas também de todos aqueles que contribuíram para que este diploma fosse enriquecido, melhorado, obviamente, no que respeita ao preço das refeições escolares, que era o seu objetivo último, mas também naquilo que tem a ver com normas de qualidade, de organização dos bufetes e cantinas das nossas escolas.

Mas, mas acima de tudo, o Partido Socialista votou convicto este diploma, na certeza de que, se as famílias vão poder beneficiar da diminuição do preço das refeições escolares, majorada em 25% nos próximos 2 anos letivos, é porque efetivamente a coligação não tinha como propósito esta diminuição, desde o momento que apresentou esta iniciativa. O Partido Socialista tendo adotado esta iniciativa permitiu que hoje, se pudéssemos aprovar esta iniciativa com a inclusão de todas as propostas de alteração que aqui foram feitas, foi porque efetivamente estava convicto do mérito desta iniciativa, ao contrário daqueles, que eram os seus autores originais, que efetivamente, de convicção só tinham o nome do diploma, porque efetivamente não pretendiam que as famílias beneficiassem desta redução.

Ainda bem que a maioria deste Parlamento aprovou esta iniciativa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora aprovam tudo! Já chegou o 25 de Abril ao Parlamento!

A Oradora: ... com as alterações que incluímos porque, em última instância, estamos a beneficiar os nossos alunos e as suas famílias

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional: Naturalmente, não podíamos deixar de aprovar um diploma que é da nossa autoria, na sua génese.

As vicissitudes por que passou este diploma, que são muito próprias da geometria e geografia deste Parlamento, não nos fizeram, por um instante, desistir do nosso objetivo...

Deputada Ana Luís (PS): Desistiram, desistiram

O Orador: ...fixado em junho, quando apresentamos esta proposta de diploma. Reduzir os custos das famílias através das refeições escolares, ajudando....

Deputada Ana Luís (PS): A iniciativa só é nossa porque... Ela não apareceu aí!

O Orador: ... por essa via, as famílias dos Açores e aqueles que durante 24 anos nada fizeram, relativamente ao preço das refeições, nomeadamente num período de dificuldades generalizadas, como foi o período de 2011 a 2015. Nunca, por uma só vez, baixaram o preço das refeições, pelo contrário, subiram quatro vezes!

Mas, em dois anos de oposição, também nunca sentiram que esta era uma necessidade das famílias dos Açores, à última da hora, a toda a pressa, embarcam na demagogia...

Deputada Ana Luís (PS): Não! À última da hora, Sr. Deputado!

O Orador: ... para quererem dizer que, afinal, quem tomou a iniciativa, quem fez o trabalho, quem abriu esta porta de oportunidades, afinal não queria ajudar as famílias dos Açores.

Nós ajudamos as famílias dos Açores com esta iniciativa, como ajudamos através dos manuais escolares, como ajudamos através do abaixamento do IRS, que foi votado contra pelo Partido Socialista. Nós não desistimos de ajudar as famílias dos Açores, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... agora, fazemo-lo de forma responsável, socialmente responsável, também responsabilmente em termos orçamentais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... coisa que esta proposta do Partido Socialista não garante nem assegura e veremos se a aplicação deste diploma, nos termos finais que ele tomou, pela proposta do Partido Socialista, se efetivamente vai ser tão bom para as famílias açorianas, como seguramente nós e todos os que votaram a favor deste diploma, desejavam.

Disse!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):**

Obrigada, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS votou a favor desta iniciativa, iniciativa esta que foi aprovada por unanimidade que acabámos de votar e porque entendemos que esta será um benefício para as nossas famílias, para o apoio a que estas tenham

um maior rendimento disponível e foi esse o princípio que levou a apresentarmos esta iniciativa.

E, ainda bem que a coligação apresentou esta iniciativa porque se não, hoje não estaríamos aqui a discuti-la, nem teríamos alcançado este nosso propósito, ...

Deputada Ana Luís (PS): Ó senhora, nunca lhe tirei esse mérito!

A Oradora: que era diminuir o valor das refeições escolares. Algo que nunca tinha acontecido na anterior governação, nem até a este momento. Nem apresentado iniciativas nesse sentido, inclusive pelo Partido Socialista e quando vem, e não posso deixar de dizê-lo, quando vem dizer que os partidos que suportam este Governo não querem ajudar as famílias, é de lamentar esta afirmação, até porque se fosse assim, e por essa ordem de ideias, a verdade é que, pelo Partido Socialista, nem existiria orçamento para aplicar esta medida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, por isso, ouvirmos esse argumento por parte dessa bancada não colhe, porque realmente votaram contra o orçamento para 2023.

Relativamente, e para terminar, esta iniciativa é uma iniciativa que vai ajudar as famílias. No nosso entendimento, como dissemos, no âmbito da discussão em especialidade, consideramos que existia esta diminuição, como estava na proposta inicial é realmente é uma ajuda para as famílias e a questão do aumento dos 25%, não é que nós, todos que estamos aqui nesta Casa, queremos sempre dar mais, queremos sempre ajudar mais, mas a verdade é que também estamos perante um orçamento responsável...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... estamos perante um orçamento que é necessário também criar estabilidade nas famílias e da maneira que o ponto número 2 da norma transitória foi aprovado, o que faz com que, enquanto existir orçamento em 2023, irá existir esta redução em 25%, mas que esse acréscimo poderá deixar de existir, a partir do momento em que não existir orçamento e, como disse a Senhora Secretária, o que está aqui previsto e com esta aprovação é que o aumento da ação social escolar terá de ser canalizado exclusivamente para esta medida e parece-nos uma atitude responsável, votámos contra esta norma transitória, mas o nosso princípio de ajudar as famílias a terem mais rendimento disponível continua com esta medida e com muitas outras que já foram votadas nesta Casa e que muitas das quais o Partido Socialista votou contra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Quem é que apresentou esta iniciativa? Foram os partidos da coligação, originalmente.

Deputado Rodolfo Franca (PS): E quem é que retirou?

Deputada Ana Luís (PS): Nunca retirámos o mérito de quem apresentou!

O Orador: O Partido Socialista, que agora está tão atento à realidade, lembrou-se de apresentar uma proposta com estas características, que melhorava as

condições dos refeitórios, melhorava as condições em que são servidas as refeições, melhorava a forma como este assunto está a ser, neste momento, proposto? Não!

Em 24 anos, não se lembrou nunca do assunto! Nós, a coligação é que o fizemos lembrar.

E o Partido Socialista gosta tanto da coligação que adotou a nossa proposta. Utilizou a figura regimental que lhe permite adotar a proposta da coligação e as nossas ideias sobre esta matéria e a nossa iniciativa sobre esta matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora diz, a declaração de voto está a ser feita exatamente na mesma perspetiva que a Senhora Deputada Ana Luís, agora sim liberta de amarras, fez a sua própria declaração política ...

Deputada Ana Luís (PS): De voto!

O Orador: ... e, por isso, está obviamente a seguir a mesma vertente e bem, diz o senhor deputado, muito bem.

E agora dizem-me: “Nós agora vamos descer o preço das refeições!” Mas quem é que as aumentou? É preciso cortar o que os senhores acrescentaram, ao longo de todos estes anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Vamos continuar a contar esta história. Em primeiro lugar, a iniciativa não é vossa.

Deputada Ana Luís (PS): Este diploma não tem nada a ver com o inicial!

O Orador: Em segundo lugar, adotaram as ideias e os projetos dos outros da coligação.

Em terceiro lugar estão a cortar que os senhores aumentaram. O que é que é vosso nesta matéria? O que é que é vosso nesta iniciativa?

Deputada Ana Luís (PS): **Deputada Ana Luís (PS):** É todos! Nunca disse que era nosso! É de todos os que trabalharam para o diploma!

O Orador: Bem o que eu vos quero dizer... duas referências muito breves: o que é vosso nesta questão é que, finalmente, se aperceberam que, nesta área, era preciso fazer mudanças!

Deputada Ana Luís (PS): Fez-se boas mudanças, Sr. Deputado!

O Orador: Fez-se luz nessa bancada feixe luz nessa bancada e eu fico contente de ter transportado a gambiarra que vos iluminou nesta matéria.

Quer também dizer uma nota muito pessoal, que é com orgulho, com muito orgulho que os alunos da ilha do Corvo terão oportunidade, no próximo no próximo ano letivo, de tomar estas refeições no seu refeitório, no refeitório da Escola Mouzinho da Silveira ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ...e que esta legislação será aplicada de forma universal em todo o conjunto do território autónomo dos Açores, para todas as famílias, para todos os alunos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podia pensar num final feliz melhor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente essa iniciativa legislativa porque entende que ela vem ajudar as famílias açorianas no momento difícil que estão a passar.

E não vou usar desta figura regimental para fazer a história deste diploma, ela faria corar os contribuintes açorianos e, por isso, vou poupá-los a este *corado*.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo vamos fazer o intervalo pedido pelo Senhor Deputado Pedro Neves. Regressamos às 17 horas.

Senhor Deputado Carlos Furtado pede a palavra para?

Para uma interpelação, faça o favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, para saber se o Senhor Vice-Presidente já fez chegar à Mesa um conjunto de informações que se comprometeu a fazer chegar, na terça-feira de tarde, relativamente à sessão de perguntas que foi realizada na terça-feira de manhã.

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado, até à hora de almoço não tinha feito chegar isso à Mesa. Se fez, entretanto, está lá dentro para despachar.

Joaquim Machado, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Esta interpretação, Senhor Deputado Carlos Furtado, reavivou-me aqui a memória, relativamente a uma matéria que ainda continua pendente.

Pergunta Vossa Excelência, se o Senhor Deputado Berto Messias já entregou à Mesa os links para os programas de emprego ...

Deputado José Ávila (PS): Há que tempos!

Deputado Mário Tomé (PS): Anda desatualizado!

O Orador: ...os links para os programas de Emprego 2016/17/18/19 e 20, que se comprometeu no dia 13 de dezembro?

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. O Senhor Deputado Berto Messias, efetivamente, fez chegar essa matéria à Mesa. Não sei se, tão completa como disse, porque não estive a averiguar. Mas, de facto fez chegar essa matéria à Mesa e foi distribuída, creio eu.

Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Berto Messias, efetivamente, fez chegar à Mesa e Vossa Excelência distribuiu imediatamente, mas um conjunto de informações que nada tem a ver com os planos de emprego 2016 a 2020, nem tão pouco os links. Eu creio que ele terá dificuldade em arranjar esses elementos junto da senhora, a quem ele solicitou, mas, de facto, ainda não recebi. Porque uma coisa é o que nós pedimos e outra coisa é aquilo que o que o Senhor Deputado Berto Messias

se comprometeu a apresentar e que até hoje, passados mais de 30 dias, ainda não fez chegar à Mesa.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Berto Messias, para uma interpelação, faça o favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Fazer uma interpelação, dando nota, naturalmente, que o Senhor Deputado Joaquim Machado estará eventualmente, não só afetado, mas também distraído, porque a informação que eu anunciei que iria entregar na Mesa, no plenário de dezembro, fiz chegar à Mesa e foi também distribuída.

Mas eu percebo o Senhor Deputado Joaquim Machado, que tenha de fazer estas manobras de diversão. É que, mais uma vez, estivemos toda a tarde a discutir uma trapalhada da CAS, presidida pelo Senhor Deputado Joaquim Machado, que, portanto, tem de inventar estes números para desviar as atenções das trapalhadas que, consecutivamente, traz a este plenário, no âmbito da presidência da sua Comissão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Vamos continuar.

Enquanto vai decorrendo o intervalo regimental nós podemos passar aqui a interpelações...

Senhor Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não, para defesa da honra do Presidente da CAS.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Obviamente, que eu não entro nas considerações pessoais, como fez o Senhor Deputado Berto Messias.

E eu acho, Senhor Presidente, que as expressões utilizadas pelo Senhor Deputado Berto Messias não são as mais próprias para este plenário. E isso não devia, ou não deve passar, sem um reparo, mas esse tipo de boa educação, ou da falta dela, fica com quem, efetivamente, pratica e usa o tipo de linguagem que ouvimos.

Em nome da Comissão de Assuntos Sociais, tenho de dizer ao Senhor Deputado Berto Messias, que tenho tido, da parte dos seus camaradas com assento naquela Comissão, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Uma paciência!

O Orador: ... toda a colaboração, o respeito que me dispensam, enquanto Presidente, enquanto colega e, nem por uma vez, creio eu, deixei de corresponder a todos eles na mesma medida.

Até hoje, nós não temos nenhum registo de qualquer insurgimento, da parte dos senhores deputados da bancada do Partido Socialista, na Comissão de Assuntos Sociais, de qualquer procedimento do seu Presidente no desrespeito por qualquer norma ou princípio regimental.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Houve algumas coisinhas!

O Orador: Aliás, alguns deles e outros de outras comissões que por lá passam, têm manifestado o agrado por algumas práticas que ali se instituíram, nomeadamente quanto à elaboração das agendas da Comissão.

O diploma que nós hoje tivemos aqui a discutir, as vicissitudes dele, nada têm a ver com a Comissão de Assuntos Sociais, mas tão só com a circunstância do número de propostas de alteração que foram apresentadas em outubro.

Isso e ponto final.

Quanto ao resto, Senhor Deputado Berto Messias, acho que não devo perder o meu tempo a dar-lhe mais resposta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos fazer o intervalo.

Senhor Deputado Berto Messias, para?

(* **Deputado Berto Messias (PS):** O direito que o Regimento me assiste!

Presidente: É verdade. Faz favor, para dar explicações.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu serei breve, Senhor Presidente, até porque, em momento nenhum, julgo ter atingido a honra do Senhor Deputado Joaquim Machado, quer enquanto deputado, quer enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Fiz uma avaliação política que reitero. Ao longo dos últimos plenários, temos assistido aqui, por várias vezes, à discussão de assuntos que chegam aqui depois de estarem na Comissão de Assuntos Sociais e que são autênticas trapalhadas, protagonizadas pelo seu Presidente.

E tenho também a legitimidade de, enquanto deputado, enquanto agente do sistema político regional, fazer as apreciações que bem entender sobre o trabalho dos deputados, no âmbito das comissões e de reiterar aqui, que por aquilo que temos assistido, o Senhor Deputado Joaquim Machado deixa muito a desejar enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, no respeito pelos

seus pares e pelos partidos políticos que têm assento nessas Comissões. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Interpelo Vossa Excelência, Senhor Presidente, sobre a condução dos trabalhos porque Vossa Excelência, e bem, parece-me permitiu ao Senhor Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais que se defendesse dos adjetivos, nomeadamente, usados pelo Senhor Deputado Berto Messias, na classificação de trabalho daquela Comissão.

Deputado Berto Messias (PS): Não é da Comissão É do Presidente da Comissão!

O Orador: Não pode, Senhor Presidente, na nossa opinião, ser admissível que um deputado que, perante as suas afirmações, é permitido a outro deputado defender a honra das afirmações proferidas, nas explicações que dá, depositar ainda mais adjetivação injuriosa e insultuosa daquela que produziu anteriormente.

E, Senhor Presidente, na condução dos trabalhos, eu peço-lhe, em nome do Grupo Parlamentar do PSD e da dignidade desta Casa e dos Deputados que aqui estão, que não seja permitido este tipo de adjetivação do trabalho das comissões

deste Parlamento e que os deputados aqui produzem, porque não existe um único registo sobre o trabalho da Comissão dos Assuntos Sociais que permita ao Senhor Deputado Berto Messias insultar o Presidente daquela Comissão, como fez aqui neste momento.

Muito obrigado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém insultou ninguém!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

E tem razão, enquanto Presidente e enquanto responsável pelo normal funcionamento desta Casa, não tenho relato de qualquer problema.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não tem, Sr. Presidente?

O Orador: no funcionamento da Comissão de Assuntos Sociais. E lamento que, se existe algum problema, ele não me tenha sido relatado para que eu pudesse intervir e colocar o normal funcionamento, porque é essa a minha responsabilidade, garantir o normal funcionamento das Comissões e, portanto, não tenho esses relatos ...

Deputado António Lima (BE): Tem sim senhor!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem relatos sim senhor!

O Orador: ... e, Senhor Deputado Berto Messias pede a palavra para? Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Senhor Presidente, eu peço desculpa por ter de voltar a usar da palavra.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para lhe dizer, Senhor Presidente, que isso será fácil de comprovar vendo o vídeo do debate que estamos aqui a ter e das interpelações que tivemos, que, em nenhum momento, usei termos ou adjetivações insultuosas ou sequer injuriosas para com o Senhor Deputado Joaquim Machado ou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Aquilo que fiz e reitero foi uma apreciação política, enquanto deputado ao trabalho do senhor deputado Joaquim Machado, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que, na minha opinião e na minha perspetiva, deixam muito a desejar daquilo que devia ser a sua função enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

É a minha opinião, enquanto deputado, ...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Isolada!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é isolada!

O Orador: ... que, Senhor Presidente, é absolutamente intocável e não é uma apreciação à Comissão de Assuntos Sociais, mas sim ao seu Presidente, num direito legítimo, que me assiste enquanto deputado e que eu volto a dizer, reitero.

Obrigado.

Presidente: Obrigado. Está registada a sua interpelação, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É para informar Vossa Excelência, Senhor Presidente, que irei convocar com a urgência prevista no Regimento, a Comissão de Assuntos Sociais para ali pôr à votação uma moção de confiança, desafiando os deputados do Partido Socialista que integram aquela Comissão, acompanhar, ou não, aquilo que foram as

observações e as avaliações políticas e pessoais feitas pelo Senhor Deputado Berto Messias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 18 minutos.

Vamos entrar no ponto 6 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII – “Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho”**. É uma proposta apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não é por um mero acaso que o nosso planeta é apelidado de Planeta Azul. Pois, como é do conhecimento de todos os presentes, os oceanos ocupam cerca de 70% da superfície da Terra e contêm cerca de 97% de toda a água do planeta

– a origem da existência da vida.

Citando Sylvia Earle – uma das maiores referências mundiais na oceanografia, “sem azul, não há verde”.

Usando uma analogia com o corpo humano, os oceanos funcionam como um enorme coração que bombeia e distribui vida, também ela em forma de oxigénio essencial à existência de todos os seres do planeta. Se os oceanos podem ser comparados a um órgão com funções essenciais, podemos, igualmente, afirmar que não podem ser substituídos sob a ameaça de falha, apenas podem ser cuidados. Infelizmente, este sistema circulatório do planeta está entupido e a saúde dos oceanos corre sérios riscos de origem diversa e grande parte dela de origem antropogénica.

Uma das causas dessa obstrução são as centenas de milhões de toneladas de resíduos de plástico de origem diversa, mas que tem como base uma tipologia de consumo predominante que é a descartável e não reutilizável.

A agenda azul mundial para a mitigação das alterações climáticas coloca os oceanos como os principais aliados nesta batalha devido, sobretudo, à função que desempenham enquanto sumidouros de carbono.

Enquanto decisores políticos, é nossa obrigação adotar uma postura facilitadora na implementação e execução de políticas azuis dotadas de mecanismos protecionistas que permitam aos oceanos a capacitação para desempenhar as suas funções originais e vitais com eficiência.

Algumas dessas políticas, como por exemplo aquilo que trazemos hoje, pretendem retirar o fluxo de lixo que invade os oceanos.

Todos os anos cerca de 10 milhões de toneladas de lixo são despejadas no mar e 80% dos resíduos encontrados no mar têm origem em atividades realizadas em terra. O lixo marinho tem um leque de impactos adversos quer seja para a fauna como para a flora marinha, bem como em termos sociais, económicos e da

própria saúde pública.

As próprias atividades piscatórias também produzem resíduos que permanecem à deriva no mar. Segundo as Nações Unidas, cerca 85% do lixo encontrado nos fundos marinhos é material de pesca como redes, linhas e armadilhas. Representando a morte, quase certa, dos animais marinhos que não raras vezes são apanhadas nas “redes fantasma”. A ONG *Animal Protection* estima que cerca de 100 mil baleias, golfinhos, focas, tartarugas e leões marinhos morram anualmente vítimas destas armadilhas.

Pelo que, está mais do que na hora da Região Autónoma dos Açores lançar, oficialmente, uma caça ao lixo marinho, assumindo as trincheiras na batalha pela saúde dos mares.

O que apresentamos à discussão e votação é um projeto piloto multifacetado e que contempla três etapas fundamentais, recolha, seleção e aproveitamento de materiais, tanto para a proteção dos ecossistemas marinhos, como para a implementação de uma economia circular que compreende a recuperação e reciclagem de materiais, potenciando um crescimento económico sem desgaste ou aumento de consumo de recursos.

Acrescentando a este facto, o objetivo primordial é a compensação pecuniária dos pescadores pelo material recolhido e entrega das artes de pesca em fim de vida, vincando o seu papel de verdadeiros agentes da economia azul e de protetores da vida marinha.

Pretende-se que os pescadores sejam recompensados pela recolha, que já operam, de lixo que encontram no mar. Não na orla costeira, mas no mar!

Outro objetivo desta iniciativa é a distribuição, entre os pescadores, de identificadores para aplicação e localização das artes de pesca. Algo que a *SOLVIT* – empresa regional, já se encontra a desenvolver através do seu projeto *Custodian*, prevendo-se a comercialização dos aparelhos na mesma altura em

que se pretende iniciar o projeto-piloto – em 2024. E segundo o próprio CEO da empresa, o “Governo dos Açores, através do Sr. Secretário Regional do Mar, demonstrou muito interesse e já se prontificou, publicamente, a financiar a instalação dos equipamentos em todas as embarcações regionais artesanais”, como consta num dos órgãos de comunicação social, neste mês de janeiro.

Em suma, esta iniciativa pretende promover a economia circular azul, valorizando as artes de pesca em fim de vida.

Apesar de os Açores serem um exemplo na recolha de artes de pesca abandonadas no mar, e torno a citar o Sr. Secretário do Mar e das Pescas, em declarações prestadas na conferência Azores EcoBlue, esta iniciativa agrega toda uma identidade existente na Região, potenciando um património protectionista de ligação ao mar.

Para o efeito, Sras. e Srs. Deputados, é chegada a altura de aprovar projetos como aquele que hoje vos trago, como sinal de esperança para as gerações vindouras e vincando a importância da literacia na defesa e valorização do mar dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma rápida, dizer que, na sua generalidade, depois havemos de ir à especialidade, saúdo o PAN por nos trazer esta preocupação. Muitas vezes, eu digo, meio a sério, meio a brincar, o mar é o nosso quintal, é o quintal dos Açores. E, obviamente, também temos esta responsabilidade de cuidar dele,

pelo menos não o poluir.

Mas também há poluição accidental, que são as artes de pescas que vão ficando, etc. Mas também ter este cuidado. E envolver aqui também os homens do mar, os nossos pescadores, também é importante responsabilizá-los e até gratificados por este trabalho.

Também aqui uma pequena ressalva, Sr. Deputado, sempre ter cuidado de haver alguma, digamos, deturpação desta benevolência, de retribuir. E não vá alguém fabricar lixo para trazer, não é? Mas, pronto, isso sou eu com as minhas maldades, não é?

Mas, de forma geral, queria-lhe saudar e dar os parabéns pela iniciativa, porque é disto, realmente, que nós precisamos para este quintal imenso que nós temos de mar. Podermos cuidar dele e podermos até ter o nosso mar como atração turística, porque ele bem merece.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tal como me pronunciei em sede de Comissão, entendemos que a criação de um sistema de incentivo aos armadores e aos operadores da marítimo-turística com a recolha e depósito do lixo marinho é, realmente, um passo positivo naquilo que tem até agora sido feito nos Açores. E muito trabalho já tem sido feito pelos sucessivos Governos, com muitos programas e medidas que têm sido implementados. E temos aqui vários projetos como o POPA, como o OceanLit, como o Coca-Cola European Partners, o Clean Up Azores, o Mares Circulares, o Lixo Zero no Mar dos Açores, o Projeto de Gestão de Espaços Naturais Protegidos Costeiros e Arquipélagos afetados pelo Lixo Marinho, de que são

beneficiários a Direção Regional das Pescas e a Direção Regional das Políticas Marítimas.

Sem prejuízo de todo este trabalho que tem sido realizado durante décadas, em colaboração com a academia, tendo em conta os resultados que aqui temos obtido, a ponto de a reconhecida cientista Sylvia Earle considerar que os Açores são um *hotspot*, nós entendemos que realmente há necessidade de dar um passo em frente, há necessidade de sermos ainda mais proativos no desenvolvimento daquilo que se pretende da economia circular.

Para isso, necessitamos da monitorização do lixo marinho, da recolha de informação relativa à tipologia, necessitamos da implementação de uma ferramenta de recolha, portanto, informática desta implementação e também termos os itens de avaliação de acordo com aquilo que são as exigências comunitárias, para termos o reporte das recolhas que são feitas de lixo marinho por quilómetro quadrado, portanto, além da georreferenciação, para saber onde é que foi obtido o lixo marinho.

De qualquer forma, também conscientes de que menos de um terço do lixo que se encontra no nosso mar é produzido por nós, ou seja, atenta à nossa localização geográfica, mais de dois terços do lixo marinho vem por força das correntes. Aliás, há uma exposição do Jaime Vargas, precisamente sobre este assunto, “Lixo, de onde vens tu?”, que demonstra precisamente, enfim, a proveniência do lixo marinho que se encontra nas nossas águas.

Mas isto não pode servir de desculpa para não sermos mais interventivos. E, nesta medida, relativamente às pescas, entendemos que há necessidade de existir uma separação do lixo que também é produzido em terra, nomeadamente o resto dos cabos, os filamentos dos aparelhos, enfim, tudo aquilo que tem de ser já selecionado, separado em terra e depois devidamente encaminhado.

Aquele que é recolhido no mar, que é isso que hoje aqui nos ocupa, entendemos

que há necessidade de proceder, como referiu o Sr. Deputado Pedro Neves, no âmbito do projeto *Custodian*, que a Região é parceira através da empresa pública regional Lotaçor, existir a fixação, implementarmos lá os localizadores, sobretudo naquelas artes de pesca que têm maior impacto ambiental, nomeadamente as armadilhas e as redes de emalhar. Ou seja, nós, se dotarmos, segundo o *Custodian*, segundo aqui este consórcio, enfim, que é liderado pela Solvite, a meados deste ano terá possibilidade de comercializar já os primeiros equipamentos, uma média de 50 euros por cada equipamento, que pretendemos fazer dotar as redes e as armadilhas, precisamente porque são daquelas artes que têm maior perigo de serem perdidas e que têm um impacto ambiental enorme.

E, portanto, isto permite o quê? Permite aumentar o rendimento dos pescadores, porque sabem localizar as suas artes de pesca e, nessa medida, não as perdem e, portanto, conseguem recuperá-las. Por outro lado, permite também alguma fiscalização, ou seja, ao sabermos que determinado armador tem x armadilhas e se estiverem devidamente monitorizadas, ou seja, aquelas que não estiverem devidamente identificadas passam a constituir lixo marinho.

A nossa intenção é, no licenciamento destas artes, haver precisamente essa exigência. Mas depois de exigirmos, não podemos financiar, daí este período em que é necessário, a nosso ver, implementarmos e ser a Região a pagar, digamos, os equipamentos, por forma a dar oportunidade de os amadores terem um tempo para se adaptarem e para depois podermos, realmente, ter aqui também algum efeito fiscalizador.

Só uma última nota: também penso que, como referiu o Sr. Deputado Pedro Neves na apresentação, há aqui a preocupação da reciclagem, portanto, as redes ou as armadilhas ou o lixo marinho que vier transportado, depois, naturalmente, terá de ser selecionado, digamos assim. Se forem artes de pesca e forem recuperáveis, portanto, têm de ser avaliadas por perito. Até penso que as

associações aí terão um papel importante. E aquelas que, portanto, não tiverem proprietário, são vendidas, não é, para rentabilizar de alguma forma. As restantes são remetidas, são encaminhadas nos circuitos do lixo.

Este aproveitamento, só para dar nota de que o projeto Azores EcoBlue, a Circular Blue, grupo que é financiado pela EEA Grants Portugal, da arquiteta terceirense Nieta Rocha, tem um projeto apoiado em 680 mil euros, precisamente para este tipo de aproveitamento de lixo marinho. E no ano 2024 irá necessitar, irá consumir 40 toneladas de lixo marinho. A par disto, há outras empresas, nomeadamente no norte de Portugal, que já se dedicam precisamente a extrair o lixo marinho. Portanto, penso que se apostarmos desta forma, contribuiremos para a economia circular, reforçaremos o rendimento também dos pescadores nas várias perspetivas que aponte e estaremos, realmente, a tornar o oceano cada vez mais saudável.

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido dos Animais e Natureza apresenta um Decreto Legislativo Regional...

Deputado Pedro Neves (PAN): Pessoas, Animais e Natureza.

O Orador: Pessoas, Animais e Natureza. Peço imensa desculpa. Apresenta um Decreto Legislativo Regional intitulado “Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho”, que visa a implementação de um projeto piloto em toda a Região.

Analisando este diploma inovador, ressaltamos o seu objeto final, que passa pela limpeza do lixo marinho sólido, incluindo artes de pesca perdidas encontradas pelos pescadores, havendo um prémio monetário pela recolha, transporte e depósito no repositório de artes de pesca dedicado exclusivamente a esse fim.

O objetivo do PAN será incentivar a limpeza do lixo marinho, mas também a reutilização de artes de pesca que estejam em condições para tal.

Até aqui, naturalmente, nada contra.

Não obstante, ao dissecar o presente DLR, temos a observar que para atingir esse fim, que é meritório, parece-nos demasiado minucioso ao incluir e avolumar o diploma com regulamentação que caberá, no nosso entender, a quem implementar o projeto. Ao incluir artigos com conteúdo administrativo e regulamentar, o diploma perde a sua essência, a meta final, o incentivo à limpeza do lixo marinho solto.

Na opinião do Grupo Parlamentar do PPM, a criação de um Decreto Legislativo Regional eleva a exigência de todo o articulado ser de fácil compreensão, aplicabilidade e execução. Julgamos não ser o caso e ajuizamos que um DLR simplificado seria mais do que suficiente e benéfico para atingir o fim ambicionado.

Temos mais de metade do DLR com artigos excessivos, que poderiam inserir-se num só artigo de epígrafe “Regulamentação”, com regulamentação posterior pela tutela. Em jeito de comparação, os diplomas COMPAMID e CEDO são claros na sua ambição e objetivos, onde deixam a regulamentação para a tutela,

o que culminou em resultados muito positivos para todos os açorianos.

O artigo de epígrafe “Regulamentação” reduziria o diploma a metade e valorizava o objetivo. Por vezes, menos é mais.

Assim sendo e não querendo desvirtuar o diploma do PAN, apresentamos propostas de alteração de modo a melhorá-lo na medida do possível, com o intuito de implementar o incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho, porque, efetivamente, é isto que está em causa.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O problema do lixo marinho é, de facto, um sério problema, que coloca em causa os oceanos e a vida nos oceanos a nível global. E os Açores, como região, naturalmente, rodeada por mar e onde o mar tem um papel não só importante para a economia, mas onde o mar é, efetivamente, um garante da sustentabilidade ambiental da Região, têm que ter toda a preocupação com a preservação dos oceanos e com os ecossistemas marinhos.

Cerca de 80% da poluição marinha tem, na verdade, origem terrestre, ou seja, acaba por ser produzida em terra e acaba por chegar ao mar e às zonas costeiras arrastado pelos rios e ribeiras, ou seja, grande parte da atividade que é feita na

terra é, efetivamente, responsável pela poluição dos oceanos. Não quer dizer que não haja, como é natural há uma grande parte que é produzida também no mar.

Os efeitos do lixo marinho, nomeadamente e principalmente naquilo que nós estamos a abordar, os resíduos de plástico, claro que há outros poluentes com outra gravidade, mas aqueles que nós estamos a tratar mais neste diploma podem não só modificar habitats, como afetar a vida de animais marinhos e não só, como são por demais conhecidos os resíduos plásticos que são encontrados na mais diversa vida marinha, desde os peixes, as aves, etc.

E esse é um cenário que é cada vez mais preocupante. É natural, é extremamente importante e urgente que se tomem as mais diversas medidas para evitar o aumento desta poluição marinha.

Os passos que têm sido dados na redução do consumo dos plásticos de uso único é algo que é extremamente importante. Ainda assim nós vamos avançando, mas esse avanço, a verdade é que demorou muito tempo.

E quando se dizia que isso traria grandes dificuldades na substituição dos produtos que são utilizados, a verdade é que rapidamente a própria indústria se adaptou e, hoje, consegue produzir produtos alternativos a um preço idêntico ou muito similar àquele que era o plástico. E isso demonstra que, efetivamente, a tecnologia também tem que estar ao serviço do ambiente.

Indo mais concretamente à proposta que nos traz aqui a debate, a proposta do PAN pretende implementar um projeto piloto de recolha de lixo marinho e que tem, como é fácil de chegar a essa conclusão, da nossa parte, um objetivo que é extremamente positivo: a recolha de resíduos no meio marinho e na zona costeira. Não esquecendo que a zona costeira, efetivamente, então nos Açores, provavelmente, são as zonas mais afetadas, é um passo que pode contribuir para um melhor estado ambiental.

No decorrer das audições que foram feitas em Comissão sobre esta iniciativa foram levantadas, naturalmente, e ouvimos especialistas também nesta matéria, algumas reservas e algumas dúvidas no que diz respeito à eficácia da própria medida. Mas, tendo em conta que é um projeto piloto, naturalmente, nada como testar e perceber qual é o efeito prático, qual é a adesão e quais são os efeitos positivos que ela pode dar.

Naturalmente, foi salientado pelo Centro Okeanos, pelo diretor do Centro Okeanos, que existe, efetivamente, uma reduzida quantidade de resíduos marinhos no mar, de grandes dimensões, na nossa área. Há, efetivamente, muitos resíduos de muito pequenas dimensões, há microplásticos, mas esses são, efetivamente, difíceis de recolher. E esse é um problema muito sério, aliás, que afeta por demais a vida marinha e não é resolúvel com esta medida. Infelizmente, não há propriamente uma solução fácil.

Não é que isso tenha sido, julgo eu, levantado em Comissão, mas julgo que é bastante óbvio, uma grande parte dos produtos, dos resíduos, que a pesca gera no mar acabam por ficar, nomeadamente as armadilhas, perdidos. Isso é um problema também bastante complicado em zonas de grande profundidade e a sua recolha é muito difícil, para não dizer impossível.

Também não podemos deixar de dizer que esta proposta, sendo aprovada, como parece, e tem o nosso apoio, não pode, de modo algum, deixar e desresponsabilizar as autoridades que têm a responsabilidade de, efetivamente, efetuar a limpeza da costa. Isso é preciso também que fique bem claro, porque essa limpeza continua e irá continuar a ser necessária. Não podemos, naturalmente, deixar de alertar para quem ainda polui a costa. E continua-se a encontrar, nos Açores, resíduos da mais variada espécie, desde entulho de construção a pequenos eletrodomésticos, não só pequenos, e os mais diversos resíduos. A fiscalização e a consciencialização ambiental, acima de tudo, é

fundamental. E continua a ser fundamental as atividades de limpeza das autoridades competentes nessa matéria.

Em nosso entender, a proposta tem condições de ser aprovada, tem o nosso apoio e foi apresentado um conjunto vasto de propostas de alteração, que votaremos, obviamente, de acordo com aquilo que nos parece ser o melhor caminho para melhorar a proposta inicial.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho agora a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

O lixo marinho é um problema presente em todo o mundo e representa uma ameaça aos ecossistemas marinhos, no qual se estima que 80% dos resíduos marinhos na Europa são constituídos por plásticos de diferentes tipos, mas que 27%, ou seja, 11 000 toneladas têm origem nas artes de pesca. Em 2010, estima-se terem entrado no Oceano entre 4,8 a 12,7 milhões de toneladas de desperdício de plásticos.

No Açores, os trabalhos científicos efetuados indicam, de 2406 transeptos efetuados visuais, 40% são plásticos generalizados, 21% embalagens plásticas e apenas 18% são referentes a destroços de artes de pesca.

No entanto, o lixo marinho possui não só impactes ambientais, mas também sérios impactes económicos, em que se estima que as poluições por lixo marinho tenham um custo, nos Açores, de 710 698 euros por ano.

Como ilhas oceânicas, remotas, os Açores são particularmente afetados por este tipo de poluição, sendo que na sua maior parte não são produzidos nos Açores,

mas possuem a sua produção e deposição em outros locais, mas pelas características do Oceano Atlântico Norte chegam ao redor das nossas ilhas, assim como dos nossos ilhéus.

No âmbito do AZORLIT, necropsias efetuadas a cagarros juvenis que morreram ao iniciarem a sua rota migratória e por isso foram apenas alimentados pelos seus progenitores, dos 149 indivíduos, 84% possuíam plástico no estômago, sendo 93% plástico generalizado, a maior parte microplásticos, 3% plástico industrial e 4% plástico de artes de pesca.

São vários os incidentes no mar em resultado de lixo marinho, sendo que os pescadores são também afetados pelas artes de pesca perdidas, não só por acidentes pelos seus motores, mas também os que se encontram no fundo do mar que danificam as suas redes no ato da prática da pesca.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Sabemos que hoje em dia os pescadores encontram-se muito mais atentos e sensibilizados para esta problemática até em resultado de ações anteriormente efetuadas, mas ainda não se aplica à totalidade do setor.

Já muito foi feito por anteriores governos, e obrigada, Sr. Secretário, por ter referenciado algumas, com ações de sensibilização e de ação, nomeadamente através do “Lixo Zero no Mar dos Açores”, com a formação de práticas e gestão de lixo a bordo de atuneiros para os observadores do POPA para que pudessem transmitir durante a sua observação, o OceanLit, o Clean Up Azores, o Mares Circulares, e a Estação Costeira, uma campanha via VHF, para todas as embarcações que operavam no “Mar dos Açores”, sendo esta uma ação homenageada pela Marinha. Em todas as ações que a Direção Regional das Pescas efetuou e efetua (dupla certificação, pescador, arrais de pesca local, condução de motores) inclui matérias ligadas à sensibilização ambiental e à Literacia para os Oceanos, ou seja, algo que já acontece. Muito foi feito

também nesta área.

De realçar também uma ação que decorreu em outubro de 2018, pela Direção Regional das Pescas de então, em parceria com a Fundação Waste Free Oceans e a Associação Sete Mares dos Açores, no Porto de Rabo de Peixe, com uma tecnologia inovadora para a recolha de plásticos no mar, envolvendo a comunidade piscatória local. O envolvimento dos pescadores nesta iniciativa, e passo a citar o Diretor Regional de então, “*são reorientados na sua atividade*”, fim de citação, contribuindo para a criação de um rendimento complementar à pesca.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente:

Quero aproveitar esta ocasião para felicitar e agradecer todo o trabalho voluntário que é efetuado em todas as ilhas dos Açores, seja por grupos organizados, seja a título particular, e que contribuem para a recolha e para a monitorização de lixo marinho nas zonas costeiras e nas zonas emersas, contribuindo não só para a sua limpeza mas também para a sua segurança.

Se vivêssemos um mundo perfeito, a percentagem de lixo marinho presente nos Oceanos seria, claro, residual e nenhum animal marinho morreria sufocado com plástico.

É contranatura e extramente penoso ver animais marinhos que sofrem em resultado deste problema. Graças a Deus, já tive a felicidade de salvar uma tartaruga marinha presa numa arte de pesca submersa e que apenas sobreviveu graças à sua capacidade magnífica de sustentação, mas também já tive o dissabor de encontrar uma acabadinha de morrer pelas mesmas razões.

Seria de esperar que em pleno século XXI e no ano 2023 que qualquer ação de recolha de lixo, marinho ou terrestre, fosse realizada de forma voluntária e autónoma, no entanto não acontece, sendo por isso também ainda realçado na

Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 a urgência de reduzir o lixo marinho, gerado pelas atividades marinhas.

O presente projeto, sob forma de projeto-piloto, cria um sistema de incentivo à classe piscatória para a recolha de lixo marinho e devolução de artes de pesca em fim de vida, em nosso entender, claro, quer seu no teor, quer na sua aplicabilidade.

Atendendo que grande percentagem do lixo marinho plástico detetado no mar é essencialmente microplásticos, também já foi dito aqui, acredito que o projeto piloto terá mais relevância na valorização das artes de pesca em fim de vida.

As artes de pesca quando já não podem ser reparadas ou recondicionadas para a sua reutilização, devem ser alvo de valorização por reciclagem, evitando o seu desperdício quer por deposição quer pelos impactes que podem resultar na sua, por exemplo, inceneração. São várias as possibilidades existentes no país, os projetos que existem também a nível regional: desde produção de roupa, óculos, skates, mais o exemplo prático do caso português da marca Portuguesa Zouri que produz sapatilhas com lixo marinho que incorpora nas suas solas, e que já produz para a O'Neill.

Que a reutilização de artes de pesca em fim de vida resultantes deste projeto seja o início de um nicho de mercado nos Açores para novos projetos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista destaca a importância deste projeto piloto, e que a avaliação do mesmo seja feita separadamente na sua vertente de recolha de lixo e devolução de artes de pesca, ao fim dos 24 meses, para a sua implementação prática e avaliar a eficácia do seu objeto, para podermos dar os passos seguintes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, saúdo que já está a fazer o caminho. Apesar de esta iniciativa ainda estar a ser discutida, já está a pensar em termos de geolocalização. E obviamente que saúdo essa boa vontade da parte do Secretário Regional. E é isso mesmo que nós necessitamos, obviamente, para abraçar esta causa e esta iniciativa. Muito obrigado por isso.

Sr. Deputado Gustavo Alves, nós abraçamos as propostas de alteração, tanto da parte da coligação, como da parte do PS. Umas servem para clarificar, outras servem para melhorar e outras apenas servem porque é o posicionamento de cada um dos partidos. E abraço pelo menos quase todas, talvez tenha uma abstenção ou duas, porque de resto serve. E é essa a minha filosofia para o melhoramento do diploma.

Também é minha filosofia não simplificar as coisas. Nunca fui assim. É por isso que o PAN tem mais DLR do que tem Projetos de Resolução. Não queremos regulamentar aquilo que pode ser, obviamente, vertido na lei, por isso é que não quisemos simplificar absolutamente nada. Quisemos sempre dar mesmo uma base de um Decreto Legislativo e fazer, obviamente, esta iniciativa. É esta a minha filosofia, é esta a minha forma de estar e continuei a ser, obviamente. E agradeço, se houver algum erro, que seja, obviamente, os meus colegas Deputados, de qualquer bancada, que o façam.

Mas as propostas de alteração da coligação, 90% não são para simplificar, 90% são para mudar a tutela ou para clarificar em termos de qual é que é a Secretaria

que vai ter, obviamente, o comando, neste caso que vai agarrar o barco relativamente a esta iniciativa. Não teve a ver com a simplificação ou se demonstra, à partida, que a nossa iniciativa é complexa. Não é complexa, é uma iniciativa que supostamente tem uma parte burocrática. Obviamente que é importante, sem dúvida, mas não acho que ganharíamos alguma coisa se simplificarmos e passarmos para o regulamento e fazer algo que, se calhar, o PAN, depois, não se sentiria muito à vontade ou confortável para que isso seja. Por isso, obviamente, tendo em conta as propostas de alteração que não simplificam, ainda bem, simplesmente clarificam e melhoram, obviamente, o PAN vai abraçar essas propostas de alteração.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos, hoje, aqui, uma iniciativa legislativa que nos remete para aquela que é a responsabilidade que a cada um de nós cabe na preservação dos oceanos.

É uma responsabilidade individual e coletiva e que está cada vez mais evidenciada entre aqueles que vivem dos recursos marinhos. Esta iniciativa trazida pelo PAN visa a criação de um projeto piloto de incentivo à recolha e depósito de lixo marinho e devolução de artes de pesca em fim de vida, aprimorando mais um daqueles que são os canais de recolha, reutilização e reciclagem de resíduos marinhos.

O lixo marinho está entre os maiores problemas ambientais do planeta e a sua presença remete-nos para graves erros do passado.

Nos últimos 100 anos a humanidade desenvolveu uma enorme capacidade de inovação e criatividade, sendo o caso dos plásticos provavelmente um dos exemplos mais impactantes desta evolução, e de entre os resíduos plásticos, o exemplo da esferovite, que não sendo o mais frequente apresenta-se de momento, em algumas localidades, como uma praga, já que dadas as suas características também se torna de difícil recolha.

Com efetividade, como aqui também já foi dito, estudos realizados num passado recente nos Açores permitem-nos afirmar que, contrariamente a outras realidades, a quantidade de lixo flutuante nas águas açorianas é muito menor do que aquela que chega às praias e às costas.

Importa também referir que dados provenientes de vários estudos permitem-nos saber que algum do lixo marinho encontrado na Região Autónoma dos Açores, grande parte dele é proveniente do continente americano e que o problema maior que os Açores enfrentem reside, efetivamente, na presença de microplásticos e nanoplásticos resultantes da degradação de plásticos provenientes de outros locais. Assim e ainda que não podendo assumir o ónus de poluidores, o efeito da globalização na poluição dos oceanos obriga-nos ao nosso contributo. E é isso que hoje, aqui, fazemos.

Esta reflexão remete-nos para outro aspeto relacionado com a necessidade de serem implementados e/ou reforçados mecanismos eficientes de recolha seletiva em terra, contanto com o envolvimento de todos nós, já que cerca de 80% do lixo marinho tem origem terrestre.

Os últimos anos têm sido exemplares em matéria de campanhas de voluntariado, muitas iniciativas que têm ocorrido para a recolha do lixo marinho permitiram também o seu estudo, a sua caracterização e a sua catalogação. A comunidade tem constatado e foi visível nas audições realizadas na Comissão que debateu esta matéria, quer as comunidades piscatórias, as

associações de pesca, os operadores marítimo-turísticos, os armadores e os pescadores estão cada vez mais despertos para esta situação e são, efetivamente, agentes ativos em variadíssimos projetos em curso que, articulados com os vários departamentos do Governo, vão ao encontro de variadíssima legislação nacional e comunitária.

No entendimento do Grupo Parlamentar do PSD a atribuição de incentivos pode e deve ser complementar a ações de voluntariado e que não deve de maneira nenhuma privilegiar a desresponsabilização destes agentes.

Não obstante o diploma em análise ser meritório, entendemos que poderá acarretar alguns problemas logísticos para a sua implementação e necessária fiscalização, mas, exatamente, tratando-se de um projeto piloto, haverá lugar à sua avaliação, reapreciação e também carecerá da necessária avaliação da sustentabilidade deste regime para o futuro.

Assim sendo, contribuímos também para o aperfeiçoamento deste diploma, também acolhemos outras propostas de alteração. Nomeadamente, as nossas propostas de alteração fundamentaram-se numa melhor definição de responsabilidades, fundamental para garantir a operacionalidade e o sucesso deste projeto, bem como com a extensão deste projeto piloto de incentivos aos operadores marítimo-turísticos já que atualmente estes são agentes ativos que fazem parte desse contexto, sem, obviamente, nunca se perverter os comportamentos louváveis de cidadania existentes.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, há muito, muito tempo, eu fui um Deputado e um político mais palavroso. Mas, no Grupo Ocidental, no Corvo e nas Flores, as pessoas têm uma característica, que foi descrita por vários viajantes e por quem lá passou algum tempo e pôde observar a forma de ser das populações, que é: gostam de ser mais diretas e mais pragmáticas. É este sentido daquele povo.

Lembro-me, quando apresentava os projetos, levava algum tempo. Gosto sempre de adornar, como compreende, qualquer intervenção. E era interrompido e diziam: bom, o que é que vai fazer? Como é que vai concretizar? E, portanto, este é o sentido, é o pragmatismo daquelas gentes, que o Sr. Deputado Gustavo Alves representa tão bem, que é: ele tem uma perceção, que lhe transmitiu, que é a de fazer e criar uma estrutura mais simples, mais direta, mais pragmática. Bem, mas isso não altera aquela que é a nossa posição de princípio. E a nossa posição de princípio sobre esta matéria é de apoio àquele que é o seu objetivo, o seu propósito e a relevância desta questão, porque é uma questão em que importa, desde já, tomar decisões, cá está, pragmáticas.

O problema do lixo marinho é que é preciso fazer qualquer coisa. Nós vemos aí muita literatura sobre esta matéria. E o que é que se está a fazer na prática? Com o contributo, com o recurso dos pescadores e dos agentes turísticos podemos fazer qualquer coisa, podemos criar um quadro de incentivos, podemos dar formação, sensibilizar nesta matéria e fazer qualquer coisa de concreto nesta matéria.

Os estudos académicos são importantíssimos, mas os estudos académicos dizem-nos sempre a mesma coisa: o problema cresce, cresce e cresce. E é

preciso fazer alguma coisa. E é isso que o seu propósito e a sua iniciativa tão meritória têm como objetivo, que nós partilhamos, que é fazer, implementar medidas que podem fazer a diferença.

E evidente que é um problema mundial. Temos oceanos de plástico neste momento. Temos uma humanidade que corre riscos tremendos, não só pelo lixo marinho em si, mas por aquilo que significa em relação ao ecossistema e aos desequilíbrios que cria, aos problemas que cria na vida na Terra e à humanidade, à nossa qualidade de vida e ao futuro deste planeta.

Por isso, Sr. Deputado, da nossa parte há um apoio à sua iniciativa, não alterando a estrutura daquilo que propõe.

Quero também dizer-lhe que também ouvi a intervenção do Sr. Secretário nesta matéria. E a intervenção do Sr. Secretário é de que, sim, estamos de acordo e, sim, já estamos a preparar ações e, sim, já estamos a idealizar aquilo que vamos fazer e, sim, vamos pôr em prática o mais depressa possível esta perspetiva que V. Exa. pretende implementar.

Outra coisa, Sr. Deputado, para terminar, não seria de esperar do PPM, o velho partido ecologista, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olhe que não!

O Orador: ... fundado em 1974, que foi o pai da ecologia em Portugal.

Agora, eu preocupo-me com aqueles que eu conheço. Conheço o pai. É o que me interessa neste momento.

E por isso, Sr. Deputado, é evidente que o PPM está sempre, mas sempre, ao lado dos partidos que têm esta perceção ecologista, como é o partido de V. Exa., que tem dado um contributo nesta matéria tão importante nos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o PPM não é um velho partido ecologia de Portugal, é atual. É o pai da ecologia em Portugal em termos políticos e, portanto, mantém a sua atualidade. Compreendo que a sua modéstia é que o leva a dizer que é um velho partido ecológico português.

Estamos aqui com uma iniciativa que nos remete para a questão do lixo marinho. O lixo marinho é uma questão que já vem sendo debatida na sociedade e no sistema científico nacional e internacional há várias décadas, daí se falar mais recentemente dos microplásticos, fruto dessa investigação intensa que tem vindo a ser feita sobre essa matéria.

E nos trabalhos que a Comissão promoveu para análise desta iniciativa, pudemos tomar conhecimento que a maior parte do lixo que passa nas nossas águas ou que vem dar às nossas costas é lixo que não é produzido nos Açores, é lixo que vem nas correntes, produzido noutras paragens, nomeadamente no continente americano.

É uma iniciativa que vem dar um contributo, um contributo no sentido de promover ainda mais a recolha de lixo. Mas já nos Açores, ao longo dos anos, se têm promovido ações de limpeza, de limpeza da orla costeira, limpeza das nossas zonas balneares, limpeza dos nossos portos, portos comerciais e portos de pesca. Portanto, não é nada de inédito, nada que nunca tenha sido feito aqui

nos Açores.

Aliás, os açorianos são um povo que preserva o meio ambiente, preserva as nossas ilhas. Não é à toa que somos um paraíso na Terra. E quem nos visita sai daqui encantado e maravilhado. E, portanto, significa isso que os açorianos têm tido capacidade de preservar não só a nossa paisagem terrestre, mas também o nosso ambiente marinho, seja os pescadores.

E nós vamos pelos portos desta Região fora e os portos estão organizados, os portos estão limpos, estão arrumados. Vamos ao principal porto da ilha Terceira, São Mateus, ele está limpo, arrumado, tem lá os seus contentores. Os pescadores são os promotores ativos da limpeza do porto. Em Rabo de Peixe a mesma coisa. E, portanto, felizmente que, nos Açores, os açorianos sabem bem cuidar do nosso ambiente.

Há aqui nesta iniciativa uma vertente, que é a vertente da marcação das artes de pesca que, tal como o Sr. Secretário do Mar já nos referiu, será aqui uma inovação interessante, que poderá introduzir aqui alguma eficiência na gestão das artes de pesca e, sobretudo, na eventualidade de elas se perderem, ser possível localizá-las de um modo mais fácil

E, portanto, nós, enquanto partido, fizemos propostas de alteração no sentido de melhor clarificar a iniciativa que está agora em apreciação e vai ser votada daqui a pouco. E, portanto, consideramos que, introduzidas essas propostas de alteração, teremos aqui um mecanismo legislativo que vai melhorar, vai contribuir para melhorar a gestão quer das artes de pesca, quer melhorar a consciência desta necessidade permanente de preservarmos o nosso ambiente, o nosso ambiente marinho e o nosso ambiente aquático.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII – “Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho”. Vamos, naturalmente, começar por votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII foi aprovado por unanimidade na votação na generalidade.

Presidente: Iniciamos o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade. Não havendo, vamos iniciar a votação, naturalmente, pelo artigo n.º 1.

A primeira proposta de alteração tem vários proponentes: PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda, PPM e PAN. Proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 1.º... Peço desculpa, havia aqui uma gralha. Vamos então votar a primeira proposta de alteração, da autoria do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao n.º 1 do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao n.º 2 do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 4 do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 1.º com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3.º. A primeira proposta de alteração é do PAN, ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do

Deputado independente; 2 votos a favor do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 3 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados...

Presidente: Não votamos. Está aqui, está. Sim, senhor. Tem razão.

Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 2 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 3 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta, fica prejudicada a proposta

apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao mesmo número do artigo 3.º.

Vamos continuar. Agora temos uma proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao n.º 5 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica assim prejudicada também a proposta apresentada ao mesmo número deste artigo, pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

Vamos votar a proposta de alteração ao proémio do n.º 6, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos colocar à votação o artigo 3.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Passamos ao artigo 4.º. A primeira proposta de alteração é apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, de alteração da epígrafe do artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Iniciamos as votações relativas ao artigo 4.º. A primeira proposta de alteração é uma proposta da coligação, de alteração da epígrafe do artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao n.º 3 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 25 votos contra

do PS.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação do n.º 4 do artigo 4.º, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 25 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 4.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vamos votar o artigo 4.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 4.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 5.º. Há uma proposta de alteração do PSD, do CDS-PP e do PPM, proposta de alteração da epígrafe e do proémio e um aditamento do n.º 2 e 3. Posso colocar isso tudo à votação em conjunto? Está à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 5.º com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 5.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 6.º. A primeira proposta de alteração é do PAN, ao n.º 1 do artigo 6.º. E é essa proposta que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, a este mesmo número deste artigo.

E coloco à votação a proposta de aditamento de um novo n.º 1, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao n.º 3 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica prejudicada a proposta, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, a este mesmo número deste artigo.

Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao n.º 4 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica prejudicada a proposta apresentada ao mesmo número pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

E vamos votar o artigo 6.º do diploma com estas alterações que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 6.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 7.º. Proposta de alteração ao artigo 7.º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica prejudicada assim a proposta, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao mesmo artigo.

E vamos colocar à votação o artigo 7.º com esta alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 7.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 8.º e 9.º não têm proposta de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação o artigo 8.º e o artigo 9.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 10.º. Tem uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 2 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos à votação o artigo 10.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 10.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 11.º. A primeira proposta de alteração é

apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 1 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PAN, ao n.º 4 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica prejudicada a proposta apresentada pela coligação ao mesmo número deste artigo.

E vamos votar o artigo 11.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 11.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12.º. A primeira proposta de alteração é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 1 do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25

votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está à votação a proposta e alteração, apresentada pelo PAN, ao n.º 2 do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM a este mesmo número deste artigo.

E vamos votar o artigo 12.º do diploma com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 12.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13.º. Coloco à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM a este mesmo artigo.

Vamos colocar à votação o artigo 13.º do diploma com a proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 13.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14.º. A primeira proposta de alteração é apresentada pelo PAN, proposta de alteração ao proémio do artigo, do n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está prejudicada a proposta de alteração a este mesmo número pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

Vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, alteração ao proémio do n.º 2 do artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM a este mesmo número.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM à alínea c) do n.º 2 do artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 14.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 14.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 15.º. A primeira proposta de alteração é do PAN, ao n.º 1 do artigo 15.º. Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está, naturalmente, prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM a este número.

Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e 1

do Deputado independente; 1 voto de abstenção da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 3 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos esclarecidos?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente; 25 a favor do PS e 2 do BE; 1 voto de abstenção da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos pôr à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 3 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 15.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 15.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 16.º. A primeira proposta de alteração é do PAN, ao n.º 2 do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, está prejudicada a proposta de alteração...

Vamos repetir.

Portanto, vamos colocar à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao n.º 2 do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM a este mesmo número do artigo 16.º.

E vamos colocar à votação o artigo 16.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 16.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 17.º. Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao n.º 1 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD,

pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 2 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao n.º 3 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente; 1 voto a favor da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitada esta proposta, coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 3 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 17.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 17.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 18.º. Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para um intervalo... para uma declaração de voto? Não?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Peço desculpa, Sr. Presidente, pela hesitação que provoquei na Câmara. Eu ia pedir um intervalo regimental, mas antes temos ainda a possibilidade de os diversos Grupos e Representações Parlamentares poderem, obviamente, realizar a sua declaração de voto. Só depois disso é que irei pedir um intervalo regimental.

Presidente: Pergunto se há inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Serei muito breve, mas tem única e exclusivamente a ver com aquilo que foram, obviamente, as propostas de alteração que esta coligação apresentou. Obviamente, nós votamos contra todas as propostas que o PAN tinha introduzido que, no fundo, tinham a ver com a jurisdição ou quem é que seria o departamento governamental que iria ficar, no fundo, responsável por implementar esta medida. E a nós parece-nos que tudo o que tem a ver... Aliás,

como o Sr. Secretário tinha explicado, e bem, logo desde o início, são políticas que já estavam dentro da Direção Regional dos Assuntos do Mar nos anteriores Governos e que neste momento permanecem na Direção Regional de Políticas Marítimas, ou seja, não faz muito sentido que seja o Ambiente a ter alguma jurisdição naquilo que é lixo marinho, que, por sua vez, tem esse enquadramento na área do Mar e Pescas.

Por isso, este diploma agora tem sempre esta referência ao Ambiente, sendo que o Ambiente só terá que lidar com os resíduos naquilo que é o processamento destes resíduos uma vez em terra, que nada tem a ver com este enquadramento.

Por isso, para nós, parece-nos que o documento não é o mais adequado, a maneira como ele sai. De qualquer das formas, não é impeditivo de pôr em prática este desiderato, que é, efetivamente, haver uma recolha por parte dos homens do mar, sejam eles lúdicos ou profissionais.

De qualquer das formas, cabia-nos fazer este esclarecimento, porque, obviamente, estivemos aqui numa votação sucessiva, em que era uma questão de critério, mas era importante explicar qual é que era o motivo. Porque nós consideramos, e reitero, que deveria ser Mar e Pescas em exclusivo, uma vez que é algo que já está de há muito nesse setor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, para então solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Regressamos às 19 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 21 minutos.

Vamos entrar no ponto 7 da nossa Agenda: **Petição n.º 37/XII – “Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo”**, apresentada por Blanca Martin-Calero Medrano na qualidade de primeira subscritora.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento.

Para apresentar o relatório, tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares. Faça favor.

Deputada Joana Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 37/XII – “Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo”

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 14 de outubro de 2022, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na ilha do Pico e com recurso a meios telemáticos, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 37/XII – “Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo”**.

A presente Petição, que deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 22 de julho de 2022, reúne um total de 767 (setecentas

e sessenta e sete) assinaturas e tem como primeira subscritora a Senhora Blanca Martin-Calero Medrano. Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, foi remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, por se tratar de matéria da competência desta – *ambiente e ordenamento do território* –, conforme determina o artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

Enquadramento Jurídico

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

Admissibilidade

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos

legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou, por unanimidade, admiti-la em reunião do dia 14 de setembro de 2022.

CAPÍTULO III

Objeto da Petição

Os peticionários, através deste instrumento de participação cívica, solicitam a esta Assembleia Legislativa a adoção de medidas que visem a preservação do Complexo da Lagoa do Fogo, concretamente solicitam aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas e ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa que tomem as devidas iniciativas e ações, no âmbito das suas competências, no sentido de:

1. Conservar a integridade e o respeito pelas classificações e delimitações do complexo da Lagoa do Fogo, nomeadamente através da revogação do Despacho n.º 782/2018 de 15 de maio de 2018 que atribuiu reconhecimento de interesse público para que esta intervenção ocorresse em plena Reserva Ecológica.
2. Abandonar totalmente o projeto de construção na zona do miradouro que vem sendo desenvolvido e modificado desde 2016, gerando sempre pareceres negativos por parte da comunidade, organizações não governamentais e opinião pública.
3. Explorar soluções integradas e sustentáveis, através de um processo participativo verdadeiramente transparente, que faça face aos impactos do aumento de carga turística no local, respeitando o nosso património natural.
4. Que seja reconhecida a existência de impactes significativos em qualquer

futura intervenção no local, nas componentes de edificações e arranjos exteriores, sujeitando as eventuais obras a um princípio de precaução, pela realização de estudo de impacte ambiental.

Tal pretensão, conforme consta na Petição, fundamenta-se nos seguintes considerados:

“A Lagoa do Fogo é reconhecida como um lugar único, não apenas em contexto regional, como também internacional, não só pelas suas características naturais, mas também pelo seu impacto simbólico na nossa comunidade - um inestimável legado à atual e às gerações futuras.

A sua singularidade revela-se sendo uma área abrangida pelas seguintes classificações:

- Reserva Ecológica (PDM da Ribeira Grande)
- Parque Natural de ilha de São Miguel (Reserva Natural e Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies)
- Zona Especial de Conservação (Rede Natura 2000)
- Sítio RAMSAR
- Geossítio do Geoparque Açores
- Massa de Água Protegida, no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)

A Lagoa do Fogo é um complexo com características geológicas únicas, com a presença de flora endémica sensível e zonas de nidificação de diferentes espécies de avifauna. É necessário também salientar que é a fornecedora de um bem essencial, de primeira necessidade, água potável, a grande parte da comunidade micalense.

Uma vez que a área de implantação do miradouro se insere em Reserva Ecológica foi publicado o Despacho nº 782/2018 de 15 de maio, que atribui ação de interesse público à intervenção no miradouro da Lagoa do Fogo,

precisamente para esta deixe de estar sujeita às restrições do referido condicionante legal. No entanto, este despacho, tal como refere, apenas se aplica à intervenção ao nível da Estrada Regional, estacionamento e miradouro, não referindo qualquer edificação ou equipamento de apoio.

Lembramos que a construção de uma edificação fixa no próprio miradouro em questão será algo permanente e irreversível e que trará graves impactos à imagem de destino de fruição de natureza que pretendemos, para além dos inerentes ao desenvolvimento desta construção, durante e após a conclusão da mesma, descontextualizando toda a experiência neste lugar.

Entendemos que são necessárias medidas que façam face ao aumento de fluxo de pessoas e viaturas no acesso aos miradouros e de visitantes à própria caldeira da Lagoa do Fogo, atendendo ao incremento turístico que a nossa região vem tendo nos últimos anos.

Várias poderão ser as soluções que se coadunem com princípios do turismo sustentável, e que conjuguem objetivos de desenvolvimento económico com o respeito pelo nosso património natural.

Foram aliás apresentadas, pelas mais variadas entidades e participações singulares, nas diferentes apresentações e consultas públicas, bem como nas reuniões com a entidade promotora, diversas soluções alternativas ao projeto atual. Pensamos que elas devem ser seriamente ponderadas.

CAPÍTULO IV

Diligências Efetuadas

Aquando da deliberação das diligências a efetuar no âmbito da presente Petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na reunião de 14 de setembro de 2022, decidiu ouvir, em audição, a

primeira subscritora da Petição.

Sobre a matéria em análise a Comissão já efetuou um conjunto diligências, tendo, por isso, deliberado avocar à presente Petição o Relatório do Projeto de Resolução 121/XII.

Da Audição à primeira subscritora, Blanca Martin-Calero Medrano, ocorrida a 7 de outubro de 2022:

A audição iniciou-se com uma apreciação genérica do objeto da Petição por parte da Senhora Blanca Martin-Calero Medrano, tendo a mesma referido que *“Temos visto crescer exponencialmente nos últimos anos o número de turistas nos Açores no geral, na ilha de São Miguel mais concretamente e em alguns pontos específicos (como certos miradouros e lagoas) de maneira bastante alarmante. Tem havido momentos de caos, pelo excesso de carros, e vemos que algumas medidas tomadas, como o parquímetro pago no miradouro da Lagoa do Fogo, pretendem colocar um penso rápido num problema mais profundo do que se vê à primeira vista. Centrando-nos no complexo da lagoa do Fogo, há várias questões que devem ser tidas em conta, como a flora endémica sensível que existe no complexo, a nidificação de algumas aves e o facto de ser um importante reservatório de água para uma parte significativa da população de São Miguel. Tendo em conta isto, exigimos uma visão integral deste complexo, que discipline a visitação e o acesso e proteja o que faz desta zona objeto de tantas classificações e distinções [Reserva Ecológica (PDM da Ribeira Grande), Parque Natural de ilha de São Miguel (Reserva Natural e Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies), Zona Especial de Conservação (Rede Natura 2000), Sítio RAMSAR, Geossítio do Geoparque Açores, Massa de Água Protegida, no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)].*

O governo atual e o anterior têm como slogan para a venda do destino Açores “turismo sustentável” e “turismo de natureza”, pretendendo afirmar-se como referência mundial neste tipo de turismo. Vamos percebendo que os instrumentos legais, como o POTRAA, não correspondem a este objeto, pois estamos há doze anos sem um plano atualizado e adequado de ordenamento para o setor (o POTRAA atual foi suspenso em 2010). O que vai prevalecendo é uma estratégia de marketing e um conjunto de ações, incluindo investimento público, tendentes à massificação do turismo.

E a questão de fundo que se coloca é como se defende e vende turismo de natureza sem definir um indicador básico para a salvaguarda das ilhas no geral e, em particular, de zonas ambientalmente sensíveis, como é a capacidade de carga. Isto é uma questão crítica em todo o arquipélago, mas é muito preocupante no caso do parque natural de São Miguel que tem estado sob grande pressão.

Focando agora este caso concreto do complexo da Lagoa do Fogo talvez fosse importante lembrar as circunstâncias que motivaram a apresentação desta petição: a insistência em levar a cabo um projeto de construção na zona do miradouro que vem sendo desenvolvido e modificado desde 2016, gerando sempre pareceres negativos por parte da comunidade, organizações não governamentais, autarquias e opinião pública.

Há aqui desde logo uma preocupação que gostaríamos de manifestar e que tem a ver com a falta de transparência como este processo tem decorrido. Por exemplo, e para que fique claro: em julho deste ano nós tivemos acesso ao projeto final da Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo, que não foi o

projeto que apresentaram na consulta pública de 2021. Nós não tivemos acesso a esse projeto porque tenha sido promovido um processo de consulta pública ou porque associações e entidades da sociedade civil tenham sido convidadas pronunciar-se ou ainda porque a população em geral ou o comum dos mortais que vivem nesta ilha tenham sido convidados a pronunciar-se. Tivemos acesso por um cidadão preocupado com o nosso futuro, com o futuro da Lagoa do Fogo, que, depois de muita insistência, fez fazer valer o seu direito à informação e apresentou um requerimento para o consultar. Isto é inverso do que deveria ser: deveria ser a própria Direção Regional do Ambiente a promover a discussão pública sobre um projeto numa área vital e tão sensível como é a reserva natural da Lagoa do Fogo. Insisto em que é certo que no ano passado houve um processo de consulta pública, mas as partes do projeto que foram apresentadas estavam incompletas, pois não davam toda a informação que seria precisa para que os interessados tivessem uma ideia correta das consequências da construção (um exemplo disto são os lanternins que haveria na cobertura vegetal e que nos planos da consulta pública não aparecem).

Neste projeto, além da contradição que supõe na sua essência (construir para preservar a natureza), o edifício não responde ao objetivo para o qual será construído, pois não controla verdadeiramente o acesso à lagoa e coloca vários problemas que não podem ser ignorados. Cito alguns:

- Precisar de várias toneladas de betão, impermeabilização do solo e movimentações de terras, com possíveis consequências negativas na bacia hidrográfica

- Terá um custo altíssimo: último número oficial é de 1.7 milhões de euros + IVA (2 milhões) mas com a subida dos preços dos materiais e a inflação, muito

provavelmente será mais alto. Acresce que nem sequer está incluído neste valor a ligação à rede elétrica, cuja viabilidade se desconhece e que a ser viável implicaria a abertura de uma vala ao longo de vários quilómetros em zona de Reserva Ecológica. Sem contar com os custos de exploração.

- Supõe um grande impacto na paisagem: na última versão do projeto, que já não é a da consulta pública, além dos lanternins na encosta, há uma zona de ETAR que é uma construção visível, pois não está soterrado e o novo monte que é construído para tapar o edifício nada tem a ver com o relevo original do local.

Assim sendo, e para sair deste impasse, o que os peticionários que suportaram esta iniciativa propõem, e passo a ler os quatro pontos da petição, fazendo alguns esclarecimentos:

- 1. Conservar a integridade e o respeito pelas classificações e delimitações do complexo da Lagoa do Fogo, conforme supramencionado, nomeadamente através da revogação do Despacho nº 782/2018 de 15 de maio de 2018 que atribuiu reconhecimento de interesse público para que esta intervenção ocorresse em plena Reserva Ecológica.*

O interesse público será sempre o da preservação deste espaço, mantendo a menor intervenção possível no local e disciplinando o acesso ao interior da caldeira, algo que não será feito através do edifício. Ao argumento de que para repor o dano causado na construção do parque de estacionamento (que é pago, atualmente) responderemos que não se resolve um dano fazendo um dano maior. É de referir que este despacho apenas correspondeu à exceção para

construção do parque de estacionamento (cuja intervenção foi realizada e concluída em 2019) que a SRAAC pretende utilizá-lo como uma carta branca para fazer o que entender no local. A Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas pretende assim ilibar-se, refugiando-se num despacho emitido há mais de 4 anos pelo anterior governo. Esse despacho corresponde a uma obra já concluída e não pode servir de cobertura a todas as intervenções que se venham a realizar no local.

2. Abandonar totalmente o projeto de construção na zona do miradouro que vem sendo desenvolvido e modificado desde 2016, gerando sempre pareceres negativos por parte da comunidade, autarquias, organizações não governamentais e opinião pública.

Como defendemos na petição, várias poderão ser as alternativas à construção do edifício para disciplinar o acesso à lagoa. Não sendo este o lugar para detalhar as possíveis soluções, deixo aqui algumas que foram apontadas pelas associações a quem agora dou voz:

- Promover a mobilidade sustentável no complexo. A intervenção no miradouro deveria alicerçar-se sobre um modelo de transporte e de mobilidade sustentável. A manutenção do atual paradigma, acrescido da criação de um novo ponto de atração e possibilidade de maior frequência e duração no local, privilegiará sempre o automóvel em detrimento de outras opções.

- Uma maior vigilância no local – vigilância permanente por turnos.

Como exemplo disto, no dia 13 de Setembro, cinco associados da AGITA estiveram no miradouro numa ação de sensibilização ambiental e conseguiram com vigilância no local (mesmo sem ser de um agente de autoridade) controlar

não só o estacionamento indevido como também alertar para os comportamentos a ter naquela zona sensível e os visitantes entenderam e comportaram-se de forma correta, sem pisotear plantas ou enveredar por caminhos que não o trilho principal.

- Melhores condições para a visitação pedonal

E haverá outras que poderão ser discutidas e deverão ser sempre construídas, discutidas e consensualizadas, com a comunidade. O que nos leva ao seguinte ponto:

3. Explorar soluções integradas e sustentáveis, através de um processo participativo verdadeiramente transparente, que faça face aos impactos do aumento de carga turística no local, respeitando o nosso património natural.

Nos diferentes projetos para a “requalificação do miradouro” da lagoa do Fogo há um denominador comum: a contestação da população. Houve várias reuniões em que se levantaram vozes contra e, na consulta pública promovida há um ano, todas as 86 respostas apresentadas eram contra a construção.

Se as soluções apresentadas pelos diferentes governos geraram a contestação de associações e particulares, e um sinal evidente disto é sermos 9 associações e movimentos a assinar a petição, assim como 1179 peticionários, muitos deles dedicados ao ramo do turismo, parece evidente que é necessário recomeçar um processo em que os profissionais do setor e os habitantes da ilha de São Miguel se possam pronunciar, num processo verdadeiramente comunitário e transparente para arranjar uma solução satisfatória para gestão do acesso à lagoa do Fogo e a mobilidade dentro do complexo.

4. Que seja reconhecida a existência de impactes significativos em qualquer futura intervenção no local, nas componentes de edificações e arranjos exteriores, sujeitando as eventuais obras a um princípio de precaução, pela realização de estudo de impacte ambiental.

Para acabar, queremos destacar que, qualquer uma das possíveis intervenções no local, seja do tipo que for, devem ser alvo de um estudo de impacte ambiental, que tenha como fim último a proteção do património natural, dos ecossistemas e do reservatório de água da bacia hidrográfica da lagoa do Fogo. Este estudo deverá avaliar a construção e a sua sustentabilidade a longo prazo em termos de manutenção e impacto”.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas, tomaram da palavra os seguintes deputados: Deputado José Contente, Deputado António Lima e o Deputado Alberto Ponte.

O Deputado José Contente referiu ter existido um aumento de volumetria do anfiteatro na passagem do primeiro projeto apresentado para o segundo, questionando a peticionária se teve conhecimento desta alteração.

A peticionária, em resposta, esclarece que num primeiro projeto apresentado existia um túnel que agora foi “remodelado” no novo projeto, mas que considera que o novo projeto possui da mesma forma impacto ambiental no que estará previsto. Referiu ainda que foi apresentado um projeto na Consulta Pública, com algumas imagens, mas sem detalhes “e quando uma pessoa reparava nos detalhes via que havia informação omitida”. Realçou que, aquando da divulgação do projeto de execução, foram detetadas questões que

têm “*impacto paisagístico*”, referindo que “*paisagisticamente, o que é defendido neste projeto é que não tem impacto, que vão tapar o monte*”, realçando que para a sua construção terão de construir as fundações, haver impermeabilização de solo, fazer movimentação de terras, fornecimento de água e luz, construção de redes de esgotos, tudo ações que terão impacto ambiental muito grande, mas que não será conhecido porque o estudo de impacto ambiental foi dispensado, considerando esta dispensa errada.

Referiu desconhecer as dimensões do edifício, mas também não saberá o impacto que terá, mas que o mesmo não deveria ser construído em local de Reserva Natural, Rede Natura 2000, classificações para proteger o património natural, pois a sua construção implicará impactos muito grandes. Relativamente aos impactos paisagísticos, neste novo projeto “*os lanternins que não aparecem no projeto de consulta, e depois no novo projeto vemos que há toda uma estrutura que vai tapar uma ETAR, que é uma estrutura em madeira, que vai ser perfeitamente visível*”, considerando não ser aceite o argumento que não haverá impacto paisagístico.

O Deputado António Lima realçou ser clara a discordância com o projeto, projeto este que tem evoluído no sentido negativo, com aumento de áreas de construção, com pormenores que se desconheciam durante as apresentações públicas, que originam outras preocupações. Realçou a consciência da população, com preocupação com os espaços naturais mais sensíveis, havendo conjuntos de pessoas que procuram soluções e fazer parte delas.

Realçou ser de opinião de que as intervenções na zona deverão ser mínimas, e que sejam apenas para mitigar a visita que existe no momento e que é muita, e não promover e ainda criar mais pressão.

Questionou, se, na opinião dos peticionários, consideram que a zona não deverá ter mais nenhuma intervenção, nomeadamente para infraestruturas de apoio, e que se deve partir apenas para o ordenamento do acesso à zona ou se colocam a hipótese de existir alguma estrutura de apoio.

Em resposta, a primeira peticionária considera que um novo edifício no local irá agravar o problema que já existe. Havendo alguma intervenção, qualquer uma que seja, realçou que será sempre necessário um estudo de impacto ambiental.

Referiu existirem várias soluções, indicadas pelos peticionários, nomeadamente, equacionar a utilização dos três miradouros que existem, para o interior da caldeira, através de um percurso pedonal adjacente à via pública promovendo a dispersão de pessoas; regulamentar o trabalho dos Vigilantes da Natureza, para que possam executar o seu trabalho de forma efetiva e não apenas na prevenção, mas também na atuação; criar restrições ao acesso ao interior da caldeira da Lagoa do Fogo, como existe na caldeira do Faial, sendo o controle efetuado por pessoas formadas pelo Parque Natural da ilha.

Realçou que deverá haver um diálogo entre a população, entidades políticas, instituições e organizações, de forma que todos possam tomar as decisões.

Finalizou informando que não apresenta respostas fechadas sobre quais as soluções que devem ser tidas em conta, mas considerando haver muitas opções, que irão disciplinar o acesso à Lagoa, sendo que nenhuma “*passa por construir um edifício nesse lugar*”.

O Deputado Alberto Ponte realçou que “*o presente assunto que a todos nós*

preocupa, (...) e concordo plenamente consigo, qualquer alteração a ser feita nunca poderá prejudicar aquela que é a maior beleza natural do Concelho”.

CAPÍTULO V

Conclusões

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da **Petição n.º 37/XII – “Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo”**, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
- 2) As pretensões dos peticionários têm origem no projeto de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo, considerando que deverá, o Governo Regional dos Açores, abandonar totalmente o projeto de construção na zona do Miradouro, tendo em conta a importância desse património biológico e geológico;
- 3) Os peticionários consideram que o projeto de execução apresentado contempla detalhes que foram omissos na apresentação pública e na consulta pública, apresentando o mesmo um valor muito elevado para a sua construção e que pressupõe um grande impacto na paisagem;
- 4) Pelo projeto apresentado e com as intervenções previstas, nomeadamente as componentes de edificações e arranjos exteriores, consideram os peticionários ser obrigatório a existência de um estudo de impacto ambiental;
- 5) Reconhecendo a necessidade de mitigar a pressão turística da Lagoa do

Fogo, consideram ser necessário uma visão integrada do complexo da Lagoa do Fogo explorando soluções sustentáveis, com a participação cívica, na certeza, porém que das muitas soluções possíveis, nenhuma delas passa por construir um edifício na Lagoa do Fogo;

6) Os peticionários consideram como possível solução a utilização dos três miradouros, através de um sistema pedonal, adjacente à via pública, promovendo assim a dispersão dos visitantes da Lagoa do Fogo;

7) Os peticionários consideram ainda que deverão ser criadas restrições ao acesso do interior da Lagoa do Fogo, sendo o controle efetuado por pessoas qualificadas para a função.

8) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Vila do Porto, 14 de outubro de 2022

A Relatora, Joana Pombo Tavares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, José Gabriel Eduardo

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições para apreciação da petição.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que a Lagoa do Fogo não é coisa importante para a maior parte da Câmara...

Queria enaltecer e agradecer o empenho destes peticionários, daqueles que se envolveram na petição, daqueles que se empenharam na recolha de assinaturas e daqueles que a subscreveram de forma inequívoca.

A Lagoa do Fogo é, de facto, um ex-libris dos Açores, um espaço geográfico de relevante importância para a ilha de São Miguel e não só. E nem sequer é só por ser um ponto de atração turística ou um ponto de visitação, é também, principalmente, por ser uma área protegida de relevante importância para os ecossistemas que ali se desenvolvem quer na zona molhada, quer na zona circundante.

É, como sabem, uma área à qual dedico grande empenho, é conhecida entre os meus amigos como a minha namorada, porque lá vou sempre que possível.

E por isso saúdo desde aqui desta bancada, porque daqui desta bancada, como alguém já disse, “sou mais do que eu”, saúdo daqui desta bancada, dizia, os peticionários e a forma empenhada como se envolveram em defesa da Lagoa do Fogo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte.

(*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar todos os peticionários na pessoa da Sra. Blanca Medrano na qualidade de primeira peticionária, saudar por este ato de participação cívica e ativa na causa pública açoriana, no que toca à defesa pela proteção da Reserva Natural da Lagoa do Fogo.

A Lagoa do Fogo é um ex-libris da ilha de São Miguel, um espaço com características únicas, na medida em que conta com características geológicas singulares, com uma flora endémica sensível e congrega zonas de nidificação de várias espécies de avifauna.

A Lagoa do Fogo é fonte de um bem essencial de primeira necessidade como é a água potável, abastecendo parte da comunidade de São Miguel.

A Lagoa do Fogo, pela sua beleza natural, tem sido cada vez mais uma atração turística a quem visita a ilha de São Miguel, em números cada vez mais crescentes e constantes ao longo do ano. Tal é bom para o turismo e é também bom para a comunidade micalense.

A natureza é o que temos de mais nosso. E cabe-nos a nós todos assegurar a proteção da mesma, garantindo que as intervenções que possam realizar nunca prejudiquem a paisagem.

Dito isto, naturalmente que este Governo Regional está atento, proativo e vigilante na defesa da Reserva Natural da Lagoa do Fogo, assim como de todas as reservas ambientais da ilha de São Miguel e da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar, naturalmente, os peticionários, assim como as associações ambientais que promoveram esta petição pela preservação do complexo da Lagoa do Fogo que hoje analisamos em Plenário, após os trabalhos em Comissão que tiveram, naturalmente, o mérito de não só nos trazer este assunto a este Parlamento, mas também de nos levar a todos a uma reflexão que é fundamental sobre a preservação desta emblemática área natural, e não só, mas também refletir sobre a forma como nós devemos ordenar a visitação, ordenar o crescimento e os espaços que são atrativos e que são o nosso cartão de visita do

ponto de vista turístico.

Os peticionários salientam, e muito bem, aquelas que são as diversas e importantes classificações que aquele espaço natural tem, desde reserva ecológica à zona de proteção especial, à classificação como Sítio Ramsar, à sua importância ecológica e para o abastecimento das populações também, tendo em conta que é uma fonte importante de captação de água para vários concelhos da ilha de São Miguel. Tudo isto, de facto, leva a que qualquer intervenção, toda a intervenção na zona do complexo da Lagoa do Fogo deva ter todo o cuidado, porque, de facto, nesta matéria, todo o cuidado é pouco.

A decisão de se construir um edifício de apoio à visita mesmo ali na fronteira com a reserva natural, mas integrado na reserva ecológica, é uma decisão que tem riscos, naturalmente. E, por isso, nós acompanhamos aquilo que os peticionários suscitam e pedem, ou seja, o reconhecimento de que existem impactos significativos de qualquer intervenção naquela zona, e que elas sejam sujeitas a estudos de impacto natural.

E mesmo as intervenções devem ser, diria eu, minimalistas, o mais minimalistas possível. Não nos parece que o projeto que está neste momento ou que estava neste momento, já não sei bem, já no ponto seguinte se calhar ficaremos a saber, mas não é propriamente um projeto minimalista e vai além daquilo que nos parece ser o adequado para aquele espaço.

E as soluções para aquele espaço, como também os peticionários indicam, devem ser integradas, devem procurar melhorar, obviamente, o ordenamento da visita daquele espaço, mas devem, acima de tudo, preservar o espaço, preservar e evitar que as situações e o desordenamento da visita e a enorme quantidade de viaturas que estacionam na via pública, devem evitar que todas essas situações aconteçam. E o facto de existir um edifício não é, de modo algum, condição para que isso seja uma realidade, ou seja, que isso deixe de

acontecer.

Para além de que a visitação do interior da caldeira... também não é a existência, ou não, de um edifício que leva a que a visitação no interior da caldeira tenha efetivamente um cuidado, que é também fundamental que tenha, porque é, de facto, um espaço sensível e importante ecologicamente.

Para terminar, nós saudamos os peticionários e a sua capacidade de levantar este assunto e de nos fazer também todos refletir sobre ele. E, naturalmente, também o Governo não será insensível a estas questões e a estes alertas que foram levantados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois, um pouco já foi tudo dito. E sem me querer meter com a namorada aqui do Sr. Deputado Nuno Barata, realmente é encantadora, é uma paisagem encantadora. Que não é única, temos outras.

A verdade é que esta conversa podemos ter em qualquer parte. E nesta Assembleia a conversa que importa ter, seja a Lagoa do Fogo, seja outra paisagem qualquer protegida, é que nós temos o dever de proteger as nossas maiores riquezas. É este o compromisso solene que nós temos que fazer com as pessoas, mas com também aquilo que nós temos de bem natural.

Os peticionários, as pessoas que eu saúdo pela sua cidadania, aqui também nos chamam a este alerta. Construir o que quer que seja, como dizia o Sr. Deputado António Lima, naquele espaço tem que ser muito bem pensado e com o mínimo de impacto. Eu não sou contra. Às vezes, há necessidade de criar algum

estacionamento, mas se isto não causar qualquer dano, se isto não prejudicar. Se existe um terreno que está lá meio abandonado... Por acaso, eu lembro-me ali de um espaço que até havia era uma data de seringas. Pois, com certeza, se pudermos aproveitar sem causar... Agora, construir edifícios... Até já ouvi a patetice de que devia ter um restaurante e devia ter isso...

É assim, se nós queremos ter turismo e se nós queremos ter turismo de qualidade, aquele turismo que falamos aqui quase todos os dias, nós temos que saber proteger o que nós temos para vender, digamos assim. E o que nós temos para vender é aquilo ser tão bonito, tão imaculado, etc. Não é construindo edifícios, não é fazendo palhaçadas, como eu vejo em muitas partes do mundo, em que tudo fica desvirtuado. E nós entramos na selva de betão quando pensávamos que íamos para uma selva virgem, digamos assim.

A verdade é que ou nós mudamos isso, e nós aqui nesta Casa temos esta responsabilidade de sermos os guardiões das nossas riquezas humanas, materiais e até imateriais, se nós não fizermos isto, nós não estamos a cumprir a nossa missão. E esta coisinha pobrezinha de que nós temos que ter o melhor para oferecer aos outros, nós temos que a repensar, porque o melhor nós já temos. Nós, às vezes, estragamos o pouco que temos e o bom que temos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Agora dou a palavra à Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Faça favor.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela preservação do complexo da Lagoa do Fogo, o Partido Socialista saúda a iniciativa dos cidadãos da petição na pessoa da primeira subscritora, a Sra. Blanca Medrano.

Os peticionários vêm apresentar as suas preocupações quanto ao projeto do

miradouro da Lagoa do Fogo, o qual tem sido objeto de algumas alterações, originando várias tomadas de posição por parte da comunidade, de organizações não governamentais e autarquias.

Referem, ainda, que todo o processo para a execução deste projeto tem gerado várias modificações e que, em julho de 2022, o projeto final de requalificação do miradouro da Lagoa do Fogo, a que os peticionários tiveram acesso, não corresponde ao mesmo projeto que foi apresentado em consulta pública em 2021. Isso é o que dizem os senhores peticionantes. Continuam dizendo que o conhecimento sobre o projeto em causa foi obtido através de um cidadão amante da natureza que, por virtude da sua insistência na aquisição da informação prestada, comunicou aos peticionários o seu estado, quando deveria ter sido a Direção Regional do Ambiente a fazê-lo e a própria a fazer a sua discussão pública.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: O objetivo do projeto em causa, segundo os peticionários, não irá resolver todos os problemas relacionados com a pressão turística, sobretudo na época alta. Além disso, também relatam que o valor global para o projeto estava orçado em 1,7 milhões de euros, desconhecendo-se agora qual o valor atualizado e o prazo para a sua concretização.

A Lagoa do Fogo é um lugar ímpar, superior e especial, reconhecida a nível regional e internacional. É uma área classificada como reserva ecológica, é um Sítio Ramsar, parque natural da ilha de São Miguel, reserva natural e área protegida para a gestão e habitats ou espécies, zona especial de conservação, Rede Natura 2000 e massa de água protegida no âmbito dos instrumentos de gestão territorial, que deve merecer da nossa parte uma especial atenção.

Para finalizar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista agradece a participação ativa por parte da comunidade no exercício dos seus direitos de

cidadania, em defesa do nosso património ambiental.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PAN quer saudar a primeira subscritora, Blanca Medrano, e todos os subscritores, que fazem parte de várias associações. Aliás, as associações mais importantes a nível ambiental na Região Autónoma dos Açores têm o seu peso, um peso bastante forte dentro desta petição, o qual eu apoio totalmente com as reivindicações e os reconhecimentos necessários dentro desta petição. Já o fazia como cidadão, faço-o como deputado. E, obviamente, sinto as dores destes subscritores, aliás, eu também sou um dos subscritores desta petição. Naturalíssimo, sem qualquer problema, sem qualquer pudor.

Obviamente que isto já é uma luta que não passa deste Governo, isto já vem do Governo anterior, já é uma luta de alguns anos. Apesar de já termos vários projetos, a situação, neste caso, na sua totalidade, é mesmo que nós não queremos, obviamente, que haja uma intervenção dentro daquilo que é o nosso património natural, uma das maiores zonas e mais importantes em termos de turismo. E, por isso, obviamente, é preciso um cuidado e uma sensibilidade maior relativamente a isso.

Respeito, obviamente, este Governo, que quis alterar um projeto que era

completamente tresloucado da parte do Governo anterior, mas o impacto continua a ser bastante forte e, aliás, por isso, não é o adequado para a zona.

E agora vamos, obviamente, depois, debater na iniciativa do Iniciativa Liberal, que será a seguir a esta petição.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relativamente a esta petição e àquilo que é a sua principal preocupação, devo dizer que este XIII Governo Regional dos Açores tem dado mostras de ser um defensor do património natural dos Açores e que está profundamente empenhado em garantir a sua proteção.

No caso da Lagoa do Fogo, o propósito do XIII Governo Regional dos Açores e dos Grupos Parlamentares que o suportam é o da proteção de um extraordinário património natural, que deve ser dignificado e valorizado.

E a Reserva Natural da Lagoa do Fogo, nomeadamente a paisagem sobre a lagoa e os valores que estão no interior daquela caldeira, que está, como já foi também referido pela Sra. Deputada Valdemira, inserida numa zona classificada como Zona Especial de Conservação, tanto no âmbito da Rede Natura 2000 e também como geossítio integrado no Geoparque Mundial da UNESCO e como Sítio Ramsar, assim como também é primordial e importante proteger aquela massa de água que, para além da sua importância enquanto património natural, é também um reservatório de água fundamental e estratégico.

Independentemente da diversidade de opiniões que se possam ter acerca daquilo que foi o móbil, também, desta petição e da eventual intervenção ou não, em

abono da verdade considero que é importante referir que aquilo que estava projetado no último projeto conhecido são intervenções localizadas fora da cratera e apenas em locais que já estavam pressionados, o que não daria lugar a nenhuma nova área de pressão. E isto é também um facto relevante e importante que importa, em abono da verdade, ser aqui mencionado.

Não obstante, relativamente também àquele monumento natural, é fundamental implementar um sistema de controlo de acesso ao interior daquela reserva natural, disciplinando o fluxo de visitantes ao local e as descidas ao plano de água da lagoa. É, hoje, crucial limitar e regulamentar o acesso ao interior da cratera e sensibilizar as pessoas para os valores naturais que são visitáveis e que devem ser preservados.

Por outro lado, gostaria, também, uma vez que os peticionários... e é isso que estamos aqui a fazer, é a discussão desta petição, não posso deixar de referir que é alegado, independentemente daquilo que venha a ser o posicionamento ou as opiniões acerca da intervenção, é importante dizer que o próprio projeto foi discutido na reunião do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dos Açores, o CRADS, onde estão representadas todas as ONGA, todas as Organizações Não-Governamentais Ambientais, e que, obviamente, mereceu a sua aprovação, daí ter sido posteriormente colocado à discussão pública. Isto é um facto que não é de somenos importância, exatamente porque alguns dos subscritores desta petição foram os mesmos que estiveram no CRADS a aprovar este projeto. E isso é uma referência que deve ficar. A aprovar ou a discutir este projeto e a dar a sua anuência ou não.

De qualquer das formas, reitero, é entendimento do CDS que este XIII Governo Regional está a fazer e tudo fará para defender o património natural dos Açores. Isso que fique bem claro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E a Reserva Natural da Lagoa do Fogo é uma paisagem de valor incalculável. E os valores que estão no interior daquela caldeira devem ser, sem dúvida, protegidos. E é isso que deve ser a missão deste Governo Regional, garantir que deixamos para a posterioridade aquilo que nos foi dado enquanto legado natural.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições...

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Atendendo à nossa hora, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Retomamos amanhã, às 10 horas, com a Agenda.

Eram 19 horas e 50 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Os redatores, Sara Azevedo e André Silva